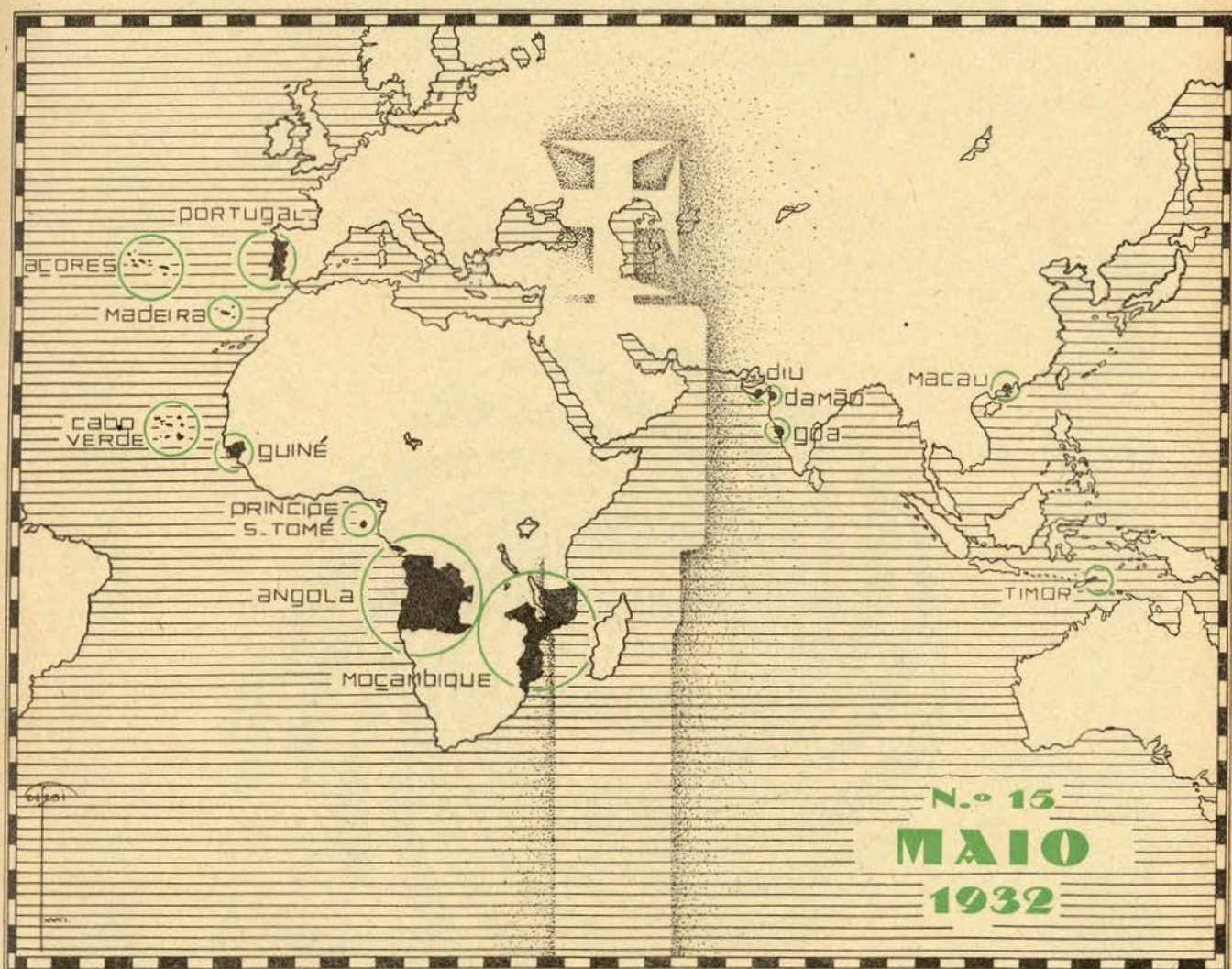


PORTUGAL COLONIAL

REVISTA MENSAL DE PROPAGANDA E
EXPANSÃO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS



NÚMERO ESPECIAL
FEIRAS DE AMOSTRAS COLONIAIS
ANGOLA - LUANDA

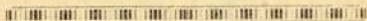
LOUÇA ESMALTADA "MINCHIN,"

OS MAIORES DEPOSITÁRIOS E VENDEDORES

Figueiredo Vasconcelos & C.^a L.^{da}

Rua Sá da Bandeira, 409—Porto—PORTUGAL

Louça de alumínio, artigos de construção, balanças, assentos de cadeira, tintas e todos os artigos de fabrico nacional concernentes ao ramo de ferragens.



N. B.—Pedimos às casas importadoras, para no seu próprio interêsse, nos consultarem sempre, antes de fazerem as suas compras.



COMPANHIA VELHA

COMP. GERAL DA AGRICULTURA DAS VINHAS DO ALTO DOURO

Fundada em 1756



Sede:

R. das Flores, 69
PORTO



End.º telegr.º:
ROYALPORT
Telefone, 127

(ROYAL OPORTO WINE C.º)

*Vinhos do Porto
e de Mêsã*

*sempre os melhores
há quasi dois seculos!*



AGENTES GERAIS PARA AS COLONIAS PORTUGUEZAS
DA AFRICA, ORIENTAL E OCCIDENTAL:

GOMES & IRMÃO L.ª DA
RUA DE S. JULIÃO N.º 11-1.º - LISBOA
COM FILIAIS EM LUANDA, LOBITO E MALANGE

RAMOS-PINTO

os maiores exportadores
de Vinhos do Porto
para a America do Sul
Adriano Ramos Pinto & I.^o L.
PORTO

9
GRAND-PRIX
HORS-CONCOURS



19
MEDALHAS de OURO
Casa fundada em 1880

Companhia Industrial de Portugal e Colónias

Massas Alimenticias
Bolachas e Biscoitos
Leveduras seleccionadas
para o fabrico de
pão e pastelaria

MARCA

NACIONAL

Massas Alimenticias
Farinhas e Produtos
Alimenticios

MARCA

NAPOLITANA

Produtos da indústria nacional empregando exclusivamente capital e mão d'obra portugueses

Os mais modernos processos de fabrico.
Rigorosa escolha de matérias primas.
Máxima hygiene no fabrico.

As melhores produções das maiores instalações fabris existentes em Portugal

PEDIR TABELAS DE PREÇOS E CONDIÇÕES DE VENDA À

COMPANHIA INDUSTRIAL DE PORTUGAL E COLONIAS

Rua do Jardim do Tabaco, 74 - LISBOA.

REPRESENTANTES:

Em LOANDA: VASCO DE OLIVEIRA - 12, Rua Alfredo Trony, 20
Em LOURENÇO MARQUES: MARTA DA CRUZ & TAVARES, L.^{DA}

VIDAGO, MELGAÇO & PEDRAS SALGADAS

AGUAS MINERO-GASOSAS NATURAIS

A BEBIDA IDEAL PARA OS CLIMAS TROPICAIS

À VENDA EM TODAS AS BOAS CASAS



ESTANCIAS TERMAIS
INSTALAÇÕES PRIMOROSAS
CONFORTO DISTRACÇÃO

VIDAGO

a Vichy Portuguesa

PEDRAS SALGADAS

a Estância da Alegria

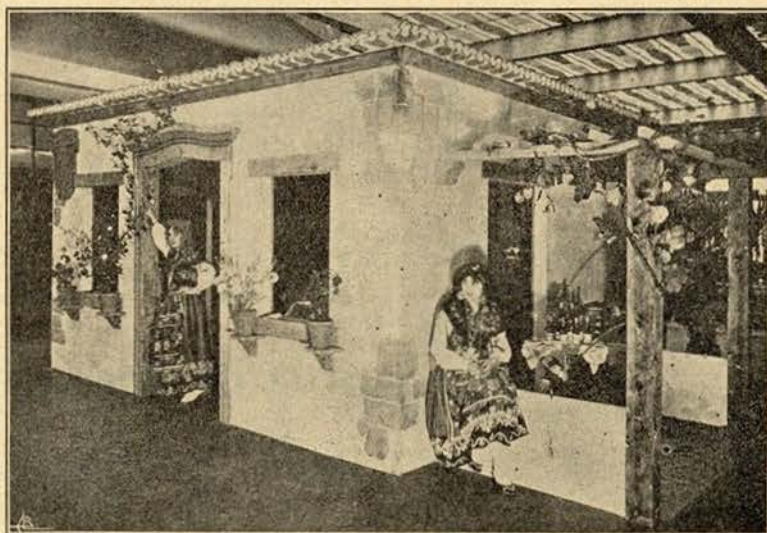
MELGAÇO

a Salvação dos Diabéticos

Água de Vidago É SÓ

a que apresenta no rótulo o Vidago Palace Hotel

Visite o
nosso primoroso
STAND
nas Feiras
de AMOSTRAS
de LOANDA
e LOURENÇO MARQUES



ESCRITÓRIOS

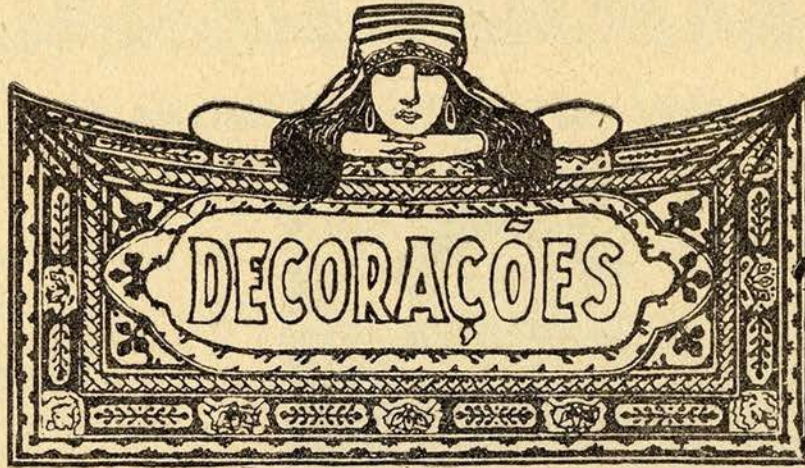
PORTO—Rua Cancela Velha, 99

LISBOA—Av. da Liberdade, 132

End. Telegr. — VIPEDRAS

VENANCIO do Nascimento
& Filho Sucs.

MOVEIS



ESTOFOS

TELEFONE

1 2 9 3

PORTO

341, RUA DO BOMJARDIM,
Lotarias de Angola Limitada

Instituidas pelo Diploma Legislativo

N.º 57 de 27 de Abril de 1929

SEDE EM LOANDA

Agencias e correspondentes
em tôda a Provincia

Extracções mensais garantidas pelo
Govêrno da Colónia

OS VINHOS BORGES

Nas Feiras de Amostras

de Angola e de Moçambique

A Sociedade dos Vinhos **Borges & Irmão, L.^{da}** tem a honra de informar a sua presada clientela colonial que pretendendo concorrer às Feiras de Amostras, de uma forma que traduzisse bem o valor e importância da Sociedade e que representasse ao mesmo tempo a prova da muita consideração e estima que sempre lhe mereceram os mercados coloniais, viu-se impossibilitada de o fazer.

Não queria de forma nenhuma a Sociedade dos Vinhos **Borges & Irmão, L.^{da}** trazer às colónias os «stands» que serviram nas exposições de Portugal, Brasil, França, etc., mas sim qualquer coisa de novo, no entanto a escassez do tempo não o permitiu. Porém, sem desistir e num esforço de boa vontade e sacrifício, conseguiria em uns escassos dez dias fazer um regular «stand-mostruário», mas desta vez foi impossível porque era já tarde e a inscrição não foi aceite.

“A BOA NOVA” **Fábrica**



SILVA, MOREIRAS & C.^A, L.^{DA}

FABRICA DE ASSENTOS DE
CADEIRAS, CONTRA-PLACAGEM,
MOLDURAS MARCHETADAS E
MOBILIARIO

VILELA-BALTAR

Agência Geral e Escritórios:

RUA DAS FLORES, 221, 1.^o
PORTO

PORTUGAL COLONIAL

Fábrica

de

Venâncio da Silva Cambra

Genro

Fundada em 1860

Rua do Monte de Francos, 132

PORTO - PORTUGAL

Endereço Telegráfico: “Ferragens”



Inventor da fabricação mecânica de pás do
tipo brasileiro e do tipo africano, marcas
«Venâncio» e «Gigante» (registadas)

Venancio Guimarães & C.^a Lubango

Filiais em Mossâmedes, Humpata e Humbe

ESCRITÓRIO EM LISBOA — RUA DE S. JULIÃO, 23, 1.º

Endereço Telegráfico: VOUGA

Comércio Geral, Agricultura, Pecuária e Indústria

Sócios-gerentes da EMPRESA CAHOLO, L.^{DA}

(Fornos de cal e moagem de cereais)

Agricultores no BENTIABA

(Fazenda Algodoeira da PUDA)

Exportadores de gado bovino e peixe sêco

Representantes nos distritos da Huila e de Mossâmedes de:

Vacuum Oil Company

Fábrica de Tabacos Ultramarina

Automóveis e camions "FORD"

Máquinas de escrever "REMINGTON"

Representantes no distrito da Huila de:

BURRELL & C.º

Companhia de Seguros "TAGUS"

Lotarias de Angola

Companhia de Diamantes de Angola (Diamang)

Sociedade anónima de responsabilidade limitada

Com o capital de Esc. 9.000.000\$00 (ouro)

Direito exclusivo de pesquisa e extracção de diamantes na Província de Angola por concessão do respectivo Governo

Séde Social: LISBOA — Rua dos Fanqueiros, 12, 2.º — Teleg.: DIAMANG
Escritórios em BRUXELAS, LONDRES e NOVA YORK

Presidente do Conselho de Administração
BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

Presidente dos Grupos Estrangeiros
Mr. Emile Francqué

Administrador-delegado — *Ernesto de Vilhena*

Representação e direcção Técnica em África

Representante — *Coronel António Brandão de Melo*
Caixa Postal 347 — Teleg.: DIAMANG — LUANDA

Engenheiro-consultor
Mr. H. T. Dickinson
DUNDO — LUNDA

Director técnico
Mr. L. J. Parkinson
DUNDO — LUNDA

Companhia da Fábrica de Cerveja Jansen, Limitada

Rua do Alecrim, 30 — LISBOA

Telefone 2 3071

Marcas de cerveja: JANSEN — SUPERIOR e PRETA

Fabrico esmeradíssimo com as melhores matérias primas — Malte da Tchecoslovaquia e Lupulo de Saaz — sob a direcção do competente Técnico alemão Anton Durrer

**PREMIADA EM TODAS AS EXPOSIÇÕES NACIONAIS E ESTRANGEIRAS
A QUE TEM CONCORRIDO**

Preços e condições dirigir-se ao nosso
Agente Geral da Província de Angola:

VASCO DE OLIVEIRA

12, RUA ALFREDO TRONY, 20

Telefone 302 — Caixa Postal 345

LOANDA



PERFUMARIAS COURAÇA

Casa Fundada em 1884

Proprietários. M. B. Teixeira L.^{da}

44, Rua de Sant'Ana, 44

LISBOA



ARTIGOS DO MAIS ESMERADO
FABRICO RIVALISANDO
COM OS MELHORES PRODUTOS
CONFECCIONADOS NA FRANÇA,
ALEMANHA E INGLATERRA
PERFUMARIAS EXCELENTES
A NOSSA PASTA COURAÇA É
INCONFUNDIVELMENTE A MELHOR
FABRICADA
USA-LA UMA VEZ É PREFERI-LA

Dirigir pedidos à Sede:

RUA DE SANT'ANA, 44
LISBOA



DIRECTOR
HENRIQUE GALVÃO
ADMINISTRADOR E EDITOR
ANTÓNIO PEDRO MURALHA

SEDE
RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º
Endereço Telegráfico
«MINERVA»
TEL. 2 4253
Propriedade da Empresa
PORTUGAL COLONIAL

PREÇO AVULSO
Metrópole..... 3\$00
Colónias..... 4\$00
(ASSINATURAS)
Metrópole (6 meses)... 18\$00
Colónias (6 meses)... 24\$00

COMPOSTO E IMPRESSO
OTTOSGRAFICA LIMITADA
Conde Barão, 50 — LISBOA
Visado pela Comissão de Censura



NÚMERO ESPECIAL CONSAGRADO À FEIRA DE AMOSTRAS COLONIAIS EM ANGOLA-LUANDA 1932

SUMÁRIO

NOTAS DA REDACÇÃO	J. R. A.
EM PROL DO IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS (ENTREVISTA) ..	Dr. Armindo Monteiro Ministro das Colónias
UMA CARTA MENSAL DE PORTUGAL PARA AS COLÓNIAS ..	Dr. Agostinho de Campos Professor escritor e jornalista
O CAFÉ NAS COLÓNIAS PORTUGUESAS	***
AS FEIRAS COLONIAIS.....	Dr. Carneiro de Moura Professor jubilado da Escola Superior Colonial
LÍNGUAS BANTU.....	José Matias Delgado Antigo missionário, Capelão Naval e Professor de Kibundo da Escola Superior Colonial.
INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES COLONIAIS	A. J. Pires Avelanoso Director Honorário do Arquivo Histórico Colonial e colonialista
AS FEIRAS DE AMOSTRAS COLONIAIS.....	Henrique Galvão Publicista colonial
IMPRESSÕES DE S. TOMÉ	Dr. Francisco Machado Advogado e economista
PROJECTO DE FOMENTO GERAL D'ANGOLA.....	Henrique de Paiva Couceiro Antigo Governador Geral de Angola
AS CONFERÊNCIAS COMERCIAIS	Mimoso Moreira Funcionário Superior da Agência Geral das Colónias
PROPAGANDA COLONIAL	J. da Silva Diplomado com o Curso Superior Colonial e finalista da Faculdade de Direito
UM CRITÉRIO DE POVOAMENTO EUROPEU NAS COLÓNIAS PORTUGUESAS	Henrique Galvão Publicista colonial e Director das Feiras de Amstras Coloniais
OS DEBOS	Carlos de Brito Queiroga Antigo administrador dos Debos e Inspector do trabalho indígena de Angola
INSTRUÇÃO PÚBLICA EM ANGOLA	António Nunes Costa Professor das Escolas Oficinas de Angola e aluno da Escola Superior Colonial.
O COMANDO ECONÓMICO DAS COLÓNIAS.....	A. de M. e N.
DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE.....	A. Gomes Duarte
CRÓNICA DO MÊS.....	J. R. A.
NOTAS DO MÊS	***
INFORMAÇÕES ETC.	***
ESTATÍSTICA.....	***

COMPANHIA PRODUTORA DE MALTE E CERVEJA

PORTUGALIA

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

CAPITAL ESC. 6.000.000\$00

ANTIGA FÁBRICA «GERMANIA»

115, AVENIDA ALMIRANTE REIS

LISBOA

Endereço telegráfico: PORTUGALIA-LISBOA

TELEFONES P. B. X. { DIRECÇÃO N. 298
EXPEDIENTE N. 1699

CÓDIGO TELEGRÁFICO: RIBEIRO

GRAND-PRIX — EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO
RIO DE JANEIRO, DE 1923 E SEVILHA, DE 1930

Prefiram as nossas acreditadas marcas de cerveja

«PORTUGALIA» e «PRETA»

(Tipo Munich)

C. VINHAS, L.^{DA}

EXPORTADORES DE VINHOS

ESCRITORIOS

RUA DOS CORREIROS, 29, 2.º

TELEFONE 2 0600

ARMAZENS

110, RUA D' O GRILLO, 116

TELEFONE P. B. 134

* LISBOA *

Vinhos de Portugal

Vinhos tintos, clarete, brancos
de mesa, vinagres, aguardentes
de vinho e licores

PROCURADORIA
COMERCIAL E
JURÍDICA



PROPAGANDA E
PUBLICIDADE
BOLETIM MENSAL

Agencia Geral das Colónias

Para todas as informações
sobre Colónias Portuguesas

- For all information regarding Portuguese Colonies
- Para todas las informaciones sobre las Colonias Portuguesas
- Pour tous les renseignements sur les Colonies Portugaises
- Auskunft aller Art über die Portugiesischen Kolonien

TELE. 2 0651

RUA DA PRATA, 34

END. TELEG. AGERCOL

LISBOA-PORTUGAL



FILIAL DA FÁBRICA DE CHÁS GORREANA

Calçada de Santos, 3—LISBOA

TELEFONE 21106

TELEGRAMAS GORREANA



JUVENALIA

A Pérola das pomadas
para calçado

Distingue-se das
suas congéneres
pelas suas três
grandes qualidades

LIMPA

CONSERVA e
DÁ BRILHO

Vende-se em todo o País e Colónias em seis cores e três tamanhos

Fabricantes:

Sociedade Portuguesa de Graxas L.^{DA}

Officinas Electro-Mecánicas

Rua Campo d'Ourique, 106 a 114
LISBOA

Especialidades:

POMADA ROSETE. Auxiliar indispensável de sapateiros
e engraxadores.

LIMPA METAIS JUVENALIA. O melhor dos limpa metais.
FORMICIDA JUVENALIA. Não há formiga que resista.

INSECTICIDA JUVENALIA. A morte de todos os insectos.

POMADA OLEADOS JUVENALIA. Para oleados, móveis,
pasquês, etc., dando-lhe um brilho magnífico e o
aspecto de novos.

FABRICA DE ARTEFACTOS DE MALHA

SIMÕES & C.^A, L.^{DA}

TELE { FONES { P. B. X.
135 BEMFICA
136 BEMFICA
GRAMAS. MALHAS

AVENIDA GOMES PEREIRA
LISBOA

CÓDIGOS { A B C, 5.^ª EDIÇÃO
RIBEIRO

A mais importante fábrica do País,
apetrechada com os mais modernos
maquinismos



MARCA REGISTRADA

Fabricação de meias, peugas, camisolas, ceroulas, etc.

Em seda e fio de Escossia em 1/2 Fino, Fino e Extra-fino

Produção diária em meias—6.000 pares
Figueiredo & C.^{ta}, L.^{da}

Fábrica e Escritório na

Rua Duarte Galvão, 48

LISBOA

TELE { FONE: P. B. X.
BEMFICA 66
GRAMAS: CORONA

Fabricantes de meias, peugas, camisolas,
sweaters, pull-overs, chales, roupa interior
para homem e senhora,
fatos de banho, etc.

Preferi as reputadas marcas

Corona e Atlantico

ACABAMENTO ESMERADO

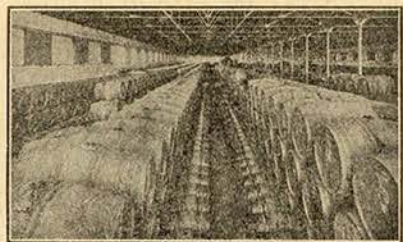


E' O VINHO GENUINO DE COLLARES

AZENHAS DO MAR

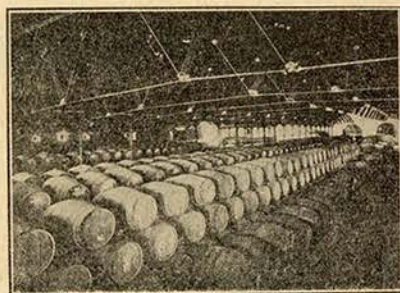
A marca preferida pelas principais casas de Africa

REAL COMPANHIA VINICOLA DO NORTE DE PORTUGAL



ARMAZEM DE VINHOS DE CONSUMO
(Coxia)

Por contracto com o Governo português, fundou-se em 1889 a Real Companhia Vinicola do Norte de Portugal, que é actualmente a primeira no seu genero na Peninsula, pelos vastos ar-



ARMAZEM DE VINHOS DO PORTO
(Ala)

mazens que possui e os seus vinhos considerados em todo o mundo
como os primeiros

Os seus 40 anos de existencia atestam a qualidade dos seus produtos

Foi a primeira casa no pais que se occupou do negocio de vinhos espumosos, e actualmente os seus vinhos espumosos rivalisam com as melhores marcas de Champagne.

Bem acertadamente se podem aplicar aos vinhos do Lorto da Real Companhia Vinicola do Norte de Portugal as palavras de Antonio Augusto de Aguiar:

«O vinho velho do Porto bem feito, bem velho e bem conservado é o primeiro do mundo, o alivio dos convalescentes, o remedio infalivel de muitas doencas, a jovialidade dos saos, a eloquencia de alguns oradores».

Em todas as Exposições a que tem concorrido tem esta Companhia obtido as maiores recompensas

A marca:



VINICOLA — PORTO

(NOME REGISTRADO)

é a garantia dos melhores vinhos.

RECOMENDAMOS:

GRANDJÓ
DOURO CLARETE
ERMIDA
EVEL

Vinhos
de Mesa

PARTICULAR MEDALHAS
PORTUGAL VELHO
(em garrafas potas)
REVINOR
MOSCADEL

Vinhos
do Porto

ASSIS BRASIL (doce e sêco)
CRUZEIRO DO SUL
DELICIA
EXTRA-RESERVA

Vinhos Espumosos

QUINADO «VIG» (branco) — QUINADO «VAT» (tinto) — VERMOUTH PORTUGUÊS

Está esta Companhia representada em todos os mercados do mundo

PORTUGAL COLONIAL

Revista de propaganda e expansão colonial

NÚMERO ESPECIAL dedicado à Feira de Amostras Coloniais em ANGOLA-LUANDA 1932

NOTAS DA REDACÇÃO

FOI a Portugal Colonial fundada com o patriótico fim de concorrer para o desenvolvimento e propaganda do Império Colonial Português, estudando os problemas que o mesmo Império encerra, de forma a torná-los conhecidos do grande público, provocando e auxiliando assim, os Poderes Públicos na sua solução.

Se olharmos para traz muito tem feito já em matéria de propaganda colonial, e pode dizer-se que quasi todos os assuntos da moderna ciência colonial têm sido ventilados nas colunas desta Revista que a par da sua Direcção e Redacção, tem tido uma colaboração digna de todo o aprêço pelo muito brilho e nome que lhe tem dado.

A Portugal Colonial tem cumprido e cumprirá, pois, no futuro, com o seu dever.

Este número especial que nos propuzemos fazer



DR. ARMINDO MONTEIRO
Ministro das Colónias



TENENTE HENRIQUE GALVÃO
Director das Feiras de Amostras Coloniais

para a Feira de Amostras Coloniais de Angola em Luanda, tem como colaboradores em diversos assuntos coloniais, valores no colonialismo português.

Não se tem poupado a Portugal Colonial a esforços, e apraz-nos constatar que o número especial para a Exposição Colonial Internacional de Paris, foi muito apreciado e louvado pela sua cuidada elaboração.

É com êsse estímulo e obedecendo à mesma orientação que nos lançamos na publicação deste número especial, a que outro se seguirá para a Feira de Amostras Coloniais de Moçambique em Lourenço Marques, por acharmos digno de todo o auxílio o grande empreendimento das Feiras de Amostras Coloniais e das Conferências Comerciais que com elas coincidirão, nesta hora de propaganda máxima que se está levando a efeito na Metrópole e nas Colónias,

para a unidade do Império e prestígio da nossa acção colonizadora antiga e moderna.

Dois nomes desejamos focar deste empreendimento, o do Sr. Dr. Armindo Monteiro, como figura máxima do colonialismo contemporâneo e o do nosso Director Tenente Henrique Galvão, um dos grandes publicistas coloniais destes últimos tempos.

A maior homenagem que lhes podemos prestar nas colunas desta Revista, é confiar em que cada um, conforme as suas atribuições, saberá compreender e executar como homens de acção que são, tudo que humanamente é possível na resolução dos vários problemas de Administração Colonial, e para a propaganda dos nossos domínios.

A Portugal Colonial deixaria de cumprir um iniludível e sagrado dever se não procurasse, embora sem grandes figuras de retórica, na medida das suas forças pôr em destaque a obra colonial e patriótica do Sr. Dr. Armindo Monteiro.

A fé que depositamos nos homens da sua geração e principalmente nos da sua lêmpera, as invulgares qualidades de trabalho demonstradas nas obras da sua autoria e nos cargos públicos desempenhados por Sua Ex.^a, trazem-nos a confirmação plena de que os assuntos coloniais vão mudar de rumo, encontrando-se para cada um deles a solução adequada e transformando-se essa solução num facto.

Assim estamos convictos que a questão das transferências e todos os elementos que com ela se relacionam terão a solução devida, os regimens pautais, principalmente o de Moçambique, também vão ser regulados conforme as circunstâncias aconselharem. Não ficará também esquecida a questão administrativa e o recrutamento dos seus agentes que necessitam de uma preparação científica especial.

E paralelamente, se procurará atender a outro aspecto primordial da questão colonial. As relações comerciais entre as colónias e a Mãe Pátria merecerão o carinho que pela sua grande importância lhes é devido.

As Feiras de Amostras, estabelecendo um contacto mais íntimo entre a Metrópole e as Colónias, darão a uma e a outras a certeza do sentido em que se devem orientar todas as iniciativas comerciais e industriais para que se constitua uma verdadeira unidade económica.

Querer intensificar e levar ao máximo as relações comerciais entre todas as partes do Império, sem que haja um mútuo conhecimento do que cada uma pode dar e necessita, é indubitavelmente, um contrasenso que só conduziria à ruína de qualquer empreendimento.

Por isto não podemos deixar de encarar a realização destas feiras como o meio mais propício de iniciar uma política de aproximação económica que to-

Humpata

Estação Zootécnica



Os melhores frutos da Estação

Henrique Galvão

Partiu no dia 1 do corrente para Angola, no paquete «Lourenço Marques» o director das Feiras Coloniais e desta revista, sr. Henrique Galvão.

Durante a sua ausência dirige a *Portugal Colonial* o sr. João Francisco Rodrigues, Secretário da Escola Superior Colonial.

EXPEDIENTE

A falta de transferências de Angola impede-nos de fazer a cobrança das assinaturas do 2.º semestre pelo correio. A' falta doutro meio e não desejando privar os nossos assinantes de Angola da recepção da revista, rogamos a todos o obséquio de enviarem à redacção (Rua da Conceição, 35, 1.º) a importância das duas assinaturas em moeda da Colónia.

dos julgavam ser indispensável, mas a que ainda se não tinha dado foros de realidade.

E desta forma para tudo se procurará o valor de cada incógnita e ordenadamente se irá construindo esse grande edifício que há-de ser um PORTUGAL-MAIOR.

J. R. A.

PORTUGAL COLONIAL

Os objectivos da viagem ministerial a S. Tomé, Angola e Moçambique

Sobre os aspectos político, administrativo e económico

Um vasto programa de realizações tendentes a valorizar o nosso domínio colonial

Como preito de homenagem a *Portugal Colonial* transcreve, com a devida vénia, a memorável entrevista concedida ao *Diário de Notícias* por S. Ex.^a o Ministro das Colónias, Sr. Dr. Armindo Monteiro, sobre os objectivos da sua viagem às colónias, visto representar o maior acontecimento na política colonial portuguesa dos últimos tempos.

A opinião pública e em especial os meios coloniais estão demonstrando o maior interesse pela viagem que o sr. dr. Armindo Monteiro vai realizar em breve aos territórios das nossas colónias africanas, augurando os mais felizes resultados dessa viagem para o Império Português de além-mar.

Pareceu-nos que prestaríamos um serviço conseguindo que o sr. ministro das Colónias expusesse ao *Diário de Notícias* as razões que o determinaram a afastar-se por um período relativamente longo da gerência da sua pasta, para conhecer «in-loco» os mais importantes problemas coloniais, e os objectivos a que visa a sua visita. Aquiescendo, com a maior amabilidade, a esse desejo, prestou-se S. Ex.^a à seguinte entrevista:

—Quais são os fins da viagem que vai empreender?

—A viagem que, cumprindo uma resolução do Governo, devo iniciar daqui a alguns dias é uma exigência da estreita solidariedade que, segundo a nossa nobre ambição, deve unir todos os territórios e populações nacionais. Um membro do Poder Executivo sai de Lisboa para, em contacto directo com os portugueses de Além-Mar, ouvir as vozes de todos os que têm reclamações a apresentar, resolver os problemas que, pedindo uma decisão do Governo Central, são dificultados ou retardados pela distância, estudar com os interessados as suas próprias necessidades, assentar, com as autoridades e serviços locais, na execução dos planos que, mantendo ininterrupto o progresso da nossa obra colonizadora, hão de elevar a administração do Impé-

rio até uma unidade perfeita de interesses e de sentimentos. Tem por isso uma importante finalidade política, administrativa e económica esta viagem.

Os objectivos políticos e administrativos da viagem

—Que objectivos políticos espera V. Ex.^a obter com a sua ida às colónias?

—Politicamente, pretende ela ser a afirmação da solidariedade de tôdas as partes do Império, dando aos portugueses de S. Tomé, de Angola e de Moçambique a certeza de que a Metrópole os acompanha nas suas iniciativas e actividades, sentindo-se presa ao seu destino em todos os momentos, guiada pelo sentimento da grandeza de Portugal que, de novo, vemos respeitado e admirado no mundo. Quebrará o isolamento em que as Colónias se julgam muitas vezes, na ideia de que a Metrópole as ignora. Pela boca de um dos seus membros, o Governo da República dirá as palavras de solidariedade e de gratidão que o esforço dos colonos merece. Não poderá aumentar o amor das colónias pela pátria universal a que pertencem mas dar-lhes-há um pretexto para que esse amor se manifeste. A Metrópole provará mais uma vez o seu carinho pelas colónias; estas mostrarão ao mundo o seu portuguesismo. O Império evidenciará a sua coesão—sentimental e política—que todos, nacionais e estrangeiros, constatarão de novo.

—E administrativamente? Que fins tem em vista?

—Administrativamente, deve esta viagem ser de intenso trabalho. Encarregou-me o Governo de rever, em Loanda e Lourenço Marques, os orçamentos de Angola e Moçambique para 1932-1933. Este facto pode ser de grandes consequências na vida das colónias. Pela fatalidade das

distâncias, as previsões orçamentais são ordinariamente estabelecidas muito cedo, para serem enviadas ao ministério das Colónias, onde, depois de relatadas e de discutidas pelo órgão competente, são aprovadas pelo ministro, para serem devolvidas à colónia, que as deve executar. A discussão não é feita com as próprias entidades que elaboraram os orçamentos. Tudo corre longe das suas vistas e da sua influência imediata. Há toda a vantagem em que, ao menos de anos a anos, se estabeleça, para êste efeito, um contacto directo entre os órgãos superiores da administração colonial e os órgãos locais. Inicia-se com esta viagem uma prática que considero utilíssima. Os numeros tomam, nas discussões que se travam com os próprios interessados, uma significação diferente da que têm quando as coisas são examinadas à distância de milhares de quilómetros. A revisão que se faz no Terreiro do Paço facilmente pode revestir um aspecto formalista, excessivamente legalista, afastado da realidade. O interesse nacional manda que se faça neste momento o que nunca se fez: a conciliação da lei com o facto. A experiência mostrou-me que a discussão do orçamento com os chefes responsáveis pela sua execução permite a estes esclarecer importantes aspectos dos problemas que lhes estão confiados, marcar uma orientação definida, defendê-la em face da exigência das necessidades ambientes: e nada d'isto pode ser feito, quando as entidades que têm de cumprir os orçamentos estão para baixo do equador, a muitos dias de Lisboa. A revisão dos orçamentos feita pelo Poder Central — até com severidade — no sentido de garantir o equilíbrio financeiro, é indispensável. Mas é preciso que seja acompanhado pelos funcionários directamente responsáveis pela administração das colónias. Tem de adoptar-se a prática de os chamar a Lisboa para seguirem e defenderem os seus orçamentos.

Todos os anos deveriam vir alguns a Lisboa. A voz das colónias longínquas elevar-se-ia assim, com um interesse vivo, nas Repartições do Terreiro do Paço. A elaboração do orçamento daria aos números uma força que os Relatórios, as informações, as justificações, escritas longe, lhe não podem transmitir. Tem que se ir para esta prática. Mas, para podermos iniciar uma tão fecunda revolução dos processos administrativos, é justo e necessário que o ministro se desloque para ouvir todos os interessados, discutindo uma a uma as previsões apresentadas — unificando critérios de administração, impondo economias onde descobrir a possibilidade de as fazer, porventura alargando dotações onde o julgar indispensável, modificando, em frente das realidades

e sem grandes formalismos, as organizações dos serviços em que as reformas forem mais urgentes: e tudo rapidamente, sem que officios e relatórios tenham de percorrer algumas vezes a longa distância que vai de Lisboa às nossas capitais ultramarinas.

Vistas as coisas por êste aspecto, a viagem que o ministro das Colónias vai empreender é o começo de uma grande transformação dos usos e costumes da administração colonial. Assim os factos permitam que ela se realize inteiramente.

A revisão dos orçamentos coloniais

—Parece-lhe que é êste, por isso, o momento oportuno para a viagem, não é verdade?

—Êste é realmente o momento oportuno para a viagem. Talvez mesmo se possa dizer que é já um pouco tarde. Os orçamentos coloniais devem entrar em vigor no dia 1 de Julho.

«Poderei fazer em Maio a revisão do de Angola—a tempo de todo o ano económico futuro se reger já por êle; mas só na primeira quinzena de Julho se poderá concluir a revisão do de Moçambique. Em todo o caso esta colónia ainda ganhará decerto, porque se a revisão fôsse feita em Lisboa, naturalmente não estaria feita a tempo de, na segunda quinzena de Julho, entrar em vigor o orçamento. Por isto lhe disse que a viagem devia começar agora.

«Mas não é só êste facto que marca neste momento a oportunidade da visita às colónias. Tem-se feito, no corrente ano económico, um grande esforço no sentido do equilíbrio nos orçamentos ultramarinos. Sobre essa sólida base queremos erguer o edificio da colonização portuguesa. Até ao momento de considerarmos consolidado o equilíbrio dos orçamentos, tudo lhe devemos sacrificar. A política tem de ser de ordem estritamente financeira. As razões e a acção com que se defende o equilíbrio devem pôr em fuga tudo o que tenda a rompê-lo ou torná-lo incerto. Mas o equilíbrio orçamental não é, em si, um fim. Indispensável à regularidade e continuidade de qualquer grande empreendimento, dá-nos a mais firme garantia de prosperidade a que pode aspirar um povo: sem êle tudo é aventura. Mas, dentro dos seus limites, tem de traçar-se uma obra construtiva nas colónias, depois da que se traçou e tem realizado na metrópole. Nas colónias está a esperança e o futuro de Portugal: nas colónias está o Império—isto é, a grandeza e a riqueza da Pátria, a sua força e a sua abundância.

«Ora chegou o momento de verificarmos a solidez do equilíbrio orçamental de cada colónia: e de, adquirida a certeza de que êle existe

e pode continuar a existir, lançarmos as bases de uma profunda obra renovadora.

«Temos por isso de assentar definitivamente na política económica que a cada colónia convém, integrando-a no sistema da política imperial. Depois, examinados dentro d'êste critério os problemas económicos mais salientes, seriá-los, adaptá-los aos recursos possíveis, estabelecer um plano que assegure a sua resolução dentro de um prazo relativamente curto, criar os organismos necessários—a seguir actuar rápida e decididamente.

«Não pode êste trabalho fazer-se senão em frente dos factos.

«E êste é o momento em que deve realizar-se, afim de que, nos orçamentos a elaborar para 1932-1933, possa sentir-se já a influência desta orientação.

O aspecto económico da ida do sr. dr. Armindo Monteiro ao Ultramar

—E sob o aspecto económico: o que espera V. Ex.^a da viagem?

—Sob o aspecto económico pode a viagem apresentar o mais alto interesse para a expansão do comércio português nas colónias. No movimento das importações e exportações coloniais, não tem a metrópole o lugar de relêvo que, de facto, lhe devia pertencer. Algumas vezes tenho já falado, em público, do caso de Angola—onde as possibilidades de desenvolvimento do comércio português são ainda grandes, no sentido de conquistarem mercados que pertencem ao negócio estrangeiro. Mas a quem detiver os olhos na estatística comercial de Moçambique, com igual relêvo lhe aparecem as possibilidades de desenvolvimento da nossa actividade, nacionalizando-se o comércio de uma colónia a que estamos presos por tantos laços sentimentais e de interesse.

«Dou-lhe alguns números, para bem fazer uma ideia acerca das vastas possibilidades que ao nosso comércio se oferecem na África Oriental—números êsses relativos ao período que vai de 1926 a 1930. Importaram-se nesses cinco anos 983.000 quilos de cimento português e 8.720.865 quilos de cimento estrangeiro; de cobertores de lã foram 6.747 quilos de Portugal e 44.627 do estrangeiro; no que respeita a cobertores de algodão a uma entrada de 1.035 toneladas estrangeiras correspondeu apenas uma de 100 toneladas portuguesas; de tecidos de algodão cru ou branqueado, importaram-se 1.897 toneladas estrangeiras e só 91 nossas; de tecidos de algodão tinto ou estampado, 553 toneladas portuguesas e 5.458 de outras procedências; de café, 87 toneladas nossas e 278 de origem diferente; de

milho, um total de 10.062, só 163 eram nacionais; de louça, ao lado de 26 toneladas portuguesas figuram 503 estrangeiras; de vidro em obra absorveu o mercado 276.801 quilos estrangeiros e só 9.244 nacionais.

«Podia citar-lhes muitos mais números—mas estes bastam para lhe dar uma ideia do estado do problema e dos horizontes que o comércio, quer metropolitano quer colonial, tem desde já no nosso ultramar.

«Na verdade, as responsabilidades d'êste estado de coisas pertencem mais à Metrópole do que às colónias. Estas dão aos produtos nacionais facilidades que, em absoluto, recusam quasi sempre aos estrangeiros. Mas nós é que nem sempre estamos preparados para as aproveitar—por falta de propaganda, de organização e de crédito.

As feiras de amostras dos produtos da indústria nacional

«O Governo encarou, para já, um começo de resolução dos dois primeiros aspectos d'êste problema. Por isso, aproveitando a viagem, se quis fazer uma intensa propaganda do trabalho português, organizando, em Luanda e Lourenço Marques, feiras de amostras de produtos da indústria nacional. Estou convencido de que, em muitos casos, estas feiras vão constituir uma verdadeira revelação. A indústria metropolitana, que, em muitos ramos, trabalha já em condições de, com êxito, concorrer com a produção estrangeira, poderá mostrar aos nossos mercados coloniais que é digna de que lhe concedam uma preferência activa. Deve dizer-se, em louvor das nossas indústrias, que a ideia das feiras foi entusiasticamente acolhida e que a metrópole vai mandar a Luanda e a Lourenço Marques não só ricas e abundantes provas da sua actividade, mas também delegados que, entrando em contacto com os mercados locais, estudem os problemas que lhes interessam. Assim se alcançarão as facilidades necessárias para que rapidamente se intensifique o intercâmbio entre todos os elementos do Império. A indústria, a agricultura e o comércio metropolitano compreenderam perfeitamente a importância das demonstrações que vão fazer-se e auxiliam-nas por modo que dá às nossas pacíficas ambições económicas grandes esperanças de êxito.

O conhecimento directo do meio importa muito na vida comercial; a embaixada que a indústria portuguesa vai mandar a Angola e a Moçambique mostrará decerto muitos caminhos novos aos dirigentes do trabalho português.

—¿Não se realizarão, em Luanda e em

Lourenço Marques, reuniões de industriais e de comerciantes da metrópole e das colónias?

—Estão previstas e activamente se preparam já essas reuniões. Delas espero resultados fecundos. Serão debatidos, entre as pessoas e colectividades directamente interessadas, os problemas que, para a intensificação das relações entre os diversos territórios do império, se consideram fundamentais. Serão apresentados estudos sobre as questões que mais de perto lhe respeitam. Para o futuro do nosso comércio tem a maior importância que as forças económicas metropolitanas se façam representar por alguns dos seus mais prestigiosos membros nessas reuniões coloniais. Esse prestígio será uma nova força posta ao serviço da prosperidade nacional.

—E ficaremos apenas nessas duas demonstrações, caíndo depois tudo no silêncio e, digamos, no desinteresse anterior, ou pensa V. Ex.^a que as feiras coloniais e as conferências constituam, por assim dizer, a ante-câmara de um plano mais vasto e permanente?

—Se nos contentássemos com os resultados, que das feiras e das conferências pudéssemos tirar, alguma coisa de novo teríamos de facto conseguido. Mas o êxito que alcançarmos agora deve ser apenas um começo, um incentivo para levarmos muito mais longe esta obra de aproximação.

«Desta vez, muitos portugueses—jornalistas, agricultores, industriais, comerciantes—irão pela primeira vez a S. Tomé, Angola e Moçambique, cujos recursos, belezas e possibilidades ficarão conhecendo. O encantamento da vida tropical entrar-lhes-há no sangue. Deixarão as colónias de ser simples e vagos nomes geográficos, para serem realidades fortes, que sob os seus olhos viveram e que nunca mais esquecerão. Ouvirão discutir os seus problemas; interessarão directamente neles os seus negócios. As colónias recolherão assim um capital de simpatias importantes, que ajudará a desfazer velhas lendas, a vencer o pavor de muitos, a criar uma tradição de negócios e de emigração, que pode ser importante para a conquista do desafio económico. Espero que, assim, a pouco e pouco, chegaremos a criar na alma do povo o grande ideal colectivo da valorização das colónias, ideal que pode ter em si um tal poder criador que, durante anos e anos, forneça alimento a tôdas as ambições e esperanças.

«Para isto é necessário que não nos quedemos no começo de realizações, que esta viagem deve trazer, se os seus intuitos forem por todos bem compreendidos e ajudados.

Um vasto programa de realizações

«Por isso encaro desde já, na ordem prática, várias ordens de realizações coloniais, para além das que andam directamente ligadas à viagem: o estabelecimento das Casas da Metrópole nas Colónias; a criação das Casas da Colónia em Lisboa e Pôrto; a realização de um Congresso Económico Imperial; a realização de uma Exposição Colonial Portuguesa; a organização de um Museu Colonial Português.

«A ideia das Casas da Metrópole nas Colónias nasceu na Associação Industrial Portuguesa —a cujos esforços, em prol da intensificação do intercâmbio metropolitano colonial, deve prestar-se homenagem. Quero que tudo se encaminhe, desde já, no sentido de lhe darmos próxima e eficaz realização, aproveitando mesmo alguns dos mostruários que forem às Feiras de Amostras e dos ensinamentos que delas resultarem. Devem ser, nas colónias ou na metrópole, guias seguros para os comerciantes, defensoras dos seus interesses junto dos poderes públicos, auxiliares firmes na luta contra o produto não português, fiscais activos de tudo o que represente concorrência desleal. Serão, dêste modo, cooperadores importantes, primeiro na obra de expansão do nosso comércio, depois na da conservação das suas posições.

«As conferências que vão realizar-se, como lhe disse, em Luanda e Lourenço Marques prepararão uma reunião mais larga: a de uma Conferência Económica Imperial, em que tomem parte, ao lado dos comerciantes, agricultores e industriais metropolitanos, os das colónias, para se discutirem os problemas comuns e se assentar nas soluções «imperiais» necessárias. Para além desta conferência devemos encarar a constituição de um conselho económico permanente, que seja o guarda-fiel dos interesses do comércio colonial e metropolitano nas suas recíprocas relações. A falta dêste órgão sente-se em todos os momentos nas deformidades que existem ainda na administração económica do Império. Mas não o devemos criar de um jacto —para que a consciência da sua necessidade se forme, pouco a pouco, e ela seja, no fim, uma imposição dos factos e não uma simples imposição da lei.

«A Exposição Colonial Portuguesa tem de fazer-se. É indispensável. Há nas colónias um formidável trabalho realizado e desconhecido. Tem de mostrar-se, de evidenciar-se a todos os olhos. Mas, para que dela se tirem todos os resultados possíveis, tem de preparar-se lentamente. Virá depois das Feiras de Amostras, que

Uma carta mensal

de Portugal para as Colónias

Pelo dr.
Agostinho
de
Campos

NÃO é só a força da rima que muita vez atrai uma para a outra, no nosso pensamento e na nossa bôca as palavras poeta e pateta. Tal associação de ideias ou de vocábulos pode traduzir acertadas definições psicológicas.

Há muitos patetas que se julgam poetas, só porque medem e rimam uns versinhos que não dizem novamente nada de novo, se é que dizem qualquer coisa que mereça ler-se ou ouvir-se.

Esses seres inúteis e satisfeitos ignoram que os verdadeiros poetas — os poucos que tem havido e pode haver — além de possuírem almas que são mundos, os dotou Deus com o poder mágico de se exprimirem com beleza rara, original, renovada e renovadora, e com a vontade lógica, fria, calculadora, de construírem os seus poemas como o engenheiro ou o architecto, pondo números e álgebras ao serviço da sua ideia, con-

cebe e levanta a catedral, o palácio ou a ponte. O verdadeiro poeta reúne em si a inspiração de um vate, a amplidão de vistas de um filósofo, o poder de combinação de um matemático e a força de vontade de um homem de acção. Não nos iludamos com os falsos sentidos que por vezes se incrustam nas palavras mais simples e mais claras: um poema perfeito e acabado representa acção, visto que é acto, tanto e tão bem como um grande negócio ou uma grande batalha.

Muito tempo se pensou e se disse que os Portugueses navegadores e descobridores eram um bando de aventureiros. Ainda hoje muitos repetem com desvanecimento que nós somos um povo de poetas. Os que assim falam não passam de patetas; e querem fazer de nós todos uma súcia de patetas como eles, porque, na sua ideia ou na sua idiotia, o poeta é um pateta que anda na lua e tropeça em Indias, ou um preguiçoso vazio de cérebro que passa o dia e a noite no café, à espera de que o poema lhe saia na lotaria da Misericórdia.

É, pois, muito pedagogicamente oportuno passar aquelas afirmações fáceis e levianas pela peneira da realidade e da justiça. De outro modo ofenderemos os maiores, passando por alto me-

agora vamos fazer, e um pouco como sua consequência lógica.

«O Museu das Colónias, cuja organização e instalação se estudam já, activamente, é uma velha aspiração portuguesa, cuja necessidade, depois do triunfo que alcançámos na Exposição Internacional de Paris, se tornou particularmente saliente. Temos, em larga abundância, os elementos, actuais e históricos, precisos para que êle ofereça o mais alto interesse; temos agora homens que, em sucessivas exposições, ganharam a difficil experiência que êste género de trabalho exige. Não devemos deixar nem que aqueles se dispersem, nem que estes desanimem. Mas a Exposição Colonial que fizermos poderá ainda dar-nos uma ocasião para efectuarmos certas selecções interessantes, convencendo todo o público da urgência e utilidade do Museu. Não se compreende, de resto, que um Império tão vasto e variado como Portugal o não possua, como elemento de ensino e propaganda.

«Como vê, por tudo isto, a viagem do mi-

nistro das Colónias, as Feiras de Amostras nas Colónias, as conferências de Luanda e Lourenço Marques são o primeiro lanço de um plano, cuja execução exige o concurso de muitos portugueses e deve merecer a simpatia de todos. Vão contribuir para espalhar a fé nas Colónias. E não esqueça o que disse, vai em 35 anos, o grande colonial que se chamou António Enes: «se formos uma nação toda a acreditar no futuro das nossas colónias e a querer realizar êsse futuro de prosperidades, Portugal renascerá nelas como renascem os pais nos filhos».

«E, ouvidas estas palavras, de tanta eloquência e patriotismo, entendemos que não devíamos abusar mais da generosidade com que nos acolhera o nosso ilustre interlocutor e despedimo-nos, agradecendo-lhe a deferência com que nos recebera e admirando o entusiasmo, a fé e a ciência com que o sr. ministro das Colónias colocara diante dos nossos olhos a visão do que êle pensa que poderá ser, em período relativamente breve, o Império Português.

recimentos que tiveram, e desmoralizar-se não filhos e netos, à força de os habituar à noção falsa, estéril e vã de que o simples devaneio pode ser modo de vida.

Se tivessem sido puros e pobres aventureiros, os nossos antepassados não haveriam podido consumir a obra universal que se lhes deve, e cujo êxito resultou do que nela houve de cautela e de organização — dois elementos sem os quais não se realiza coisa grande e que o simples espírito de aventura não conhece.

Mas, se os grandes navegadores e descobridores foram poetas, vejamos e meditemos bem o alto, e nobre, e eficaz, e perfeito, e difícil sentido em que o foram.

Foram poetas, porque tinham um ideal, um ideal trabalhoso e longínquo, ou mais que um. Propagar a fé, consolidar a nação, combater no seu fojo o milenário inimigo islâmico, descobrir e explorar as riquezas do Oriente...

Tudo isto, sem excepção, pode ser alta poesia, embora alguns patetas se convençam de que o apetite da riqueza pertence sempre ao género prosaico. Meter no bolso a saca de libras que um distraído deixou ficar esquecida e à mão, é prosa chilha, decerto; mas sonhar com as pérolas de Ofir ou os diamantes de Golconda, e ir em busca deles, através de mil prodígios de acção, de esforço, de inteligência, e à custa de sofrimentos e dores que valem muito mais do que os diamantes e as pérolas — aqui já pode haver poesia, e da melhor, poesia para poetas, e não para patetas.

Tinham os nossos maiores um ideal, ou mais que um. E a História mostra que eles souberam dar realidade ao seu sonho, exprimir por factos a sua poesia, materializar os grandes ideais em grandes feitos, o que tudo prova que eram capazes de vontade, de energia, de persistência, de método, de organização — privilégios ou brasões do homem prático. Poéticos e práticos ao mesmo tempo, mostraram-se assim homens completos, foram homens. E assim é que é preciso vê-los, admirá-los — e imitá-los.

Homens verdadeiros, homens completos, grandes homens, todos os que consideramos e chamamos assim, qualquer que seja a esfera criadora ou transformadora em que se distinguiram e elevaram acima da craveira comum — foram sempre aqueles que em si mesmos reuniram a inspiração e a energia, aqueles a quem Deus conferiu, com a graça da poesia, a riqueza de vontade. O ideal, quando se apoia só em veleidades, chama-se megalomania; e os grandes poetas querem, tão intensamente como os grandes comerciantes ou os grandes capitães.

Se fôsse precisa uma contraprova, encon-

trá-la-íamos, bem real e convincente, nos Lusíadas. Resumo ou flor da grande empresa nacional, a Epopeia reúne em si, como ela, a poesia e a realidade no assunto, a inspiração e o método na factura, o arroubo do lirismo e a gravidade da história. É obra de arte porque é obra de vontade, de saber e de engenharia; e o canto ali é acção, tanto como o tema cantado.

Tenha-se, pois, muito cuidado com a afirmação de que somos um povo de poetas.

Entendida como é dita por aí, tem todo o aspecto de elogio parvo em bôca própria; mas, interpretada como parece útil, envolve-nos em graves responsabilidades: significa nada menos que, além de termos colectivamente um ideal elevado e firme, sabemos o que queremos e estudamos, trabalhamos, nos organizamos e fortalecemos para condensar o sonho em realidade.

De outro modo, errata: onde está poetas, leia-se patetas.

O café nas colónias portuguesas

O sr. tenente-coronel Garcez de Lencastre pede-nos para fazer a referência de que este trabalho foi escrito em Dezembro de 1930 e que por lapso cortou as seguintes palavras: "segundo leio nos jornais chegados na última mala,, e que a seguir transcreve alguns trechos daqueles jornais referente à situação do café em Angola naquele momento.

Humpata-Angola



Um belo exemplar de cacho de uvas

AS FEIRAS COLONIAIS

Pelo DR. CARNEIRO DE MOURA

Professor jubilado da Escola Superior Colonial e publicista

ESTÃO em foco as feiras coloniais como meio comercial e industrial de coordenação económica entre as Colónias e a Metrópole. As feiras foram, na Idade-Média, muito usadas como meio comercial, e ainda hoje, a-pesar-de novos processos mercantis servidos pela viação rápida, são as feiras muito úteis como meio de intensificação comercial.

A colonização portuguesa, a mais interessante dos tempos modernos, carece de cuidados especiais para realizar o Império Industrial Português ameaçado de vários modos. Foram os colonialistas alemães quem primeiro pôs o problema da função económica actual, dentro do esforço colonizador. Antes da Grande Guerra, os escritores germânicos sustentaram que só podem ter colónias as Metrópoles que delas careçam para produção de matérias primas, e colocação de produtos. Primeiro, os estados europeus e extra-europeus chegaram economicamente para si próprios. Estados agrícolas, quando a grande indústria ainda não existia, não careceram, nesta fase económica, de territórios coloniais, porque a permuta de produtos e a própria produção se realizavam sem dificuldade.

Veio a época moderna da grande indústria, da viação acelerada com o desenvolvimento e progressos da mecânica e da química—e os estados metropolitanos lutaram com grandes dificuldades para a colocação dos produtos que as suas indústrias iam arrancando à sua maquinofacturação. Com este ponto de vista, os estados julgam-se no direito e na necessidade de possuir territórios coloniais em nome do princípio do direito à vida. Portugal não tem que se recear do conceito dos colonialistas alemães. As nossas feiras coloniais hão-de demonstrar as qualidades colonizadoras dos portugueses. De resto, a colonização brasileira e a acção de Albuquerque na Índia são suficientes indicadores dos títulos funcionais que dão a Portugal, modernamente, a categoria de grande potência colonial.

O Império económico português tem a justificá-lo e a explicá-lo a obra que as feiras coloniais hão-de patentear como afirmação do Portugal Maior.

A Sociedade das Nações, formulando conceitos sobre mandatos coloniais, mais tem afirmado os claros títulos porque Portugal se afirma cada vez mais no desenvolvimento do grande império colonial.

Não se trata só da capacidade produtora que a explica a fácil colocação de produtos portugueses da Metrópole nas colónias.

Cabo Verde; a Guiné; S. Tomé e Príncipe; Angola; Moçambique; Gôa, Damão e Diu; Macau e Timor—são domínios portugueses que no Atlântico, com a Metrópole, a Madeira e Açores, no Índico e no Pacífico afirmam a magnífica existência do Portu-

Línguas bantú

Necessidade do seu ensino

Por JOSÉ MATIAS DELGADO

Antigo missionário, Capelão Naval e Professor de Kibundo da Escola Superior Colonial

APESAR de ser como um axioma a necessidade do conhecimento, mais ou menos fundo, das línguas sul africanas, é tão desprezada esta necessidade que poucas pessoas se dedicam ao seu estudo.

Quando Diogo Cão em 1482 chegou à foz do rio Zaire, a maior dificuldade que encontrou foi não se poder fazer compreender pelos indígenas dali nem com os de S. Salvador, a onde ele teve o grandíssimo arrojo de ir. Levava intérpretes, mas estes não entenderam a língua dos povos do Zaire e Congo. Estes intérpretes não podiam entender aquelas línguas, pois eram originários de regiões onde se não falavam nem falam as línguas bantu. A necessidade de conhecermos a língua da região onde nos encontramos não se limita só às línguas sul africanas; é uma necessidade de todo o mundo; mas eu refiro-me mais às línguas bantu, porque é nas regiões onde elas são faladas que nós possuímos as nossas duas maiores colónias—Angola e Moçambique.

A primeira região abaixo do equador onde nós nos estabelecemos foi em S. Salvador do Congo.

gal Maior como um império económico de rara utilidade internacional.

O acto de Latrão dando ao Papa a categoria dum soberano temporal no Vaticano, veio levantar a questão de se saber se a Sociedade das Nações poderia dar ao soberano do Vaticano um mandato colonial. Mas esta questão está morta desde que está em voga o conceito que as feiras coloniais implicam saber até que ponto um estado é capaz de ser agente produtor na ordem do comércio internacional.

A Metrópole portuguesa tem demonstrado suficientemente que sabe, pode e quer organizar-se como agente colonial, o que as feiras das colónias demonstram e ostentam.

É certo que se tem abusado um pouco na ordem financeira do empirismo fiduciário. O conceito económico que se satisfaz com uma boa organização do regimen monetário e financeiro, ainda com sacrifício do desenvolvimento económico, não pode ser verdadeiro. Isto é um incidente que não pode inutilizar o valor do Império colonial. Estamos muito distantes do tempo de Rebelo da Silva, Sá da Bandeira e António Ennes, e das pautas aduaneiras de 1892.

Grande, sem dúvida, foi a dificuldade que nós tivemos de conhecer, ainda que deficientemente, a língua ali falada, o kikongo e foi por isso que só em 1624 um padre Jesuíta, Mateus Cardoso, se atreveu a publicar o primeiro livro em kikongo: um catecismo, que tanta falta fazia para serem ensinadas as verdades da religião àquela gente, na sua língua.

Eis o que o dito padre conta sobre o catecismo:

«Estando (em 1619) no colégio de Luanda, reino de Angola, fui em missão ao reino do Congo para exercitar os ministérios da nossa companhia, além de outros negócios do serviço de Deus e bem público do dito reino e perguntando, no ensino da doutrina, pelas orações, achei que as não havia na língua do Congo, mas em latim, que só pode entender quem o aprendeu.

E vendo quão importante era ao bem das almas saberem-se na própria língua as orações, tratei logo de traduzir na língua do Congo a doutrina cristã... E porque não sentia em mim cabedal bastante para esta empresa, aproveitei-me dos mestres mais insígnies, que havia nessa corte para que a obra saísse, qual eu desejava».

O que fica transcrito está no prólogo da primeira edição do dito catecismo.

Reconhecia-se e sempre se reconheceu a necessidade do estudo das ditas línguas, mas a grande dificuldade era achar uma porta por onde se pudesse entrar no seu conhecimento e daí veio o desprezo por elas, desprezo que ainda hoje se nota na maioria dos funcionários que desempenham os muitos cargos que lhes são confiados pelo Governo. É condição taxativa em Angola o ter-se exame de kibundo para o funcionário poder ser confirmado no lugar que desempenhar já provisoriamente.

Esta medida não tem dado resultado prático de utilidade alguma, pois o funcionário não adquire um conhecimento mais ou menos fundo para poder estudar ao menos as regras principais de qualquer das muitas línguas bantu e fica assim ainda nas mãos dos intérpretes, visto que os não pode dispensar.

Mas o emprêgo destas deu sempre e dará, salvo algumas poucas excepções, mau resultado, pois a maior parte das vezes não sabem ou não querem traduzir a ideia da pessoa que fala e assim fazem com que o funcionário não seja bem entendido dos indígenas a quem pretende fazer conhecer qualquer ordem ou ideia.

Onde mais se torna necessário o conhecimento da língua da região em que o funcionário está desempenhando algum cargo, ou, melhor, onde se faz sentir de um modo bem frizante aquela falta, é quando uma autoridade tem de resolver as várias questões gentílicas, (makas) que se lhe apresentam. A autoridade tem de fazer justiça e é para isso que as partes litigantes recorreram a ela.

Se a autoridade não conhece, pouco que seja, da língua, é enganada com certeza e assim é depois objecto de troca da parte vencedora e de ódio da parte vencida, contribuindo deste modo para que a justiça seja calcada e a sua autoridade ludibriada, além dos prejuízos materiais que ocasiona à parte vencida.

O missionário capuchinho italiano, João António Cavazzi, já em 1668 fazia sentir o grande inconveniente do emprêgo dos intérpretes. Introduziam involuntariamente e mesmo voluntariamente grandes

erros que causaram gravíssimos danos tanto na religião como na administração civil, di-lo éle no seu livro.

Também outro missionário, capuchinho italiano, Fr. Bernardo Maria de Cannecattim, no seu «Dicionário da língua bunda», impresso em Lisboa em 1804, dizia, falando dos intérpretes: «Eu não posso mostrar, sem uma viva dor, a insuficiência e os males gravíssimos deste meio na prática da religião em Angola, como eu mesmo vi e experimentei».

Os intérpretes são pretos do país e gente ignorante, que desconhece da sua própria língua uma grande parte e que da portuguesa apenas sabe os termos mais vulgares e usuais.

Por estes homens se há-de anunciar ao povo a doutrina da salvação nos seus dogmas e na sua moral, mas sucede freqüentemente que uns tais intérpretes ou não percebem a força e o verdadeiro espírito das palavras portuguesas, ou não sabem achar e escolher na sua língua termos, que propriamente lhes correspondam, de que pode resultar serem ensinados erros substanciais, assim do que devemos crer como do que devemos obrar. Além destes horrorosos males, é visível que as instruções comunicadas aos fieis perdem uma grandíssima parte da sua energia e do seu fruto, passando pela lânguida expressão de um preto ignorante, em cuja boca fica como sufocada a semente evangélica... Para mostrar que o conhecimento da língua bunda é também útil ao Estado, bastaria ter demonstrado o quanto éle interessa ao cristianismo, porque a religião, fazendo o mais firme apoio do Estado, os males daquela são transcendentos (transmissíveis) a este. Contudo pode, além disto, fazer-se ver, que a utilidade da língua bunda afecta directamente o corpo político nas suas relações económicas e comerciais.

Pouco é necessário meditar, para se conhecer, quanto convém que aqueles, aos quais está incumbido o governo, e a administração da Justiça em qualquer país, saibam o idioma que nele se fala. Se tais pessoas não tiverem esta inteligência, constituem-se na indispensável necessidade dos intérpretes, e, em consequência, na precisão de indagarem, e saberem por outrem o que muitas vezes o bem público, ou particular, exigia que elas por si mesmas inquirissem e soubessem. O importantíssimo segredo das disposições políticas e militares é forçoso que freqüentemente seja entendido de um intérprete (isto é de um preto venal), ficando exposto a ser revelado, ou por uma simples facilidade, ou por um insignificante prémio... Todas as representações ou requerimentos que a populosa nação dos ambundos faz aos chefes do Governo lhes são declarados pelos intérpretes; mas, se o pretendente, ou a súplica não é do agrado do intérprete, está no ponto de ser por este iludida, representando-a diversa, pondo assim ao mesmo tempo em ludíbrio a autoridade de quem manda e a justiça de quem pede.

O processo, tanto cível como criminal dos ambundos, é igualmente feito pelo ministério dos intérpretes, sendo por elles explicadas (inquiridas) as testemunhas, que fazem a prova do direito das partes e o fundamento do julgamento. Mas, oh quanto arriscada não é a administração da Justiça!

Se o intérprete está apaixonado ou vencido contra qualquer dos litigantes, éle então vem a ser o árbitro da sua fazenda, da sua honra ou da sua

vida, transformando como quiser os ditos (depoimentos) das testemunhas.

Finalmente o avultado e interessante comércio de Angola exige o conhecimento da língua bunda, porque sem elle não só estão os negociantes sujeitos a serem enganados a cada passo, mas experimentam um obstáculo perpétuo no giro e tráfego da sua negociação, que lha prende e diminui com atrasamento e prejuízo, assim do interêsse particular como do Público e Real Fazenda.

De tudo o que fica ponderado se conclui que a intelligência da língua bunda, ou língua geral do reino de Angola, é utilíssima e necessária aos missionários, aos governadores e magistrados na regência do Estado e administração da Justiça, aos chefes militares no acêrto do seu comando e na felicidade das suas operações, aos comerciantes para o manejo do seu negócio, sendo uma ruína e uma desgraça que todas estas pessoas consigam o fim das suas funções somente através da opaca sombra de um ignorante intérprete preto».

Assim pensava um missionário que tinha vivido continuamente em Luanda e no Bengo desde princípios de 1779 até Novembro de 1799, vindo no fim dêste mês para Lisboa.



Em 19 de Julho de 1850 chegou a Luanda um doutor em direito, António Augusto Teixeira de Vasconcelos, moço de 33 anos, que ali exerceu a advocacia e foi presidente da Câmara, retirando-se para Lisboa em 22 de Maio de 1853, por ordem do governador António Ricardo Graça, com quem teve grandes desavenças por causa de artigos que escreveu contra elle.

Apesar de viver pouco tempo em Luanda, teve occasião de avaliar e ver bem a tristíssima figura que um advogado é obrigado a fazer num tribunal, onde o reu, festemunhas, magistrados se não podem entender.

Quando então a jovem Sociedade de Geografia estava crescendo cada vez mais em importância por iniciativas do maior e mais acendrado patriotismo, tanto de resultados práticos para a Metrópole como para as nossas Colónias, António Augusto Teixeira de Vasconcelos, então vice-presidente daquela benemérita colectividade, na sessão de 7 de Janeiro de 1878, levantou a sua voz autorizada propondo que a Sociedade pedisse ao Governo a criação de um Instituto em que se ensinassem as *línguas das possessões portuguezas ultramarinas* e a história e geografia coloniais.

Esta proposta foi recebida por todos os sócios com as honras que ella merecia, pois todos reconheceram, e já reconheciam antes, que o estudo e conhecimento das ditas línguas era da mais alta importância.

Êste assunto foi ventilado em mais duas sessões, falando e tomando parte activa na discussão sócios da mais alta competência e sabedoria, sendo todos concordes na existência da necessidade do estudo e conhecimento da língua da região onde o funcionário público e os missionários tivessem que exercer a sua actividade.

Para corroborar ainda esta afirmação vou transcrever o que o Dr. Joaquim de Almeida da Cunha dizia em 1884, sôbre êste assunto.

Êste doutor era então secretário geral do governo de Moçambique; mais tarde teve o mesmo lugar em Angola por duas vezes.

Dizia elle, no seu livro «Apontamentos para o estudo das línguas faladas pelos indígenas na provincia de Moçambique»:

«Sabemos que há quem julgue inútil à administração colonial o conhecimento das línguas indígenas. Não o pensamos assim. Na África entrámos em escolas onde o professor não entende o aluno nem é por êste entendido. Temos visto nos tribunais quanto é difficil apurar a verdade, porque o juiz tem de recorrer a um intérprete, de cujo conhecimento da lingua nem mesmo tem meio de certificar-se. Defendemos réus, que assistiam ao seu julgamento sem entenderem o juiz, o acusador e o advogado, e que só comprehendiam de tudo aquilo que, ou iam para a rua ou voltavam para a enxovia.

Sabemos de negociações com régulos frustadas por infidelidade ou incapacidade dos intérpretes. Pensam muitos que as línguas de África devem desaparecer. A experiência de uma dominação de quasi quatrocentos anos protesta contra semelhante asserção. Nas nossas colónias do continente africano ainda não conseguimos fazer desaparecer uma lingua e onde mais pudemos inculcar a portuguesa criámos entre o povo um crioulo mais difficil de estudar e entender. Enquanto não comprehendermos bem os povos africanos, nem poderemos exercer dominio eficaz, nem dar-lhes ensino proficuo e muito menos substituir à dêles a nossa lingua».

Como muito bem diz o autor do excerpto que acabo de transcrever, a necessidade do conhecimento da lingua da região onde um funcionário se encontra nas nossas colónias é de grandíssima importância, não só para os missionários, juizes e advogados, mas também para os sargentos e professores poderem com método mais proficuo ensinar os recrutas e as crianças nas escolas.

Se ainda aqui na Metrópole se encontram alguns recrutas, que ao assentarem praça, não sabem qual é a sua mão direita ou o seu pé direito, como aconteceu ainda em Março dêste ano a quatro recrutas, em Lisboa, no Batalhão de Caçadores 5, 4 quantos casos se não apresentam em África a um official ou a um sargento que, cheios de boa vontade e vestidos da maior paciência, não se podem, de modo algum, fazer comprehender pelos recrutas pretos, que êles têm de ensinar?

Em Luanda vi eu bem quanto é custoso êste mister. Vi um sargento que teve a maior difficuldade em ensinar a contar em portuguez até cinco uns recrutas pretos e que tinham vindo do Sertão havia pouco. Se o sargento dissesse aos recrutas os números na sua lingua e em seguida a cada número o equivalente em portuguez, êles com a maior facilidade aprenderiam os números em portuguez. É o que hei de dizer para um preto chegado do Sertão aprender os nomes das várias peças de uma arma e do modo de se servir delas?

Se o sargento instrutor tivesse um formulário escrito na lingua dos recrutas que houvesse de ensinar, o qual formulário devia conter todas as perguntas na lingua indigena e em portuguez bem como as respectivas respostas, que seriam feitas na mesma lingua e em seguida em portuguez, os recrutas gravariam com a maior facilidade as respostas e simultaneamente aprenderiam a falar portuguez, pois ve-

riam a equivalência das frases portuguesas com a sua língua.

Caso idêntico se deu comigo.

Logo após a minha chegada a Luanda, em fim de Junho de 1890, no princípio da minha vida de missionário, fui destinado à missão de S. Salvador do Congo e ali foi-me dado o cargo de reger a escola. É nas escolas onde ressalta também a necessidade do conhecimento da língua local e isto foi logo de princípio reconhecido por mim, pois nem eu entendia os alunos há pouco matriculados nem eles me podiam entender. Ali ainda se ensinava pelo método antigo do bé á bá.

Não me pude conformar com o ensino por êste método e resolvi-me, contra a opinião dos meus três colegas na mesma missão, ensinar pelo belo método de João de Deus, que eu tinha aqui estudado com o próprio autor.

¿Mas como podia eu conseguir ensinar por êste método, não sabendo a língua dos alunos e tendo eu de os fazer compreender as muitas regras necessárias ao dito ensino?

Eis a grande dificuldade.

Logo de princípio comecei a estudar a língua do Congo, de modo que em breve, com antigos alunos, que já conheciam e falavam bem o português, compus um formulário de perguntas e respostas às várias regras do método de João de Deus, as quais constituem as suas bases fundamentais, isto tanto para crianças brancas como pretas.

O seguir-se sempre um só formulário de perguntas e respostas, feito na língua indígena, seguida a pergunta da sua tradução portuguesa, tão literal quanto fôr possível e ensinando a resposta igualmente na língua indígena, seguida também logo da respectiva tradução portuguesa, que, se exigirá que a criança a dê, empregando portanto sempre as mesmas palavras em uma e outra língua, faz, com que de um modo eficaz, as crianças gravem na sua memória, de uma maneira indelével, as regras dadas pelo professor e assim êste possa fazê-las empregar e seguir no decurso do ensino.

O dito formulário produziu o melhor resultado para o fim que eu tinha em vista e de tal maneira se tornou evidente que os meus colegas na missão reconheceram a sua utilidade, deixando de criticar e combater uma inovação, que lhes parecia uma afronta ao seu antigo método de ensino. Esta minha afirmação ainda a posso provar pelo seu testemunho, pois ainda são vivos os três.

Mas quando o método por mim adoptado teve a sua prova real foi no caso seguinte:

Em 1 de Outubro de 1891 entrou para a missão um pretinho de 10 ou 11 anos, filho de um soba importante, distante cêrca 20 léguas. Êste pretinho nunca tinha ouvido falar português. Para provar a bondade do método de João de Deus, com o auxílio do que eu já sabia da língua do Congo, disse aos meus colegas que ia provar-lhes, de uma maneira insofismável, a beleza do dito método.

Comecei a ensinar individualmente a criança, o que não dá tão bom resultado como o ensino em classe. Eu nem todos os dias lhe podia dar uma lição a preceito, mas, a-pesar-disso, fui-o ensinando, e de tal modo o pequeno aproveitou, que no mês de Maio de 1892 o passei para o segundo livro do método (Os Deveres dos filhos).

Nos fins do dito mês adoecei gravemente com

uma biliosa, tendo de suspender o ensino durante uns vinte dias. No fim de Junho, quando saí do Congo, deixei-o já a ler e, o que é mais importante, entendia e falava já alguma coisa de português. É verdade que tive a sorte do pretinho ser muito inteligente, aliás não poderia colher tam bom e rápido resultado.

Foi depois um aluno distinto em tudo e até em música, sendo um excelente tocador de barítono na banda que eu comecei a criar na missão.

Há ainda mais três entidades que, sabendo a língua da região onde se encontram, colheriam para a sociedade os melhores frutos.

Quero falar dos médicos, dos botânicos e dos etnógrafos.

¿Se o médico conhecesse a língua que o doente fala, quanto melhor não seria o tratamento do seu doente? ¿Que ensinamentos não tiraria para o tratamento de outros doentes?

Além disso, se entabolasse algumas conversas com os curandeiros indígenas, poderia vir a ter conhecimento de um ou outro medicamento que eles empregam com bons resultados, pois é certo que eles conhecem remédios de bom e seguro efeito.

Os botânicos conseguiriam conhecer propriedades medicinais de um grande número de plantas aproveitadas pelos curandeiros para a cura das doenças e assim êsses medicamentos seriam trazidos para a Europa, sendo mais uns meios curativos de que os médicos se podiam valer.

O grande botânico austríaco, Dr. Frederico Welwitsch, que andou por Angola estudando a sua flora, desde 30 de Setembro de 1853 até Janeiro de 1861, deveu a grandiosidade dos seus apreciados trabalhos botânicos e de assuntos, que diziam respeito à agricultura, a ter logo no princípio da sua estada em Luanda começado a estudar o kimbundu, ficando assim habilitado a melhor cumprir a comissão de que tinha sido incumbido por portaria ministerial de 1 de Agosto de 1853. O seu trabalho foi colossal e até hoje ainda botânico algum conseguiu exceder-lhe em Angola.

Finalmente os etnógrafos poderiam colher directamente uma grandíssima soma de conhecimentos para o estudo dos costumes dos povos mergulhados ainda na sua maioria em tôda a série de erros e superstições, tais como os povos das nossas colónias e especialmente as de Angola e Moçambique.

Por conversas com os indígenas na sua língua, ou directamente, ou assistindo com fingida indiferença a elas, obteriam os etnógrafos conhecimentos interessantes e fidedignos que acabariam com os muitos erros e mentiras que se têm escrito sobre os seus costumes, tais como a sua maneira de viver em família e com a colectividade, o seu código tradicional para a resolução das suas várias questões e ainda a sua maneira de pensar sobre os meteoros, sobre os animais e sobre o espiritual e o sobrenatural.

Finalizo esta minha pequena exposição, julgando ter bem provada a necessidade do estudo das línguas de que tenho falado.

Na Escola Superior Colonial professam-se duas línguas bantu, sendo uma como o tipo das da costa ocidental de África (o kimbundu), e outra como o tipo das da costa oriental (o landim).

É pouco, mas o tesouro do Estado não pode suportar mais despesas.

UM grupo de escritores e publicistas coloniais, juntamente com alguns membros de Sociedades e Corporações Científicas, resolveram fundar em Lisboa, junto do Arquivo Histórico Colonial, um *Instituto de Estudos Superiores Coloniais*, composto de um número de membros efectivos, correspondentes e associados nacionais e estrangeiros, a determinar, a fim de proceder ao estudo e vulgarização dos problemas fundamentais das nossas Colónias.

Não pretende este Instituto suscitar discórdias ou fazer concorrência a qualquer outra colectividade ou corporação, seja de que natureza fôr, já fundada e que tenha como principal objectivo ocupar-se de assuntos coloniais.

Outros muito diferentes e mais altos são os seus intuitos.

Os tempos, de resto, — e as condições das colónias e da própria metrópole não o consentiriam.

É mais uma instituição que vem pelear a bom combate e a trabalhar no campo colonial, tão vasto e fecundo em que tanto há ainda a fazer.

Algumas das nossas colónias, e não das menos importantes, estão, por assim dizer, vivendo dos mesmos recursos e trabalhando pelos mesmos processos dos primeiros tempos do seu descobrimento e conquista.

É pois, de reconhecida utilidade a fundação de uma instituição desta natureza que se dedique de uma maneira preferente, e quasi exclusiva, ao estudo e investigação científica das nossas colónias nos seus diferentes aspectos, político e administrativo, intellectual e moral, de forma a bem poder orientar os Poderes públicos e a tornar-se merecedora dos aplausos da sociedade portuguesa.

Todo o trabalho empreendido para converter esta agremiação numa força, ao serviço da nação, tão carecida de auxílio inteligente e desinteressado, dentro da mais stricta legalidade, há-de forçosamente contribuir para o progresso e ressurgimento coloniais.

As várias individualidades e competências interessadas nas colónias que não tem podido produzir até agora, por falta de órgão apropriado, todo o trabalho e esforço que seria para desejar, encontrarão neste Instituto o necessário auxílio e os meios mais propícios e adequados de o poderem fazer.

É evidente que o estudo de ambas não pode habilitar para o conhecimento de todas as línguas bantu e tantas são elas.

Mas com certeza que habilita os individuos que vão para as colónias de Angola ou Moçambique e queiram estudar e aproveitar o seu estudo, utilizando-se de qualquer delas como de um *padrão* que lhes sirva de ponto de partida para o estudo de outras.

É este um grande serviço que a Escola presta a quem queira estudar em África outras línguas, pois os conhecimentos aqui professados representam muitos meses e mesmo anos no estudo das outras línguas.

Instituto de Estudos Superiores Coloniais

Secções em que se divide --- Sua finalidade

Por A. J. PIRES AVELANOSO

Director Honorário do Arquivo Histórico Colonial e Contabilista

Quantos anteponham ao seu interesse particular o bem geral, e conheçam as colónias por nelas haverem desempenhado altas funções de governo ou comando ou procedido a trabalhos de índole colonial caracterizados, achar-se hão à vontade, como em sua própria casa, dentro desta colectividade que jámais esquecerá o muilo que deve à nossa história e tradição de criadores e orientadores de povos.

Dos estudos desta colectividade e da sua dedicação à causa colonial dependerá em grande parte o seu êxito ou o seu fracasso.

De resto, este *Instituto*, em nossa humilde opinião, aparece no momento próprio, quando a política e administração colonial estão entrando numa nova fase de progresso e desenvolvimento, a qual, pela força das circunstâncias, precisa ser orientada e servida por pessoas bem intencionadas e competentes.

A acção do actual Senhor Ministro das Colónias e os propósitos publicamente manifestados, por S. Ex.^a, de proceder com todo o rigor à selecção do alto pessoal administrativo das colónias, não permitindo que se faça qualquer nova nomeação, para determinados lugares dentro do seu ministério e nas colónias, enquanto houver pessoal habilitado com o Curso da Escola Colonial, mais e mais nos convencem da necessidade deste Instituto e dos grandes e enormíssimos serviços que pode prestar.

Se este Instituto tivesse aparecido mais cedo e procedido, como lhe cumpria, a um estudo rigoroso e sistemático das Colónias, muitos dos erros, hoje tornados irremediáveis ou quasi, não teriam sido cometidos ou se o fossem, de há muito seriam emendados e corrigidos.

O falso ambiente dos interesses criados, o alarido ensurdecador, provocado pelos que se sentiam satisfeitos e felizes com aquele estado de coisas não

guas. Depois de tudo o que fica dito, ninguém, com razão e fundamento, deverá dizer que o ensino das línguas sul africanas é inútil e desnecessário; quem o disser comete uma grande e grave injustiça.

Para contribuir e dar finalidade ao que deixo exposto sobre as ditas línguas, vou publicar num dos números desta Revista umas regras gerais que sirvam de início para qualquer funcionário poder estudar uma determinada língua bantu, visto que as regras fundamentais de todas elas são quasi as mesmas.

Lisboa, 10 de Maio de 1932.

o permitiam, e todo o que se aventurasse a notar ou a criticar os erros mais palpáveis e salientes de quem tudo mandava, mas cuja ignorância dos principais problemas das nossas colónias só era igualada ou excedida pela sua incomensurável vaidade, corria o risco de ser votado às feras e acusado ainda por cima de menos patriota.

Tornava-se um indesejável, e por assim dizer um estranho dentro do seu próprio país, acusado de promover e provocar o seu descrédito.

Mas os dias sucedem-se e não se parecem, e a verdade acaba sempre por triunfar.

A boa doutrina colonial, os verdadeiros princípios da política e da administração, que ontem, ainda, eram apêndice de meia dúzia de indivíduos, se tanto, são hoje património de grande maioria, e por ela, reconhecidos e proclamados.

Se alguns indivíduos retardatários ainda existem, que se obstinam em não querer reconhecer esta verdade, são cegos voluntários, de quem nada há a esperar.

Aproveite-se a maré, trabalhando com afinco para que este ardor patriótico não esmoreça.

E se o *Instituto* bem compreender e cumprir a sua missão não atraído nunca o seu programa, que forçosamente há-de estar em harmonia com as necessidades e interesses do País, não lhe faltará a assistência particular e oficial, que lhe é devida, quer na metrópole quer nas colónias, quer ainda no Brasil e no estrangeiro.

Temos razões especiais para poder fazer estas afirmações.

O *Instituto de Estudos Superiores Coloniais*, como já dissemos, em outros órgãos de publicidade, principalmente em *As Novidades*, deve ser constituído por cinco secções, a que se poderá adicionar mais alguma, se assim for julgado conveniente.

Essas secções deverão ser:

- de história e geografia
- de política e administração
- de economia
- de ciências físicas e naturais
- de ensino, literatura e belas artes.

Poder-se-hão criar nas diferentes colónias, mas principalmente em Angola e Moçambique, *núcleos* ou *filiais* deste Instituto, com a mesma ou idêntica composição que os da metrópole; e um serviço de propaganda para as *colónias livres*, fixadas no estrangeiro e no Brasil.

Desta forma se abrangeria, em conjunto, toda a família portuguesa, espalhada pelas cinco partes do mundo, com a qual o Instituto entraria em relações culturais e comunicação permanente, por intermédio das suas publicações e Boletim.

Nas colónias sobretudo, a vida das filiais deste Instituto poderia e deveria ser intensa e extensa, aproveitando os muitos e bons elementos que por lá existem, e que por falta de uma instituição desta natureza, desbaratam o seu tempo por cafés e centros de má língua, ou escrevendo em pequenos semanários, de que nem eles nem ninguém tira o mínimo proveito, e, pelo contrário, só servem, para envenenar o ambiente e provocar a discórdia ali, onde deveria reinar a harmonia.

É claro que alguma destas secções e o próprio Instituto não poderá funcionar totalmente desamparado e sobre si.

Os Poderes públicos têm obrigação de concor-

rer para a sua sustentação, quer por meio de qualquer subsídio, destinado à publicação das suas actas, memórias e comunicações, quer ainda, em honorários a alguns dos seus componentes que, pela importância dos seus trabalhos e investigações, a eles não pudessem renunciar.

Em compensação, o Instituto encarregar-se hia de estudar e satisfazer toda a incumbência que pelos mesmos Poderes públicos lhe fosse solicitada.

Estamos numa época de realidades, em que se vive muito apressadamente.

Não há tempo a perder em devaneios ou jogos florais. *Primo vivere*.

É preciso aproveitar todos os ensejos para bem servir o País, dotando-o com os instrumentos de ordem e trabalho que forem julgados úteis e necessários.

E certos estamos de que o conseguiremos.

Está felizmente à frente do Ministério das Colónias uma pessoa inteligente e culta, trabalhadora e desempoeirada, a quem são hoje conhecidos e familiares os mais complexos problemas da sua pasta.

Nas várias providências, ultimamente decretadas, e nos discursos proferidos na «Semana das Colónias» e no *Banquete* de confraternização dos alunos e diplomados da Escola Superior Colonial demonstrou tal vastidão de conhecimentos e tão alta compreensão dos vários problemas do nosso ultramar, que não é ousado nem arriscado dizer que as colónias com um tal timoneiro chegarão a pôrto de salvamento.

Elas, e o País, que delas e por elas principalmente, vive e se engrandece, não obstante os prejuízos mais aparentes que reais, que lhes possam infligir.

Determinadas colónias não podiam actualmente continuar na vida desregrada e dissipadora que têm tido, e a impôr a sua vontade soberana à Metrópole.

Outra tem de ser a sua atitude.

É da sua conveniência conceder um largo crédito de confiança ao Sr. Ministro das Colónias e colaborar lealmente com ele que certamente as atenderá em todas as suas justas reclamações, promovendo, ao mesmo tempo, o seu bem estar material e moral.

E de que assim sucederá há provas mais que evidentes.

A sua visita às colónias, a-fim-de estudar sobre o terreno as causas das dificuldades em que se encontram para as prover de remédio, é ainda uma prova palpável do interesse que lhe merecem.

Não se vai a África para tomar ares.

O Sr. Dr. Armindo Monteiro, pelo conhecimento que temos da sua psicologia, é dos que promete menos do que faz. Não profere uma palavra que não pese e lhe meça o alcance e as conseqüências.

Pode-se a gente fiar nele.

É uma das suas características e da sua força.

Segue de perto as pisadas do Sr. Dr. Oliveira Salazar, seu mestre e mestre de nós todos, na arte de bem governar e de honrar a sua palavra.

É por isso que todos os bons coloniais, de cá e de lá, esperam da visita do Sr. Dr. Armindo Monteiro às colónias os melhores resultados.

Houve tempo—je que triste tempo aquele!—em que todas as colónias, mas muito principalmente, as que viviam sob o regimen dos altos comissários, estavam completamente divorciadas da metrópole,

lembrando-se apenas dela para lhe extorquir subsídios e pagar os seus desvaios.

O poder executivo e o próprio Parlamento não passavam para elas de meros *fantoches* que manobravam a seu belo prazer.

¿Por culpa das colónias? Não. Por culpa de quem as governava e administrava.

Faziam tudo o que lhes apeteçia.

E todos se sujeitavam ao seu querer e aos seus caprichos.

A Metrópole, era para algumas dessas colónias, o tal *Canapé da Europa* de que falava D. João VI.

E como o talento e o saber de quem as governava não abundava nem correspondia à sua demasiada vaidade e ambição, não houve tolice que se não fizesse e loucura que não se praticasse, até que a necessidade obrigou o Poder Central a destituir êsses altos funcionários para salvar o que ainda restava, e pouco faltou para que não se subvertesse de todo.

Assim, foi possível o descalabro de algumas das nossas mais importantes colónias, que só se tem podido salvar da ruína e da morte que as ameaçava com enormes e pesados sacrifícios da Metrópole.

Hoje, dizêmo-lo sem perigo de errar, com o Sr. Dr. Armindo Monteiro na pasta das colónias, não era possível repetir-se o que então se fez.

Ministros, Directores Gerais, Parlamento, eram de ordinário dominados, pelo mais falso e estreito partidário, servindo apenas de chancela aos desejos e caprichos dos que lá fora impunham a sua vontade e que, ainda em cima, lhes não ocultavam o seu desprezo.

Andava tudo às avessas.

O Sr. Dr. Armindo Monteiro não se limita, por fortuna, como tantos dos seus antecessores, a mero despacho com os Directores Gerais e chefes de serviço.

Tem ideas próprias, carácter e decisão que o impõem à consideração geral. O que êle está fazendo nas colónias raríssimos o poderiam fazer. Para assuntos de tão grande complexidade, não basta querer. É preciso saber e poder.

E o Sr. Dr. Armindo Monteiro se alguns conhecimentos práticos lhe faltam trata de os adquirir ali, onde podem ser adquiridos, na sua origem, contrastando-os com a realidade e observação directa dos factos.

Enquanto, pois, o Sr. Dr. Armindo Monteiro sobraçar a pasta das Colónias podemos estar descansados sobre a sorte e o futuro delas.

Mas, nada é eterno neste mundo, e o Sr. Dr. Armindo Monteiro, ainda mesmo dentro da actual situação, pode muito bem ser compelido a mudar de pasta não podendo asseverar que quem o substituir seja dotado da mesma inteligência e poder de trabalho.

É por isso que tomamos, auxiliados por várias personalidades competentíssimas nesta matéria, a iniciativa de criar o *Instituto de Estudos Superiores Coloniais*, destinado a difundir e popularizar, e ajudar a resolver os problemas fundamentais das colónias, condição essencial do seu progresso e desenvolvimento, e do progresso e desenvolvimento do país.

O Império Colonial Português constitui um todo orgânico, devendo-se atender com igual carinho e solicitude, a todas e a cada uma das suas partes.

Não se pode estar a sacrificar, constante e ininterruptamente a Metrópole, e a dispendir os seus dinheiros, com tanto sacrifício adquiridos, somente em benefício das colónias, em geral, ou de alguma delas em particular.

É indispensável governar com a cabeça, e depois de haver adquirido previamente, os conhecimentos necessários para o poder fazer.

Nem todos são para tudo.

Aqueles a quem Deus não fadou para tão altos destinos, podem ser aproveitados, na Metrópole, onde a fiscalização é mais fácil, e não podem fazer tanto mal.

Para os lugares de Governadores e chefes de serviço das colónias, para os lugares de direcção, enfim, precisa-se de uma *élite*, que pelo seu saber e inteligência, e pelas suas qualidades morais e intelectuais se imponha a administradores e administrados.

Vai nisso o futuro do Império.

E essa *élite* êsse *escol* do nosso funcionalismo ultramarino, só pode provir da Escola Superior Colonial, quando devidamente transformada, e em grande parte, do Instituto de Estudos Superiores Coloniais, agora em formação, e que, em breve, deve constituir uma realidade.

Muito mais teríamos ainda a dizer sobre tão momentoso assunto, mas hoje ficamos por aqui.

Ao *Jornal do Comércio e das Colónias* concedeu o nosso Director e ilustre publicista colonial, como Director das Feiras de Amostras Coloniais, uma notável entrevista, que com a devida vénia, transcrevemos na íntegra:

As Feiras de amostras coloniais

“serão o ponto de partida duma política nova”

Diz-nos o Comissário sr. Henrique Galvão

O nosso jornal obteve a primeira entrevista que à imprensa da Metrópole concedeu o sr. Comissário das Feiras de Amostras que terão lugar, dentro de pouco tempo, nas colónias. Já nestas colunas divulgámos o plano deste empreendimento e lhe fizemos os comentários que nos sugere-

riu. Trazendo agora para a publicidade as considerações que seguem, colhidas ao sr. Henrique Galvão, julgamos prestar um grande serviço a quantos se interessam pela expansão das actividades nacionais.

O sr. Ministro das Colónias, cometendo ao sr. Henrique Galvão — moço talentoso desta geração, cuja cultura e inteligência vemos firmada através da sua colaboração na imprensa colonial, nos seus livros e nalgumas produções teatrais — o encargo da direcção das Feiras, assegurou-se com uma bem compreendida execução do seu objectivo, por-

que não era fácil encontrar quem, conhecendo a vida, recursos e necessidades das colónias portuguesas em África, reúnisse as qualidades especiais de actividade, tacto e largueza de vistas — estando, ao mesmo tempo, integrado na política nacional que visa fortalecer o Império Colonial Português.

Por todas estas razões e pela flagrante oportunidade que oferece a exteriorização de alguns conceitos proferidos com a autoridade que só o seu



Director poderia produzir, reproduzimos quanto nos disse na entrevista que nos concedeu.

— O objectivo das Feiras de Amostras visa o estreitamento das relações comerciais e um melhor entendimento entre os produtores da Metrópole e os consumidores das colónias, não é verdade?

— As Feiras de Amostras pretendem, sobretudo, contribuir, na ordem económica, para que as colónias e a Metrópole deixem de ignorar-se. As colónias reconhecerão que não há motivo para comprarem no estrangeiro uma grande parte dos artigos do seu consumo que a Metrópole lhes pode fornecer; verificarão, talvez com surpresa, que a indústria nacional está apta a ocupar no mercado colonial o lugar que por direito de nacionalidade e por capacidade de produção lhe compete. A Metrópole, por sua vez, irá aprender nas colónias a organizar-se para a grande função imperial que lhe está destinada e sentirá — também com certa surpresa — que é nas matérias primas coloniais que pode e deve procurar, de preferência, os seus materiais de transformação. Colónias e Metrópole revelar-se-ão reciprocamente na plenitude dos seus valores e das suas possibilidades, ganhando uma e outra esse sentimento fundamental na realização dum objectivo desta natureza: a confiança.

Vamos aprender a conhecer-nos, visto que até hoje nos temos ignorado.

— As Feiras permitem aos Expositores fazer qualquer negócio?

— As Feiras de Amostras destinam-se a fazer uma propaganda de produtos e não à sua venda. São a preparação e organização dum negócio — mas não assim o próprio negócio no sentido da pergunta de V. Ex.^a. Todavia, uma vez que os senhores expositores queiram vender as suas amostras podem fazê-lo — o que é ainda uma forma de propaganda dos seus produtos — desde que essa venda não vá ferir interesses do comércio colonial. Para ser mais claro: Os expositores venderão os seus produtos no caso de liquidarem com as Companhias de Navegação e com as alfândegas os encargos de que as amostras para simples exposição são dispensados. No entanto a pergunta de V. Ex.^a tem ainda um aspecto que me permite responder afirmativamente: As Feiras de Amostras consentem aos expositores

fazer um negócio uma vez que, em face dos mostruários que apresentam e da organização de informações estabelecida, estão aptos a receber imediatamente encomendas dos comerciantes e consumidores das colónias. É com esse objectivo e para facilitar as transacções que naturalmente se farão que ao escritório de informações instalado junto das Feiras foi dada a função de procuradoria gratuita dos expositores.

— Quanto à questão das transferências, está assegurada a remessa para a Metrópole do produto das vendas?

— A questão das transferências como já tive ocasião de demonstrar, em números oficiais, na reunião da Associação Industrial, é uma questão em via de ser resolvida conforme o desejo e o interesse de todos. Repare V. Ex.^a que estando o decreto, praticamente em execução, apenas desde Fevereiro, o volume das transferências que já se fazem e a progressão em que as facilidades de coberturas se têm desenvolvido, permitem não só encarar com optimismo a solução rápida da questão como ainda organizar confiantemente as actividades que dela dependem. De resto o próprio facto do sr. Ministro das Colónias ter tomado esta iniciativa, é uma razão de confiança para pôr em relêvo, dada a indiscutível sinceridade e ânimo de bem servir, que a par de muito talento, tem pôsto no desempenho do seu cargo.

— Quais são os artigos que, presentemente, têm probabilidades de uma maior expansão em África?

— Podíamos dizer duma maneira geral: Todos os que a Indústria portuguesa já produz — alguns que decerto virá a produzir quando no futuro breve para que trabalhamos o mercado colonial seja para a Metrópole a realidade que pretendemos alcançar. São no entanto particularmente interessantes as possibilidades dos tecidos, cimento, vinhos e cervejas, conservas, calçado, chapelaria, louças, perfumarias, etc.

A posição que ocupamos em face dos concorrentes estrangeiros é insignificante e não tem razão de ser. As possibilidades que se oferecem a estes produtos são, por isso mesmo, enormes.

— Está assegurada a comparticipação nacional, com muitos Expositores, e representadas todas as actividades?

— O êxito de concorrência de expositores tem excedido todas as expectativas. Não só são numerosos e representam todas as actividades produtoras do país como manifestam ainda um entusiasmo e interesse por êste empreendimento, verdadeiramente invulgares. Para isso tem contribuído evidentemente não só uma consciência formada à cerca dos interesses de cada um em face do interesse nacional, como também a devotada e entusiástica colaboração que encontrei na Associação Industrial Portuguesa e, duma maneira geral, em todas as Associações Comerciais e Industriais do País. O sr. José Maria Alvarez e os seus colegas da Direcção com aquela actividade que tão brilhantemente têm pôsto ao serviço da causa industrial nestes últimos anos, a Associação Comercial do Pôrto e os grêmios regionais, têm prestado a êste empreendimento, um auxílio que é — posso dizê-lo bem alto — o melhor, mais eficiente e patriótico de que tenho disposto e sem o qual decerto não conseguiria remover todas as dificuldades que a escassez de tempo opõe aos meus modestos esforços. Prova-se afinal que os melhores elementos de pro-

Impressões de S. Tomé

Pelo DR. FRANCISCO MACHADO

Advogado e economista

É já lugar comum dizer que S. Tomé é a pérola das nossas colónias, aquela onde as qualidades portuguesas melhor se afirmaram, realizando uma obra sob todos os aspectos notável.

Pois a colónia-pérola está em crise.

Os roceiros de S. Tomé, em Lisboa, choram as suas desditas e já uma parte da rua dos Capelistas, onde habitualmente se juntam, caminho do escritório do seu comum corrector, é conhecida por *muro das lamentações*, tais as queixas com que suspiram seus males.

Foi debaixo desta desoladora impressão que parti de Lisboa, e, embora por dever de cargo, habituado a dar desconto aos desalentos e às esperanças alheias, confesso que esperava encontrar na colónia a justificação do pessimismo daqueles que a êle tem ligados os seus interesses, a deviam conhecer admiravelmente, sabendo portanto os seus recursos e possibilidades.

Ora em S. Tomé tive de visitar numerosas roças, e, por feitio próprio e necessidade da missão que aqui me trouxe, não me limitei a ver os terreiros e edifícios das propriedades, mas percorri as plantações, falei com o maior número de pessoas que pude, colhi enfim todos os elementos que me foi possível obter.

E a primeira constatação consistiu no admirável moral das pessoas que trabalham na ilha.

Nem os desânimos de Lisboa, nem as suas excessivas queixas. Pelo contrário, um são optimismo, às vezes exagerado, valha a verdade mas em todo o

caso utilíssimo em quem trabalha e precisa de ânimo e coragem para lutar.

Tôda a gente esperançada, labutando com entusiasmo, confiante no futuro.

Esta vontade firme, característica, quanto a mim, fundamental da nossa actividade colonial e segrêdo dos nossos êxitos em África, que supre por si só tantas e tantas deficiências, fui encontrá-la em S. Tomé inabalada.

Simplemente a actividade da

colónia não está orientada.

Aquí se nota uma falha que urge suprir de facto. Cada qual na sua roça faz o que quer, segundo o seu critério próprio, sem haver entidade competente que resolva dúvidas, que dirija superiormente o trabalho de cada um.

Querem exemplos?

Não faltam.

Assim, enquanto uns são partidários da bananeira entre os cacoeiros, dando razões justificativas do seu modo de ver, outros entendem, também com muitos argumentos apoiando o seu ponto de vista, que semelhante cultura é altamente prejudicial.

Uns julgam que se deve enterrar o estrume em valas, enquanto outros optam pelo sistema de covas e outros ainda pelo do gadanho, todos, é claro, dando justos motivos da sua preferência.

E os exemplos podiam-se multiplicar, se necessário.

Ora isto é que tem de acabar.

O Estado tem de mandar para uma colónia que é exclusivamente agrícola técnicos que, conforme as regiões da ilha, digam aos agricultores como devem proceder.

Urge prover os logares de agrônomo e de regentes agrícolas, em pessoas que não vão para S. Tomé aprender, mas que para lá vão, ao contrário, ensinar, com boa vontade e paciência, podendo ter a certeza de que os seus conselhos serão escutados por todos, ansiosos como vi os colonos de fazer pelo melhor.

Nos dois ou três últimos anos tem-se desenvolvido muito a pecuária.

gresso e produção do país têm uma aspiração comum e que apenas era necessário coordenar energias, vontades e préstimos. É uma nota real e sonora de optimismo que convém salientar, uma compensação para tanto pessimismo injustificado a que nós tantas vezes damos acolhimento.

—¿No que diz respeito à expansão cultural, que V. Ex.^a paralelamente deseja fomentar, o que conseguiu?

—Se é certo que a unidade do Império, um dos objectivos supremos da Nação, tem na ordem económica um dos agentes de maior importância e de maior oportunidade, entendi que não devíamos deixar de organizar juntamente com as Feiras de Amostras e com Conferências comerciais—realizações de alcance essencialmente económico—certas manifestações de ordem moral, intelectual e espiritual que completassem uma acção tendente a conduzir à unidade integral. Assim, consegui uma representação

curiosa e interessantíssima do livro e da imprensa portuguesa—elementos de cultura nacional que é urgente desenvolver nas Colónias—convidei alguns artistas portugueses a enviarem os seus trabalhos e conto com dois grandes nomes de homens de letras para fazerem conferências de propaganda de Portugal e da unidade do Império em Angola e Moçambique. Uma companhia de declamação tendo à frente o nome dum grande artista português realizará durante as feiras espectáculos de teatro português. A música e a arte portuguesa terão igualmente uma representação condigna.

Enfim, espero que a realização dêste empreendimento que devemos tomar como o ponto de partida duma nova era de intercâmbio entre a Metrópole e as Colónias, seja realmente o princípio dinâmico duma grande ideia que, evidentemente, proseguirá noutras fases, noutras realizações, para um destino em que está, o próprio destino de Portugal.

Quási todas as roças teem hoje gado, dada a generalização do convencimento de que é necessário estrumar as terras.

Simplemente se êste esforço tivesse sido dirigido, o gado existente seria de raça mais conveniente.

Ora a verdade é que os animais não são das raça mais conveniente... pela simples razão de que não são de raça definida. São, salvo raríssimas excepções, exemplares inferiores, sem qualidades de qualquer espécie.

Tratando-se de um esforço recente, fácil teria sido evitar o erro. Mas em S. Tomé o Estado tem um único boi reprodutor e não há um veterinário, por forma que se passa qualquer epidemia nos bichos — morre tudo.

Julgo indispensável olhar para o problema económico da ilha, que, aliás, se não pode separar, como em parte alguma, do problema financeiro.

O actual Ministro das Colónias, que, ao contrário da grande maioria dos seus ilustres antecessores, tem provado que sabe que existe S. Tomé e que sabe além disso, avaliar a sua importância económica, auxiliando em vez de esmagar, encorajando em vez de desanimar, e que tem já uma obra sem exagero notável, certamente concordará em que importa olhar primordialmente para a parte económica do problema da colónia com todo o carinho e espírito de previdência.

Fazer economias orçamentais como se tem feito com um espírito de decisão e uma coragem muito de louvar, descurando a economia da ilha, seria deixar uma obra inacabada.

E mesmo sob o ponto de vista das economias orçamentais ainda há que fazer, pois não basta suprimir logares de funcionários, importando, ao mesmo tempo, simplificar serviços, que a extensão do território não justifica.

S. Tomé é uma regedoria, que como tal tem de ser administrada.

E há que prever uma quebra das receitas públicas da colónia a que tem de corresponder uma igual diminuição de despesa.

Simplemente esta diminuição tem de ser criteriosa e nunca feita à custa de serviços essenciais e, além disso, tem de ser acompanhada de uma simplificação de organização administrativa, sob pena de os serviços públicos caírem no caos, para o qual alguns dêles já caminham.

Por seu lado os roceiros muito teem ainda a fazer.

Embora já tivesse passado a época das grandezas e uma nova mentalidade desponte, felizmente, na maioria dos brancos, ainda se não realizaram todas as indispensáveis economias privadas.

No capítulo mão de obra, por exemplo, ainda há muitos e muitos desperdícios fáceis de evitar com um pouco de zelo.

E teem de entrar nesse caminho. É preciso que todos se convençam que o preto tem de ser convenientemente aproveitado, tirando o máximo rendimento do seu trabalho.

Como gosto de dar exemplos justificativos do que afirmo — e neste caso êles infelizmente não faltam — lembrarei que indo visitar uma roça vi, na estrada uma quantidade de pretos em fila indiana, com cestos de estrume à cabeça.

Chegado ao terreiro, onde me esperava o senhor administrador, mal dados os bons dias e até interrompendo os amáveis cumprimentos com que era

recebido, perguntei a razão de tanto preto com estrume à cabeça. Era, foi-me respondido, para encher as covas que eu devia ter visto a uns 800 metros.

— Mas a roça não tem bois?

— Ora essa, tem, sim senhor.

— E carros para os bois?

— Também.

— É Então porque não acarretam o estrume de manhã, ou até de vespera, para junto das covas?

— Como é perto, não valia a pena estar a engatar o gado...

Ora esta mentalidade é que tem de desaparecer e, justo é dizê-lo, começa já, em certos casos, a modificar-se.

Mas neste caminho há muito e muito ainda a fazer.

Necessário é também começar a empregar a mão de obra indígena de S. Tomé.

O chamado fino, já não é, como ainda há poucos anos quando por aqui passei, a creatura que de chapéu de chuva fechado passeava na cidade — porque o filho de S. Tomé não trabalha.

Não. Hoje, pelas dificuldades económicas em que se encontram, os nativos da ilha já pedem trabalho e alguns serviços são até hábeis. Da parte das roças importa utilizar essa mão de obra, evitando assim numerosos problemas, entre os quais o do repatriamento, por exemplo. É justo é dizer que algumas, embora poucas, já o fazem, entre elas até uma pertencente a uma sociedade estrangeira.

Bem entendido que esta mão de obra não é tão disciplinada e mesmo, de momento, se quiserem, tão cuidadosa como a dos pretos, mas isso não é razão para que se não enverede decididamente no caminho da sua utilização, educando-a e ensinando-a por forma que, a pouco e pouco, ela vá substituindo a mão de obra vinda das outras colónias.

Quero, por mera prudência, salientar que não me passa pelo espírito que a utilização da mão de obra indígena possa por inteiro dispensar os serviços vindos de fora. É evidente que, na melhor das hipóteses, não se poderiam recrutar mais de uns 4 a 5.000 trabalhadores indígenas. Eram, no entanto, 4 a 5.000 pessoas que não era necessário mandar vir de Angola ou Moçambique e era, além disso, trabalho que se dava aos nativos, criando-lhes ao mesmo tempo hábitos que êles não tem e havia tóda a vantagem adquirissem.

As despesas de administração, que, aliás, em muitas roças já tem baixado consideravelmente, devem ainda diminuir muito.

Não se explica que roças que são verdadeiros quintais tenham um estado-maior que seria perfeitamente evitável, se com um pouco de espírito associativo, que em S. Tomé ainda por completo falece, se associassem com outros vizinhos no sentido de unificarem a sua administração.

As roças pequenas teem, a meu ver, administradores a mais, dependências a mais, empregados a mais, hospitais a mais...

* * *

Saio pois de S. Tomé convencido de que a crise por que passa a ilha é conjurável e de que já alguma coisa os particulares têm feito nesse sentido, tendo

(Concluí na página 26)

Projecto de Fomento Geral d'Angola,

por colaboração do Estado com as iniciativas particulares
unificadas sob a forma de Companhia

Por HENRIQUE DE PAIVA COUCEIRO

Antigo Governador Geral de Angola

(Continuação do n.º 14)

Asphalto, betume, e petroleo, teem, entre si, ligação íntima; são phases que se continuam, passando-se, do ultimo, para o primeiro, por gradações successivas. A «libolite» deve fazer parte d'esse systema geral oleifero.

Acerca de carvão,—o «prospector» da Província, em 1909, n'um seu relatório de reconhecimento, dizia que pertence á formação carbonifera o territorio desde perto de Cassoalala (norte do baixo—Cuanza), até á região de Caio (rio Longa) que abrange larga area da Quissama (sul do baixo—Cuanza),—manifestando, demais, a esperança de que, se fossem postos em acção os meios necessarios, viria a descobrir-se, allí, um leito, ou leitões, de bom carvão. Ignoramos se, depois d'isso, se empregaram os referidos meios necessarios, e com que resultados. Sabe-se que as pesquisas de carvão requerem particularmente estudo stratigraphico cuidadoso.

c)—*Linhlite, Turfa.*—Existem nas regiões marginaes da boca do Cuanza:—a norte, na colina do Bom Jesus, a turfa; a sul, na Quissama (cabo Ledo), a linhlite.

d)—*Observações conclusivas:*

Resumindo o pouco que deixamos dito n'este sector dos combustiveis mineraes, temos de reconhecer que não se contam, por emquanto (que nós saibâmos), no nosso activo, as fontes mais conceituadas d'energia thermica. Nem petroleo, nem hulha, ao que parece.

Convêm-nos, pois, por um lado, continuar a pesquisa. Bons estudos geologicos. Boa direcção technica. Boas sondas que perfurem a grandes profundidades. E verificar não só a região acima indicada, mas outras que se apontem, no extremo Sul da Província por exemplo.

Por outro lado, precisamos substituir aquillo que, pelo menos por agora, nos está faltando. Atraz nos referimos ás quedas d'agua, que, a par do petroleo e da hulha, se apresentam como geradores poderosos de força motriz, alicerce fundamental da potencialidade economica.

Mas a energia hydraulica não se presta a servir todas as modalidades da acção trabalhadora. Preci-sâmos de conseguir, por consequencia, outros substitutos, estudando, para este fim, as formas de melhor utilização d'aquillo que possuímos:—materias hydrocarbonadas oleiferas (betumes—asphalatos),—alem de linhlite e turfa.

Uma analyse da materia semi-fluida da região betuminosa do Dande, extrahida por meio de sondagem, acusa 66 % d'oleos, alem de coke, parafina, aguas amoniacaes, gazes, etc.; e aqui se desenham logo varios problemas industriaes a resolver: Technica da destilação por processo economico e practico; applicação dos oleos para motores typo Diesel,—suponhâmos; e aproveitamento de sub-productos, como seja o das aguas amoniacaes para fabrico d'adubos, etc. etc.

Pela parte da linhlite sabemos que ella é um carvão, da mesma origem que este, embora d'evolução incompleta. A exploração dos seus jazigos assumiu em Allemanha grande desenvolvimento. Póde aglutinar-se em aglomerados, ou «briquétes», revestindo d'esta forma a qualidade dum bom carvão, e empregando-se como tal. Tambem se distila e gasefica. A industria alemã utilisou, demais, a turfa, conquanto não colhesse resultados tão practicos como obteve com a linhlite.

Não há, portanto, difficuldades theoricas para a solução do problema em Angola.

2.º—Minerios metalicos

a)—Cobre

Entre o Oceano, e a barreira elevada dos terrenos antigos, orla da bacia central africana, estende-se, ao longo da costa d'Angola, uma zona de terrenos sedimentares, secundarios e terciarios,—zona de larguras variaveis,—estreita, por exemplo, em Mossamedes, e larga em Luanda. Em alguns pontos d'essa zona litoral, existem grès cupriferos (acaso cretacicos), como são os grès do Dombe (sul de Benguela), e os de Zenza do Itombe (a uns 100 km. rectos leste de Luanda), onde, na mina do mesmo nome, o grès se encontra impregnado por carbonato de cobre. Esta mina tem valor. E as condições technicas da sua possível exploração foram definidas, quanto o podiam ser, n'um trabalho que Freire d'Andrade apresentou á Associação dos Engenheiros Civis, em Maio de 1906.

Alem d'esses e outros depositos das camadas sedimentares—de que essa mina é exemplo,—há os depositos em contacto com rochas do terreno primitivo, ou em filão, como é o do vale do Girauil (a uns 20

km. de Mossamedes) onde,—segundo a descrição de Freire d'Andrade,—se vêem, nos schistos crystallinos e quartzites, impregnações de malachite;—e como o é também, uns 25 km. mais adiante, perto da Pedra Grande (granítica, e graníticas, igualmente, as pedras anteriores e a maior parte do terreno circumjacente) o importante afloramento d'um filão fortemente impregnado por carbonato de cobre (informação de Freire d'Andrade); e o são, ainda, na mesma directriz de marcha, os filões da zona chamada do Munhino, na visinhança imediata da Chella, que é região de schistos micaceos, e rochas de quartzo e de granito.

Dentro d'este mesmo grupo mineralógico, merece referência o filão do Chapeo Armado, perto da bahia do mesmo nome, a norte de Mossamedes, no qual se encontram bons exemplares de malachite. Prolonga-se ainda esta zona de cobre para os lados do rio de S. Nicolau, mais a norte.

Emfim, nota mais detalhada, com analyses e outras indicações uteis, acerca do cobre na Província, e d'outros minerios, encontra-se no «Estudo Mineralógico da Província d'Angola» do Dr. Pereira do Nascimento (1905), e na «Geologia e riquezas mineiras d'Angola» do Engenheiro Bacellar Bebiano (1924)

Com esta questão das minas em Mossamedes, liga-se o problema da agua, cuja importancia maxima se conclue, da notavel ausencia de chuvas, e d'aguas superficiaes, que afflige normalmente aquella região.

Para a pesquisa das suas aguas subterraneas, foi instituido em Janeiro de 1908 um «Serviço de Sondagens», a cargo do Engenheiro Torres; e parallelamente, e connexamente, o «Serviço d'Arborisação» para estudo e aproveitamento dos lençoes aquosos subjacentes, sendo este attribuido ao agricultor diplomado João Terenas, o qual recebeu as correspondentes instrucções. Fez-se no entretanto encomenda das plantas que a sciencia aconselha para o caso.

Por outro lado, o Engenheiro Amaral Themudo entregava-se ao estudo e reconhecimento da garganta do rio Bero (a 5 km. de Mossamedes) tendo em vista a construcção d'uma barragem e reservatorio para retenção das aguas fluviaes correntes, que acodem por occasião das cheias.

Como guia scientifica das pesquisas, dispunhamos do perfil de Welwitsch, e d'um outro, que em tempos anteriores pediramos pessoalmente ao Snr. Paulo Chofat, e junto ao qual este sabio geologo [dentro dos limites permitidos pela escassez d'averiguações geológicas] escreveu a sua opinião conjectural, acerca das diferentes faixas, onde julgava «provavel, duvidosa ou improvavel» a existencia d'aguas com força ascensional.

Realizaram-se consultas a casas especialistas de sondagens, comprou-se uma sonda (Steam-power diamond drill) no Cabo, com auxilio pecuniario da Camara Municipal de Mossamedes, contractou-se, tambem no Cabo, o respectivo machinista-sondador, e começaram os reconhecimentos e trabalhos.

Assim se preparou, e entrou na primeira phase d'execução o plano d'ataque geral ás posições d'aquella lamentavel aridez, pelas tres linhas, diversas, mas convergentes, da captação d'aguas subterraneas,—da utilização directa dos lençoes aquosos subjacentes,—e da armazenagem das aguas superficiaes correntes. Entre tantos tiros, algum viria a bater no alvo.

Ignoramos o que se fez depois de 1909. Mas lem-

bramos á Companhia que uma agricultura muito provavelmente rendosa, e uma exploração mineira d'aparencia prometedora,—estão em Mossamedes relacionadas com a solução d'este magno problema da agua.

Não nos deteremos muito em referencias a esta materia de minas, visto que ella se contem nas obras dos expositores especializados, que acima nomeamos. Em resumo, há logar para dizer que o cobre é talvez a riqueza mineira mais notoria da Província, a avaliar pelo que se sabe, e pelos manifestos que se apresentam. Pois contava pelo menos 50, a lista que, em 1907-09, o Governo Geral possuía para mandar successivamente fazer as verificações competentes, e reunir amostras com destino ao Museu, onde se ia assim constituindo o inventario falante da possança cuprica d'Angola. Succede, é certo, que os manifestantes se enganam, de quando em quando, tomando como indicio de cobre, a cor verde, que, ás vezes, provem doutras causas. Todavia, dando-lhe mesmo esse desconto, as existencias, mais ou menos averiguadas, assumem vulto grande.

Já vimos, *grosso modo*, como abundam em Mossamedes. Caminhando mais para norte, não faltam, tambem, manifestos: dentro das jurisdicções de Benguela, nas proximidades da Equimina, no Cuio, e outros nos Conselhos do Dombe Grande, e Catumbela;—dentro da região de Novo Redondo, na margem do Cuvo, na Tunda (terras de Selles), e outras;—nas redondezas de Pungo Andongo;—nas d'Encoge;—no Bembe e Quinacuenta, etc. etc.

Embora, acerca da grandissima maioria d'estes manifestos, falem os elementos precisos para o calculo do seu valor financeiro. Este depende como sabemos não só da percentagem nobre, acaso revelada na analyse das amostras, mas tambem da cubagem, quer dizer, da quantidade de minerio aproveitavel. E, para firmar conjecturas provaveis d'esta especie, requerem-se trabalhos preparatorios que garantam sufficientemente uma certa ideia das formas, e volumes, dos depositos. Não é, portanto, cousa simples, nem prompta.

A respeito da mina de Zensa do Itombe, e, especialmente, da do Bembe, fez Freire d'Andrade avaliações que valem pela grande competencia do auctor, apezar de elle ter tido que recorrer ao calculo das probabilidades, visto o reduzido desenvolvimento das pesquisas feitas até á data. Atribuiu Freire d'Andrade valor consideravel á mina de Zensa do Itombe, e maior ainda á do Bembe, não obstante os muitos milhares de toneladas de malachite que, no decorrer dos tempos, se lhe teem arrancado. E' mina muito conhecida esta, e tem sido objecto de varias tentativas. Mas a sua exploração a fundo depende de meios adequados para evacuação economica do minerio.

Em 1907-09 permaneceu nas mãos do Governo, que extrahiu minerio, e estava-se preparando para tentar o seu transporte com auxilio da navegação do Loge, a que atraz nos referimos. Especie de reconhecimento experimental tendo em mente uma via de drenagem mixta, por via ferrea ou automovel, e via fluvial. Claro está que esta linha de penetração não se destinava a ser paga apenas pelo rendimento dos transportes de minerio, mas sim, e conjunctamente por aquelle outro, com que podia contar-se, proveniente da producção e comercio do sector sul do Congo, d'Encoge, do Ambriz e dos Dembos-Norte,

—abrindo-se para este efeito as afluições necessarias. O porto seria o do Ambriz. O transporte marítimo efectuar-se-ia por navio de vela, completando-se o carregamento de minério, se fosse insufficiente, com um carregamento de madeira da Quisanga (Zaire).

Modesto, talvez, mas systema, em todo o caso, valorizador de riquezas jacentes, — que são riquezas equivalentes a zero, enquanto se não trabalham e movem para o consumo.

b) — Ouro

Ha manifestos, ou noticias, relátiuos a filões d'ouro, ou areias auríferas, em alguns logares da Provincia, como sejam: Iabo (baixa Cunene); Serra da Chella, e litoral de Mossamedes (associado ao cobre nos jazigos d'este); região de Bailundo; Gолungo Alto; rio Cuanza acima de Cambambe; rio Luali e afluentes (Enclave de Cabinda); etc.

Alem d'estas origens, mais ou menos imprecisamente definidas, ou aludidas, — existem, melhor aclaradas, as areias do Lombige, e os filões, aluviões, e areias da Cassinga.

Cassinga é, de facto região aurífera.

Cortada pelos rios Chitanda (afluente esquerdo do Cunene); Camena (sub-afluente); Cuvelai (afluente ao grande pantano Etocha), e por outros, a região é extensa, e n'ella se encontram varios campos manifestados.

Detalhes a este respeito podem ler-se no valioso Relatório do Engenheiro Rego Lima (1898), e nos Relatórios posteriores da Companhia de Mossamedes.

Dificuldades varias, e nomeadamente a das communicações, tem sido obstaculo para uma exploração a fundo.

Quanto ao Lombige, é fonte aurífera conhecida na Provincia, — diz Lopes de Lima, — desde 1754, tendo mesmo havido, no tempo do Governador Abreu Castello Branco (1824-29) remessas, para Lisboa, d'ouro tirado da lavagem d'areias d'esse rio. Seguiu-se depois uma serie intervalada de tentativas d'exploração (pelos mineiros Flores e Ramós Barreto e, mais tarde, por uma Companhia ingleza) que falharam em grande parte pelas dificuldades do acesso e despezas inherentes.

A insubmissão dos Dembos, no territorio dos quaes está situado o Lombige (afluente do Zenza), foi tambem causa impeditiva, em certas epochas.

Dominados esses povos em 1907, e visto a existencia do Caminho de Ferro de Luanda ter removido largamente as dificuldades de transportes, o Governó Geral resolveu renovar as antigas iniciativas, enviando em reconhecimento para o logar dous prospectores (Marley e Mac-Hugh) os quaes montaram dous «sluices», e concorreram logo com uma remessa d'ouro para o Museu Mineralógico, que então se organisava em Luanda.

No entretanto, iam-se reunindo informações. No extracto de relatórios de John Taylor, Salles Ferreira, etc., (que se contem no «Tratado de jazigos metallicos» de Fuchs e de Launay), alude-se á Companhia formada em 1884 para exploração do Lombige, e diz-se que o rio corre sobre schistos antigos, cobertos de uma camada aurífera de meio metro, á qual se sobrepõe uma camada de 5 metros de terreno esteril. Acrescentando-se que, particularmente, a parte

inferior da camada aurífera é muito rica em ouro. Esse ouro parece provir de veios pyritosos intercalados nos schistos, e é acompanhado por um pouco de prata e platina. Esta associação de ouro com a platina, é caso que se dá tambem em alguns jazigos das minas da Katanga (em Ruwe).

Outras informações provinham do Engenheiro Jones (da Companhia ingleza), e diziam que o afluente Caloe 2.^o era o mais aurífero, e que ali tinham sido colhidos, não só ouro das areias, mas amostras de quartzo aurífero n'uma galeria aberta em tempos anteriores. Facto este que confirma a tradição existente, de antigos trabalhos de mineração n'aquellas regiões. Outro Engenheiro tambem da Companhia declarára, ao retirar-se, que as minas eram ricas, e pèna tinha de que os fundos da Companhia lhe não permitissem continuar a exploração. Estas últimas indicações, obtidas na Provincia em 1908, estão mais ampliadas na obra do Dr. Pereira do Nascimento, acima mencionada.

Finalmente, as informações locais do momento corroboravam a superioridade do Caloe 2.^o, juntando-lhe tambem o Calumbo (outro afluente), mas não iam mais longe. Sobrevieram as chuvas no entretanto (Novembro, 1908), e ficaram adiados os trabalhos para a seguinte estação sêca.

N'essa segunda campanha tencionava o Governó intensificar os reconhecimentos, escolhendo-se os melhores pontos para lavagens aluviaes, determinando percentagens d'ouro, e preparando, caso houvesse logar, a instalação de melhores aparelhos de lavagem, e a applicação do processo de recolher ouro por amalgama com mercurio. E, especialmente, procurando com insistencia os filões de quartzo aurífero, definindo areas, e fazendo analysar as amostras recolhidas.

Os reconhecimentos deveriam alargar-se por toda a região entre Lombige e Cuanza, tomando por referencias o jazigo aurífero existente no Golungo Alto, e a zona junto aos primeiros rapidos do Cuanza (perto de Cambambe) onde o prospector Mac-Hugh encontrou areia aurífera em Setembro de 1908.

Eis, por alto, a historia do Lombige até 1909. Ignorámos o que se passou depois. A Companhia que n'essas proximidades pensa criar culturas, commercio, e força motriz hydro-electrica, estudará melhor esse problema do ouro, e concluirá o que lhe convem.

c) — Ferro

Não será por agora objectivo da Provincia o desenvolvimento da industria siderurgica, embora n'esse capitulo tenha havido um precedente, quando, em 1767, o Governador Sousa Coutinho fundou em Oeiras (margem do Lucala) uma fabrica de fundição de ferro.

Por outro lado, sendo o ferro producto de pouco preço, não está, em regra naturalmente indicado para exportação lucrativa, n'um Paiz onde as facilidades de communicação são ainda bastante limitadas.

Comtudo, apezar das minas de ferro não envolverem, de facto, na ocasião, grande significado, industrial ou comercial, em Angola, — sempre convêm, no entretanto, ir averiguando as existencias d'um producto que, — vista a sua tão alta importancia dentro da grande industria mundial, — pode representar,

em potencia, um valor consideravel. Requerendo, por isso mesmo que, enquanto se não utiliza, se registre, todavia, no activo da riqueza, como reserva, e garantia de futuras possibilidades.

É abundante o ferro na Provincia. E a extrahil-o, e a trabalhil-o, surgem por varios lados, indigenas fundidores e ferreiros.

Na viagem de Rodrigues Graça (1845) se conta o modo como o gentio faz a redução do minerio de ferro n'uma grande cova, ou rêgo fundo e comprido onde lança camadas alternadas de minerio e carvão de madeira, até quasi ao alto, e faz funcionar, depois, a combustão, dia e noite, por meio d'uma quantidade de pequenos fólles, até que a fusão se complete.

D'essa materia prima se servem ferreiros habeis, que, com a simples ajuda d'utensilios rudimentares, fabricam ferros de zagaia e de flexa, facas, punhaes, machadinhos, enxadas, anzoes, braselêtes, e anilhas para os artelhos, ornamento de mulheres e d'homens, etc., etc.

O ferro, conforme sabemos, apresenta-se na natureza sob as formas d'oxido, ou de carbonato. Ha ainda a forma de pyrite, mas esta, que é um sulfureto de ferro, só se torna minerio de ferro sob a forma secundaria de residuo do fabrico d'acido sulfurico.

Os minerios especialmente apreciados são os oxidos de ferro, que se designam com os nomes de magnetite e oligisto.

Alem d'estes, existem incluidos, no numero dos minerios de ferro com applicação industrial, as hematites, vermelha e castanha, que são oxidos, e o carbonato, ou siderose.

Existe, demais, a limonite, que é um oxido hydratao, e outros.

Em face d'esta ligeira base de classificação, vamos ver as pösses d'Angola.

É abundante o ferro na Provincia, em estado de magnetite, d'oligisto, e de limonite. (Paul Hoffat).

Perto da Quihita (entre Chibia e Gambos) existe uma montanha formada inteiramente por magnetite, encontrando-se grandes depositos d'este mineral entre Quihita e a mulola dos Gambos (P.^o Antunes).

Na crista de certos filões das minas d'ouro de Cassinga, existe a magnetite, sob a forma de grandes penêdos (Engenheiro Rego Lima).

Existe tambem ferro magnetico na serra a Sueste de Quilengues (Benguella), (Capelo e Ivens). E nas montanhas a Sul de N'dala Tando (Casengo), (Dr. Pereira do Nascimento).

É conhecido o oligisto de Mossamedes (Capelo e Ivens).

No caminho de Noquí para S. Salvador do Congo, ao deixar o Zaire, encontram-se micaschistos, e schistos, com ferro oligisto, e mais para diante, com muita frequencia, grossos blocos d'uma especie de laterite, que por vezes se transforma n'uma verdadeira hematite oolitica (Freire d'Andrade).

No territorio ganguella, a Sueste de Bailundo, pertencente á bacia oriental do Alto-Cubango, os indigenas trabalham muito o ferro de que possuem minas.

Na região noroeste do Bihé, mais ou menos comprehendida pelo Luvulo, Cuanhe e Cunhinga (afluentes e subafluentes do Alto-Cuanza) existe uma grande extensão mineira muito rica em ferro d'optima

qualidade (Alfredo d'Andrade, explorador geographo).

Ha pyrite de ferro na Quissama junto ao Cabo S. Braz.

Nas jurisdicções de Massangano, e de Golungo, ha, não só minas de ferro, mas serras de ferro, cujas pedras contem de ferro mais de metade do seu volume (Memoria de Fortunato de Mello, 1837).

A fabrica d'Oeiras, acima aludida, alimentava-se com um grande jazigo de limonite das proximidades. E outro grande jazigo de limonite existe em N'dala Tando (Casengo).

O ferro é abundante em todo o Congo. Encontrei-o em grandes affloções no Zombo, onde abundam ferreiros (P.^{re} Barroso).

A extensão acaso demasiada d'esta lista, que, apesar de longa nem por sombras esgota a materia, tem por fim sugerir o convencimento de que, na verdade, o ferro aparece largamente na Provincia toda, desde o Sul, até ao Norte. E de que, por consequencia, ella poderia, se paralelamente se descobrisse o carvão, aspirar, em tempos futuros, ao posto de grande potencia siderurgica.

Esriptos estes breves comentarios a respeito dos minerios metalicos que mais podem pezar na balança industrial e financeira, terminaremos este capitulo com a simples enumeração d'alguns outros, cuja existencia se conhece na Provincia:

—d)—*Prata*,—proximo de Cambambe, margem Norte do Cuanza; e percentagens no minerio de cobre do litoral de Mossamedes;

—e)—*Chumbo*,—em 1908 o prospector Mac-Hugh verificou a existencia de galena (sulfureto de chumbo) n'um veio de quartzo, a uns 2 kil. do rio Luinha. Informou mais que se estende uma zona de similar formação atravez da parte oeste do Concelho de Cazengo, alem Cambambe, e para Sul, até á Quissama; existe chumbo tambem em Benguela, a Sul da bahia do Cuio;

—f)—*Manganez*,—no caminho de S. Salvador do Congo para o Bembe, associado ao quartzo; e nos vales do Bero e Giraúl (Mossamedes);

—g)—*Estanho*,—é aludido por Lopes de Lima, e Dr. Pereira do Nascimento, e existe, no Bailundo, o mineral d'estanho que costuma explorar-se, isto é, a *cassitéite* (Engenheiro Bacellar Bebiano).

—3.^o—Outras substancias mineraes uteis

Entre outras, citarêmos as seguintes:

—Nos grés do Dombe existem (alem do já mencionado minerio de cobre) *gesso*, e *enxofre*. Egualmente se encontra enxofre no grés de Cabo Ledo (Quissama). E gesso com abundancia no litoral de Mossamedes;

—Existem *calcarea* e *argila* por muita parte, e tambem *marmore* e *kaolino*; e o correspondente fabrico de cal, tijolo e telha póde exercer-se largamente;

—Existe *sal natural* em varios pontos: na Quissama (sal da Demba); a nordeste de Malange (sal do Holo); a nordeste do Bihé, entre o Cuanza e o Luando (sal de Milundo, e outras salinas proximas); e em Mossamedes (sal de Giraúl, do Bero, e do Curoca);

—Existem na redondeza de Mossamedes, e margem do Curoca jazigos de *phosphato de cal*. Sabemos que este é o phosphato tricalcico insolúvel, que para servir d'adubo tem de transformar-se, por tratamento com acido sulfurico, em superphosphato solúvel. Em qualquer caso, esses jazigos devem ser susceptiveis de valorisação,—ou exportando o phosphato natural, ou transformando-o em superphosphato. Esta transformação é usualmente anexa ao fabrico do acido sulfurico, para o qual fabrico a Provincia possui, por exemplo, o enxofre do Dombe, e o sulfureto de ferro do Cabo de S. Braz (Quissama).

Dentro do grupo dos adubos devem incluir-se aqui os depositos de guano existentes a Sul de Mossamedes, dos quaes fornece noticia o Dr. Pereira do Nascimento, mencionando como mais importantes, um no fundo da bahia dos Tigres, e outro n'uma ilha da foz do Cunene, alem de varios mais, nas ilhotas ao longo da costa, e na margem do Curoca. Sendo o primeiro (d'esses dous que acima se designam) formado, principalmente, por ovas de peixe que a ondulação traz á praia; e o segundo formado pela enormissima quantidade d'aves, que habitam a região.

E, para concluir, diremos que talvez valha a pena investigar as possibilidades a respeito de *mica*, da qual existem em alguns pontos d'Angola (no litoral norte de Luanda, por exemplo) placas de apreciavel grandeza. Pois a mica é, conforme se sabe,—um producto com valor comercial, e que, noutros Paizes, constitue artigo d'exportação, vistas as suas applicações na ceramica, na industria electrica, e na dos automoveis.

E) Industrias

O todo economicamente unico, que o Império Portuguez deve constituir, funciona naturalmente sob o principio cooperativo da divisão do trabalho, e troca dos productos. Quer dizer, cada região dirige as suas actividades para aquella classe de trabalhos, que a natureza mais lhe favoreça. E a regra salutar de bastar-se a si próprio, não se applica fragmentariamente a cada centro productor, mas sim, globalmente, á totalidade do Imperio, que se completa economicamente pelas trocas e reciprocidades commerciaes, entre os seus varios elementos, da Metropole e do Ultramar.

É rica a Provincia d'Angola, não só pelas suas produções espontaneas, como pelas faculdades productivas d'um solo fértil, e virgem, por muita parte. E, assim, as iniciativas do trabalho são naturalmente levadas, ali, a associarem-se com a natureza na grande officina da terra, a qual, pela sua exuberancia fecunda lhes oferece coeficiente especial de seguro beneficio. A propria natureza, n'uma palavra, está em Angola apontando aos homens a preferéncia que lhes deve merecer o trabalho agricola, sobre o trabalho industrial.

Por outro lado, a Metropole abunda relativamente mais em capacidades scientificas, e em apetrechamentos mecanicos, e technicos adequados para a practica das Industrias.

D'um modo geral, portanto, a razão pura, baseada no referido principio classico da divisão do trabalho, e exercicio das trocas, diz-nos que compete a Angola o aprovisionamento da Metropole, no ca-

pitulo materias primas, e generos que lhe faltem,—e compete á Metropole, em troca, fornecer a Angola manufacturas, e generos que ella, por seu lado, não produza.

Perfeitamente justa nos seus fundamentos, esta norma superior não deve, comtudo, conduzir-nos ao absurdo d'excluir em absoluto qualquer trabalho industrial em Angola, quando a propria natureza das cousas nos mostre que ha cabimento para determinadas transformações da materia prima bruta. O que sucede, por exemplo, quando, atravez de processos simples, se póde modificar o estado primitivo do producto, tornando-o de mais facil transporte, ou de possivel consumo na localidade; ou, ainda, quando o exercicio local de determinadas industrias represente factor necessario do desenvolvimento da Provincia.

Foi esta ordem de considerandos que orientou as indicações, atraz escriptas successivamente, a respeito d'industrias anexas a diversas produções, cultivadas ou espontaneas. E em tal conformidade, ha logar na Provincia para as industrias seguintes: desfibração de productos filamentosos; cordoaria, sacos, etc.; oleo de palma, de caroço d'algodão, e outros; extractos tinctoriaes e taninosos; fecula e tapioca; farinhas; assucar, alcool, e tabaco; preparação de fructas; serração de madeira, pasta de papel e construcção naval; curtimenta, frigorificos e preparação de carnes; lactinios; preparação de peixe; materiaes de construcção; refinação d'oleos mine- raes; matebronze; adubos; electricidade; transportes; e todas as mais que se contenham nos principios geraes acima definidos.

Posta a questão n'estes termos, concluiremos com a afirmação de que Angola preenchendo as deficiencias da producção metropolitana, sem prejuizo d'esta, póde concorrer para o desejado equilibrio da nossa balança de pagamentos, o qual equilibrio requer que a importação estrangeira, de substancias alimentares e materias primas, se reduza ao minimo. Devendo correlativamente considerar-se que não ha garantias seguras para a situação financeira, emquanto não tivermos uma economia forte, quer dizer, uma larga e solida producção, com a variedade necessaria para escaparmos aos perigos d'uma producção concentrada em poucas classes d'artigos. E n'este sentido, evidentemente, as capacidades d'Angola são o indispensavel complemento das capacidades da Metropole.

Observações Conclusivas:

A Provincia d'Angola é rica,—escreviamos ao iniciar a presente Secção.

E poderemos agora repetir-o, com a confiança plena e concreta, que nos trazem tantos testemunhos de boa fonte. Propositadamente extensa, e por isso mesmo fastidiosa, fizemos a lista, com a intenção de reforçar as provas. Incompleta fica, ainda assim, e mais extensa poderíamos tornal-a, sem grande difficuldade.

Emfim, tal como está, tem condições, talvez, para servir de comentario corroborante, ás palavras seguintes, com as quaes, Welwitsch, escrevendo de Luanda em 7 de Junho de 1858, fechava as «Observações Conclusivas» dos seus «Apontamentos phytogeographicos sobre a flora da Provincia d'Angola»:

«... e como julgo ter mostrado que em Angola se encontram tres regiões bem diferentes na vegetação, e por conseguinte tambem variadas em clima,

exposição, e solo, quero persuadir-me que este paiz, uma vez vencidos, ou ao menos diminuídos, os embaraços e dificuldades, que a agricultura nascente, mais ou menos em toda a parte do mundo encontra, tornar-se-ha um amplo theatro de multiplices e proveitosas empresas, agricolas e commerciaes; pois a visinhança immediata, ou, por assim dizer, a existencia simultanea de climas e exposições tão diferentes, em um paiz situado todo na zona equinoxial, não deixa de favorecer e facilitar poderosamente a vantajosa cultura de variadissimos generos, tanto de consumo, como de commercio; e o grangeio, e aproveitamento cuidadoso de tão numerosas plantas uteis, espontaneas umas, outras já agora extensamente cultivadas, e augmentadas ainda com a introdução de novos generos de culturas tropicaes, oferecem aos lavradores entendidos, e ás especulações mercantis, um campo imenso, assegurando á agricultura da Provincia d'Angola um esperançoso futuro».

Tal é o paiz que Portugal tem ao seu dispôr.

Quanto aos Portuguezes, dizem as chronicas, mesmo as d'origem estrangeira, que elles foram, nos tempos antigos, quem mais contribuiu para introduzir em Africa as culturas alimentares, e, em geral, a riqueza agricola. Basta ler a magnifica Introduçào do livro «Plantas uteis da Africa Portuguesa» pelo Conde de Ficalho, para que em nós, se forme a viva consciencia d'esse facto historico.

No Seculo XVI,—diz o illustre botanico,—a Africa, pela mão dos Portuguezes, adquiriu algumas das plantas, que maior importancia teem hoje na sua agricultura, na alimentação dos seus habitantes, e no seu Comercio. E assim o demonstra com as relações de viagem de Cadamosto, Duarte Lopes, o piloto anonymo da Navegação a S. Thomé, Fr. João dos Santos, etc., etc.

Entre os Portuguezes d'hoje, alguns existem capazes de seguir os exemplos do Passado,—conforme se reconhece pelas suas iniciativas proprias, em Angola, Moçambique, e S. Thomé.

Materias primas tão excellentes,—quer em valores humanos, quer em capacidades da terra,—pedem Governos que saiba, e queira, realisar com ellas o esperançoso futuro que Welwitsch antevia no seculo anterior.

VIII

Conclusão Geral

Aproveitar, por um lado, todos os vigores da iniciativa individual, e todos os beneficios, que podem provir, d'uma administração economica, com caracter agricola, industrial e commercial, libertada, quanto possível, das peias inherentes ao praxismo burocratico;—e aproveitar, ao mesmo tempo, por outro lado, os poderosos meios d'acção, civilisadora, e fomentadora, de que dispõe a Auctoridade Publica;—tal é o espirito do systema aqui apresentado;—systema, por meio do qual se procura combinar, e conjugar, entre si, n'um instrumento coerente e unico, essas duas origens diferentes de potencia edificadora.

Para ligal-as, uma á outra, intimamente e organicamente,—quer dizer, para reunir, n'um só feixe d'acção administrativa, a Companhia, e o Estado,—servirá o Contracto atraz delinido, cujas clausulas foram estudadas com o proposito de abrir, á sombra

d'ellas, os caminhos, e facilitar o advento, da alta finalidade que temos em vista.

A qual consiste,—conforme no preambulo se declarou,—na fundação de um novo Brazil, ligando á terra, pela agricultura, successivamente consolidada e regularisada, a familia europeia nos logares propicios, e a familia indigena, constituída debaixo dos principios da moral e do trabalho, que, a pouco e pouco, acabarão por expulsar os costumes barbaros, e substituil-os pelos modos de ser de uma sociedade civilisada, e integrada dentro da Patria Portuguesa.

A exposiçào, que damos aqui por terminada, tende para o cumprimento de taes aspirações. Pois é ella uma synthese, rapida e concreta, de todos os meios d'acção constructiva,—quer espirituaes, quer materiaes,—com que se criam nações vivas e progressivas.

Conheceram os Portuguezes, em tempos idos, essa arte magnifica. E fizeram-se grandes. E como não ha phenomenos sem causa,—será licito perguntar: ¿Qual foi a causa d'essa grandeza?

A causa reside fundamentalmente no genio, ou no coração dos Portuguezes, valorizados pela organisação propria para conduzil-os a altos destinos.

Elles tinham, então, virtudes fortes, exaltadas pela Cruz de Christo, e pela Patria; e nós temos agora a indisciplina mental, que salta por cima da religião, e sobrepõe á fé patriótica, pura e simples, estúpidos conceitos, ou, antes, preconceitos, d'esquerdas e direitas, traduzindo-se tudo por uma grande inconsistencia moral.

Elles estavam unidos, e voltavam as energias para fóra; e nós estamos divididos em partidos, e voltamos as energias para a desordem intestina, e para a guerra civil.

Tal é a causa profunda do retrocesso e da decadencia.

Todavia nós queremos fazer «Imperio», e d'isto mesmo tratam estas nossas pobres palavras.

«Imperio»,—não no sentido conquistador d'augmentar a extensão dos nossos territorios, pois que, de mais territorios não precisamos nós; mas, sim, no sentido d'augmentar pela civilisação, e pela prosperidade, o valor d'aquelles que possuímos.

Queremos fazer «Imperio».

Temos, portanto, d'empregar-lhe os meios, e de promover as condições próprias para esse fim. E os factos mostram que foi «á antiga» que construímos o Brazil, e que é «á moderna» que temos Angola em crise d'altos perigos.

¿Queremos fazer «Imperio»?

Pois os meios, e as condições, são da natureza d'aquelles que atraz,—embora pálidamente,—tentamos deixar esboçados:

Levantar e espirituolisar os homens da Metropole, e do Ultramar, pela ideia alta de Deus, expressa na Cruz de Christo, que conduziu caravelas e aviões, e pela ideia da Patria, que, n'esse mesmo signo, outr'ora venceu; introduzir os habitos moralisadores da familia e do trabalho, e apoial-os na alavanca poderosa da sciencia technica; criar propriedade, que é o estímulo da actividade individual, e alargar as autonomias locaes e corporativas que são o estímulo da vida em comunidade; moldar, n'uma palavra, a sociedade, que se forma, nas estruturas da ordem regional, Corporativa, e Nacional.

(Conclui na página 35)

OS PAVILHÕES DE PORTUGAL
NA EXPOSIÇÃO COLONIAL DE PARIS



PORTUGAL DEPOIS DE
DESCOBRIR O MUNDO
CONQUISTOU PARIS

DOS JORNALS
FRANCESES

O JURY INTERNACIONAL DE RECOMPENSAS DA EXPOSIÇÃO COLONIAL DE PARIS, CONCEDEU À

LITOGRAFIA NACIONAL,

PELOS TRABALHOS GRAFICOS EXECUTADOS
PARA O COMISSARIADO GERAL DO
GOVERNO PORTUGUÊS N'AQUELE CERTAMEN

GRAND PRIX

LITOGRAFIA NACIONAL - PORTO — Teleg. LITONAL
Telefones 12 e 756

Delegação em Lisboa: Rua dos Correios, 29-2.º Telegramas LITOCIONAL Telefone 25624

As conferências comerciais

e o intercambio moderno

Do *Jornal do Comércio e das Colónias* se transcreve o interessante e bem deduzido artigo do sr. Mimoso Moreira, funcionário superior da Agência Geral das Colónias e um dos mais devotados propagandistas dos assuntos coloniais:

CONJUNTAMENTE com as Feiras de Amostras vão realizar-se em Luanda e Lourenço Marques dois Congressos comerciais, com delegados organismos económicos da Metrópole e das Colónias, a que modestamente se convencionou chamar «conferências».

Inteligentemente andou o propulsor da embaixada comercial metropolitana em promover êste entendimento—onde vão ser debatidos certos preceitos basilares e naturalmente diluídos conhecidos mal entendidos—pois há muito tempo se procurava realizá-lo, tendo ainda o ano passado o comércio de Lourenço Marques iniciado trabalhos preparatórios nesse sentido, depois de em Luanda se ter exteriorizado o mesmo propósito.

Esta aproximação estava também incluída no programa dos trabalhos do «Movimento Pró-Colónias», marcada para o Pôrto, porque na Metrópole, como nas Colónias, se reconhece a urgência dum trabalho em conjunto.

O vácuo criado pela ausência dum espírito colonial permitiu desenvolver um critério errado quanto aos benefícios que as Colónias podem prestar às actividades industriais e mercantis da Metrópole. Para muitos negociantes, desconhecedores das condições da vida nacional no Ultramar, a África Portuguesa é ainda o sertão ou pouco mais, para quem deve bastar os sobrantes dos seus *stocks* ou certos tipos e padrões de pouco cuidada qualidade. É certo ter a África uma clientela pouco exigente, que é a indígena; mas nem por isso deve ter-se em menor conta as suas predilecções ou fantasias, porque tem características especiais que convém explorar.

Paralelamente há que contar com a clientela europeia, ali residente, habituada ao convívio com os estrangeiros e portanto sempre susceptível a fazer comparações, inclinada a preferências e dada a imitações, tanto do gosto do português.

O contacto oferecido em Moçambique com a União Sul Africana, em Angola com o Congo Belga, na Índia portuguesa com a zona inglesa em Macau, em Timor, em Cabo Verde ou Guiné, com os territórios circunvisinhos ou frequentadores acidentais, permite que os portugueses europeus, logo que abandonam a terra-máter, adquiram hábitos novos, evolu-

cionando em terras de ambiente diferente e criando uma maneira diferente de viver.

Estas circunstâncias que apresentamos, aconselham, naturalmente no campo comercial, a um estudo íntimo dêstes mercados, incontestavelmente prometedores, e que são, como de todos é conhecido, sistematicamente batidos por agentes estrangeiros, que nelles procuram colocação e venda para os produtos originários dos seus países; competindo, em imitações, com os produtos nacionais; e ainda oferecendo aos negociantes regionais muito maiores facilidades para as liquidações dos seus fornecimentos que os fornecedores portugueses não podem igualar.

Perante esta perigosa concorrência os produtores portugueses, lutando com dificuldades de crédito e de organização profissional, conservam-se alheados dessa infiltração e evolução nos mercados coloniais, agindo a distância, por informações ou instinto comercial, mantendo processos rotineiros, impondo tipos em vez de fabricar ao gosto da clientela, exigindo garantias por vezes incomportáveis e confiando demasiado na tradição e patriotismo, factores muito falíveis em matéria de negócio.

Oferece-se dizer que há algumas excepções que muito honram o comércio nacional e que há também algumas circunstâncias que influem nesta atitude, cuja remoção não é fácil de um dia para o outro. Mas é tempo de uma nova fase se iniciar, pondo a questão neste dilema: podemos ou não manter e desenvolver os nossos mercados em África, como natural expansão das actividades metropolitanas? E importa chegar a uma conclusão, para seguir um rumo: ou entramos francamente no caminho da luta, ou abandonamos o campo aos estrangeiros, deixan-



MIMOSO MOREIRA

do-lhe os proveitos e ficando para a nação só os encargos...

* * *

Argumenta-se há uns anos com as dificuldades nas transferências do dinheiro produzido pelos fornecimentos. É uma dolorosa verdade e um aspecto da questão, que embarçou, ou com mais propriedade, anarquizou as relações comerciais já existentes. Mas mal desta geração se não encontrar capacidades orientadoras e governativas para o resolver. O assunto está estudado e concretamente posto—com a afirmação solene de que se resolve. Assiste-nos o dever de a tomar em consideração e respeitá-la, para nos ficar o direito de nos insurgirmos contra a falência das promessas feitas.

Vem a propósito, todavia, considerar mais esta faceta deste problema (passe o termo, agora que tudo são problemas nesta matemática da vida). Os estrangeiros que trabalham nas colónias portuguesas, embora sentindo as mesmas dificuldades que nos anfolham e castigados com a nossa defesa para lhes flaquear a intromissão não abandonaram o seu campo de actividade. Continuam teimosamente lutando, usando das mais desesperadas e hábeis modalidades, sem desertar! Porquê? Evidentemente, porque estando em contacto íntimo com esses campos de acção, vão descobrindo, dia a dia, os processos ou expedientes que a inteligência ou argúcia oferece para enfrentar as dificuldades.

Entretanto os nossos compatriotas representam aos governos. Pedem benefícios pautais sem considerar que eles nem sempre servem de estanque à invasão ou concorrência. Está averiguado que os expedientes aduaneiros, visando benefícios, provocam resultados contraproducentes, fomentando o despeito ou originando o contrabando, muito fácil em territórios extensos de fronteiras mal guardadas por alfandegadas. Se quiséssemos divagar em detalhes poderíamos citar casos bizarros de produtos estrangeiros que continuam a consumir-se em África, com prejuízo das receitas do Estado e de outros nacionais, que a despeito das protecções pautais não logram chegar aos mercados africanos por preços mais baixos.

Há uma série de factores complementares que o determinam. O mais visado é o do transporte marítimo da Europa para a África. Mas paralelamente descuram-se os encargos iniciais, como seja o processo das embalagens e vasilhame, o transporte ferroviário dos centros de produção para os cais, os despachos, os impostos de saída e carregamento, etc., pequenos «nadas» que sobrecarregam as mercadorias na Metrópole, reflectindo-se no encargo geral.

* * *

Vejamos agora outro aspecto do intercâmbio comercial entre a Metrópole e as Colónias—a colocação da produção ultramarina na Europa.

Potência colonial, está naturalmente indicado que o nosso País consuma em primeiro lugar os produtos nacionais—quer sejam europeus ou africanos—e adquira depois no estrangeiro quanto lhe falte. É este o critério posto hoje em foco, e impõem-nos as circunstâncias a sua adopção.

Não será pois paradoxal que desejemos que nas

colónias consumam os produtos originários da Metrópole, de preferência aos estrangeiros e estejamos a importar cafés, oleaginosas e tabacos? Poderemos juntar a estes outros produtos como o algodão, as fibras, o cacau, os cereaes e até mesmo o gado. Convém, porém, dividi-los, porque os inumerados em segundo plano tem aspectos especiais. Mas os primeiros não o tem. Os cafés nacionais—isto não tem discussão—servem muito bem para o nosso consumo e não há justificação para a sua reexportação para os mercados do Norte da Europa enquanto comprarmos em ouro outros de origem estrangeira. O mesmo se pode dizer das oleaginosas. O mesmo ainda quanto ao tabaco, com o aplauso unânime dos que alguma vez fumaram a produção africana.

Quer pois se trate de matérias primas, quer se trate de produtos manufacturados (e não se julgue que são tão numerosas as indústrias coloniais que possam afrontar as indústrias da Meirópole), uma plataforma se impõe, estabelecendo um tratamento idêntico para as actividades nacionais, seja qual for a latitude onde estas tenham lugar.

São pois estes e outros aspectos, que não podem ter o desenvolvimento merecido num simples artigo de jornal, o programa dessas conferências.

Os delegados dos organismos económicos que seguem hoje para a África vão animados, certamente, do desejo de enfrentar a situação, procurando a maneira de orientar a sua acção futura. Do debate das suas pretensões com as aspirações dos delegados dos organismos económicos coloniais há-de sair esse mútuo acôrdo que é mister estabelecer. E se dos congressos de Luanda e Lourenço Marques não saírem conclusões úteis e práticas, para o Governo homologar depois, mal vamos todos, numa confessada incapacidade de encontrar remédio para as dificuldades do momento.



Impressões de S. Tomé

(Conclusão da página 18)

sido já certamente ajudados pelo Estado. Ainda há porém, tanto da parte daqueles, como da parte deste muito que fazer—e, tenho essa firme esperança—há de se fazer o necessário.

Quando digo isto não quero dizer que todas as empresas—individuais ou colectivas—que exercem a sua actividade na ilha podem ser salvas. Longe disso. Em primeiro lugar há que distinguir as zonas onde estão situadas as propriedades.

S. Tomé tem, com efeito, zonas perfeitamente definidas e as possibilidades de cada uma delas são diferentes.

Quando se diz S. Tomé está em crise—importa distinguir. A crise é nada mais grave e difícil de resolver em relação a certas roças do que em relação a outras, consoante a sua localização, encargos que sobre elas pesam, etc., etc.

Mas, se algumas empresas têm necessariamente de cair, a colónia, no seu conjunto—e isso sob o ponto de vista nacional é o que importa—há de salvar-se.

A circunstância de possuímos mais de dois milhões de quilómetros quadrados de colónias impõe-nos a obrigação de nos conduzirmos, perante as questões coloniais, duma maneira diferente daquela que temos seguido.

Acêrca dos assuntos de política indígena, administração colonial, colonização ou mais propriamente dos vários ramos de que se compõe, já hoje, a ciência colonial, temos o imperioso dever de abandonar o empirismo da prática colonizadora e entrarmos na fase do profissionalismo científico. Um país como o nosso não pode ser amador de política colonial. Maus tempos nos estariam reservados se nos não convencessemos de tal necessidade. Hoje mais do que nunca cabe-nos encarar com atenção este nosso problema.

O país tem que se mostrar, na sociedade internacional, cioso da posse do seu património ultramarino legitimando este seu direito no interesse e competência revelados no que respeita aos problemas que com elle se prendem. Fundamental é este direito no facto de por elle terem derramado o seu sangue e se terem sacrificado muitas gerações é uma justificação que pode deixar de ser convincente.

Temos o direito do conservar como nosso, porque sendo seus legítimos possuidores damos cumprimento aos deveres a que estão obrigados todos os países que possuem a sua propriedade.

Desta forma nós, portugueses, cônscios das nossas responsabilidades hoje como nunca nos devemos mostrar dignos da posse da nossa cubicada herança, apresentando-nos, aos olhos do mundo, como um povo que, em matéria colonial, actua com a experiência do velho e competência do sábio.

Para isso urge dar consciência e uniformidade à causa em que andamos empenhados pois desta maneira valorizaremos o nosso esforço e tornar-nos-emos dignos da nossa obra. Para atingir essa finalidade há necessidade de alargar e fortalecer a nossa mentalidade e ambiente coloniais. Mais do que isso temos de fundar a nossa ciência colonial erguida sobre a tradição do nosso heróico passado, pois para isso nos não falta nem experiência nem patriotismo.

Pelo que respeita à criação da nossa ciência colonial—pois a pura adopção da estrangeira nos deprimiria—deverá incumbir essa alta missão à Escola Superior Colonial como já o preconizou Sua Ex.^a o Ministro das Colónias dando-se assim ao Império uma doutrina colonial firmada na secular experiência do povo, meditada sobre as lições das nossas vitórias e das nossas derrotas, uma doutrina que indique o futuro depois de haver balanceado as virtudes e defeitos da raça—na frase elegante de patriotismo do illustre ministro.

De facto, deve ser este estabelecimento de ensino—que em seu benefício já muito fez, mercê dum bom corpo docente, onde se encontram alguns no-

mes que se impõem pela sua competência e pelos relevantes serviços prestados à causa colonial—a quem naturalmente deve pertencer esse grandioso e patriótico empreendimento. Noutra escola confia igualmente S. Ex.^a a fim de realizar uma profunda actualização na nossa administração colonial rompendo com a rotina que tanto tem prejudicado a nossa actividade colonizadora e condenando assim a legitimidade da Escola Sertão como exclusivo meio de preparar administradores coloniais. A atitude que ultimamente o referido Ministro assumiu perante a finalidade desta Escola com a publicação do recente decreto n.º 20.664 marca na história do recrutamento do nosso funcionalismo o findar duma época em que o compadrio e a empenhoca eram reputados convictamente a única e indispensável preparação exigida a qualquer aspirante a funcionário.

A mentalidade colonial constituir-se-á assim pela acção exercida por este estabelecimento de alta cultura colonial e por uma maior expansão deste ensino levada a efeito nas nossas Faculdades e Escolas Superiores.

Impõe-se ao mesmo tempo a necessidade de o divulgar nos liceus, escolas comerciais e industriais, escolas agrícolas e do magistério primário,

criando-se nelas disciplinas onde, ainda que superficialmente, se ministrem, com carinho e interesse conhecimentos acêrca das colónias. Não se compreende que num país que, como o nosso, deve grandemente a sua reputação internacional à posse dos seus domínios ultramarinos, um diplomado seja com que curso fôr, tenha reduzidos os seus conhecimentos coloniais aos que vaga e confusamente lhe ministrou o seu velho professor primário.

A ideia de que as colónias são terras onde só o preto deve viver e das quais o branco falhado lança mão como derradeiro recurso deve ser banida por constituir um conceito errado que a nossa responsabilidade de homens cultos dum país colonial nos não permite admitir. Acêrca das colónias e começando pelas pessoas de maior envergadura intelectual deve o nosso povo ter uma noção que se coadune tanto quanto possível com a verdade. Esta noção poder-se-á alcançar através da divulgação a que aludimos e duma propaganda, meios estes de que a acção do Estado se não deve alheiar, com o fim de sacudir o povo da sonolência ignorante em que tem vivido no que respeita a assuntos coloniais.

Com o orgulho que todo o bom português sente quando vê a sua pátria trilhando o caminho da propriedade devo justamente constatar que neste sentido alguma coisa já se tem feito ultimamente, graças a uma boa compreensão que das nossas necessidades vamos tendo.

E assim é oportuno recordar a constituição no Pôrto e em Coimbra de vários núcleos de propaganda colonial e o interesse que ao Ex.^{mo} Ministro

PROPAGANDA COLONIAL

Algumas observações

Por J. DA SILVA

Diplomado com o Curso Superior Colonial
e finalista da Faculdade de Direito

Um critério de Povoamento europeu nas Colónias Portuguesas

NÃO sei se, feliz ou infelizmente, não alcancei ainda aquela idade repousante, nem aquela posição confortável, que permitem falar durante uma hora sem dizer coisa alguma e sem perder, a-pesar-disso, o direito ao lugar comum que fecha com chave de ouro a crítica de todas as conferências: «O conferente foi muito aplaudido».

Tenho por consequência que esforçar-me por dizer alguma coisa—por fugir à cômoda girandola das palavras que são pura verborreia, embora alcancem conquistar adjectivos e encher o vazio dum hora, para tentar seguir deliberadamente as palavras que subentendem sentimento das responsabilidades, um pensamento constituido, uma idea, um objectivo—uma coragem.

Em resumo: Tenho que tentar servir-me das palavras como um Meio e não como um Fim—o Meio de compreender e alcançar realidades e não o Fim vago e inútil de exclusivamente, prender uma hora ao precioso tempo de V. Ex.^{as}.

É natural que o não consiga. Mas se assim fôr quero desde já declarar que tal sucederá por falta de qualidades—não por cobardia.

Preto agitar e estudar um problema nacional—problema que para o presente e futuro das colónias portuguesas é justamente considerado de capital importância. Ora, todo aquele que se coloca nesta posição e que pretende confessadamente trazer ao esclarecimento ou solução dum problema nacional um auxílio de qualquer natureza, o fizer com a preocupação de não melindrar o que é uso chamar-se «as nossas conveniências pessoais» ocultando um pensamento em palavras sem sentido ou evitando uma responsabilidade com frases ócas, conseguirá talvez bem merecer da fácil consideração dum meio pouco exigente, mas terá com certeza traído a sua missão, o seu dever—a sua própria dignidade de português.

Esforçar-me-ei, pois, por encarar realidades e analisar este magno problema da colonização europeia em África com as palavras precisas que eu julgo corresponderem ao meu ânimo de o servir. Problema objectivo, objectivamente será tratado.

E antecipadamente, peço perdão a V. Ex.^{as}, se neste intento que, porventura, se malogrará, as minhas palavras, aliás sempre correctas—não forem por vezes tão agradáveis de ouvir e tão musicalmente escolhidas como as que poderia pronunciar numa conferência em que, de entrada, me dispusesse a falar, sem nada dizer.

O mais superficial dos exames críticos sobre os esforços e as medidas officiaes que têm pretendido resolver o problema do povoamento europeu nas nossas colónias, permite immediatamente esta conclusão: Legislação e doutrina a mais—de sobejo; realização a menos—insignificantes.

Sobre este problema de colonização tem-se projectado—como era natural que succedesse—um vício que, por vezes, tem sido grave na Administração portuguesa em geral: Legislar muito e realizar pouco, consumir em burocracia o espirito que deveria transformar-se em acção.

das Colónias tem merecido o ensino colonial a que já me referi.

Cultivado no nosso país o interesse e simpatia pelas nossas colónias através dos meios preconizados fácil será prever a existência dum ambiente sinceramente colonial que enormemente facilitará a nossa tarefa colonizadora e então é que, como nunca, se fortalecerá e tomará imperdável a unidade económica e política do nosso grande Império: Portugal e as colónias portuguesas.

Notável e inteligente conferência realizada, na Sala Algarve da Sociedade de Geografia de Lisboa, pelo nosso director, sr. Henrique Galvão, a convite da mesma Sociedade, perante uma selecta e douta assistência

Um exemplo curioso definirá melhor o que quero dizer:

Como V. Ex.^{as} sabem, em Inglaterra, os animais são excepcionalmente bem tratados: além do carinho de que disfrutam nas suas relações com os homens, dispõem ainda de hospitais, cemitérios—enfim, de todo um complicado mecanismo de efectiva assistência. Entre nós—e não se pode atribuir o facto a sentimentos cruéis dum povo que é naturalmente bondoso e caritativo—não há hospitais, nem cemitérios e é frequente vermos apedrejar os gatos ou descansar os cavalos que trepam as ladeiras da cidade.

Em Inglaterra não existe, praticamente, uma legislação de protecção aos animais. Onde essa legislação é mais abundante e perfeita, mais completa e mais científica—disse-me há dias um veterinário—é em Portugal.

Ora, se nos transportarmos da assistência aos bichos até ao povoamento europeu nas colónias chegamos a uma conclusão paralela: Temos uma legislação perfeitíssima, copiosa, síntese das melhores doutrinas e das mais santas intenções—mas não temos, em correspondência com tanta flor de retórica arruinada em artigos e parágrafos, uma obra de colonização europeia realizada.

Porquê?

Analisemos as causas—as directas e indirectas—e ponhamos assim o primeiro dado do problema.

Vejo, em primeiro lugar como causa geral e profunda a orientação da nossa educação. Realmente, a educação portuguesa, nos últimos cem anos não tem conduzido à preparação de homens de acção—tem-nos preparado para a burocracia. Faz de nós tipos de *homo sapiens*, o homem que sabe, em lugar de criações do *homo faber*, o homem que faz. Nós, em geral, sabemos muitas coisas e facilmente chegamos a deslumbrar pela erudição, pela lógica, pelas palavras—mas somos impotentes quando se trata de *fazer* e realizar praticamente o espirito dum idea ou as obras que as palavras enunciam. Com uma educação assim orientada as *élites* consomem-se a legislar—o que é pura burocracia—perdem-se e confundem-se quando se trata de projectar em realidades práticas de produção o mandato da lei—o que seria pura Acção.

E assim, o homem completo de Bergson—aquele que é simultaneamente capaz de pensar como homem de idea e agir como homem de acção é, entre nós, *avis-rara* e uma inconsequência inexplicável dentro do nosso sistema de educação.

Esta verdade, que domina uma paisagem inteira da Sociedade portuguesa, é no problema da colonização, uma causa profunda destes factos lamentáveis: abundância de legislação—insuficiência de realização. E um corolário fatal se põe imediatamente. Não conduzindo a nossa educação à formação de realizadores, o mecanismo de selecção dos homens para o desempenho dos cargos tende naturalmente a fazer triunfar o burocrata sobre o homem de acção—aquele que joga certo com o sistema, sobre aquele que seria uma peça incômoda acelerando pela realização um ritmo tranqüilo de pura angeminação.

Num discurso pronunciado em 1929, o Ministro das Finanças sr. dr. Oliveira Salazar, sintetizou numa frase admirável de precisão e de verdade este defeito grave do nosso mecanismo administrativo:

«A falta de coincidência entre as instituições e os seus fins, entre a aparência dos preceitos e a sua realidade profunda, entre a lei e a execução, fizeram da vida administrativa do país uma mentira colossal».

Esta mentira é, nem mais nem menos do que o produto do antagonismo que existe entre uma mentalidade burocrática, comodista e faladora—e a necessidade de agir que é a própria condição de vida e de progresso dos povos.

Passamos a vida a procurar fórmulas, a constituir sistemas, a organizar doutrinas. Com elles fazemos colunas de prosa e colunas pletóricas no *Diário do Governo*—anunciamos planos de acção em rico potencial de palavras. Mas uma vez delineado o plano, escolhida a doutrina, assente a fórmula, o mecanismo de selecção de executores que se move por motivos da política, por império das subsistências particulares, por acção de influências várias, atira para a realização exactamente os homens menos qualificados para agir, para fazer—para transformar em obra de utilidade pública um plano que só está em palavras. E do fracasso nem sequer fica

uma lição. Atribui-se à doutrina, à fórmula ao sistema feitos decretos ou leis, todos os males, todos os vícios, todas as responsabilidades. E, com os mesmos homens—aqueles que, de facto faliram por falta de qualidades de realização—procuram-se novos planos, novos decretos, novas palavras—tudo isso que teria desde logo dado resultado se encontrasse a gente capaz de realizar, de agir, de produzir.

Minhas senhoras e meus senhores: Para resolver os problemas portugueses não são fórmulas, nem palavras que nos faltam. Todas as fórmulas estão mais ou menos constituídas, todas as palavras estão sobejamente escritas. O que nos falta é encontrar os homens capazes de compreender o poder dinâmico das fórmulas e de transformar em obras o que nas leis são simples enunciados.

Reparem V. Ex.^{as} na lição que a este respeito nos deram os anos que vão de 1891 a 1910—os anos do nosso ressurgimento colonial. A mentalidade portuguesa era também nesse tempo uma mentalidade burocrática, conselheiral, inerte. As colónias, ou eram ignoradas ou eram tidas como suspeito logradouro de aventureiros e purgatório de degredados. O gentio ocupava efectivamente as regiões que platonicamente nos pertenciam. Andrade Corvo e Sá da Bandeira tiveram que esperar cinquenta anos para que a generosidade e o alcance da sua política comessem a ser compreendidos.

Mas um dia aparece António Ennes—um homem que sabia pensar e sabia agir. Com ele forma-se uma escola em que podem agrupar-se os libertos duma educação paralizante.—Surgem Mouzinho, Galhardo, Aires de Ornelas, Couceiro, João de Almeida, Sanches de Miranda, Azevedo Coutinho, Vieira da Rocha, Gomes da Costa, etc. Eram escassos em número. Mas foi a sua acção, o seu espírito realizador, a coincidência e harmonia que estabeleceram entre as instituições e os seus fins, entre a aparência dos preceitos e a sua realidade profunda, entre a lei e a execução que nos deram o Império Colonial de hoje e permitiram que uma ideia enraizada no próprio espírito da nacionalidade começasse a ganhar as massas e a interessar o país.

E não foi preciso escrever mais palavras nem fazer mais leis. Bastou aplicar o que as palavras e as leis enunciavam.

Sobre a obra desses homens recompôs-se depois a burocracia e a idade efémera da acção depressa foi invadida pelo espírito inerte dos fazedores de fórmulas.

Temos assim observada uma primeira causa do fracasso das nossas tentativas de povoamento—uma causa geral de que resultam conseqüências naturalmente generalizadas.

A tanta lei, tanta doutrina, tanto sistema, não succedeu praticamente uma acção realizadora.

Mas encaremos já na especialidade outro aspecto do problema: Teria a legislação, isto é, a norma e o espírito dos preceitos legais permitido as realizações que convinhão à solução do nosso problema de colonização branca?

Podemos responder sem hesitar: Nem a norma nem o espírito desses preceitos dariam, uma vez postos em acção produtiva os resultados animadores e completos que importa alcançar em Angola e Moçambique. Simplesmente, com tanto dinheiro que se dispendeu, ter-se-ia através dum bom senso realizador conseguido arrumar, pelo menos, os desgraçados que foram atraídos a Angola e a Moçambique por uma miragem artificial de ilusões criadas pela imprudência de organismos oficiais. Não teríamos é certo, no amontoado de tantos decretos e diplomas, povoado as nossas colónias—mas teríamos certamente conseguido extrair dos sacrifícios financeiros feitos, qualquer coisa, que embora magra, fôsse um resultado positivo.

E afinal de tantas tentativas feitas, apenas resultaram duas realidades tristes: Verbas esgotadas em pura perda; colonos espreçados de ontem, transformados em unidades miseráveis de desgraçados de hoje.

Em matéria de povoamento, como em tantos outros capítulos de colonização e administração colonial, há cerca de cem anos que Portugal esqueceu que tínhamos uma experiência, um saber, um passado colonial com caracteres próprios, constituindo sistema definido, cujo espírito é eterno e ao qual só faltaria um crescimento evolutivo.

O sr. Ministro das Colónias num discurso recente disse: *«Vivemos curvados sobre os outros para aprendermos neles, ensinamentos que mais proveitosamente poderíamos tirar de nós próprios se severa e imparcialmente nos reanimássemos, tendo em conta o que somos e, em cada caso, as possíveis reacções de carácter nacional. Este enlêvo por tudo que não é nosso tem sido—e naturalmente será ainda por muito tempo—uma fonte de erros e calamidades na nossa administração».*

Foi esta fonte de erros que verteu as faltas que cometemos na orientação que tentámos dar ao povoamento europeu em Angola e Moçambique. Desprezámos todos os ensinamentos de quatro

séculos de colonização, esquecemos os frutos duma experiência que se constituiu em todos os meios e climas, através de todas as raças e todas as circunstâncias—e, enlevados por alguns sucessos estranhos, fixámo-nos nos figurinos estrangeiros, sobretudo no inglês, como as senhoras que se extasiavam perante modêlos de Paris. Tínhamos a lição magnífica do Brasil—mas nem essa nos serviu senão para fundamento duma retórica declamatória e algumas vezes despropositada.

Quando por volta de 1840 se inaugurou em Inglaterra a fase pré-moderna da sua história colonial e com ela aparecem os seus sistemas de colonização branca, desde o Prentin Act (1841) à lei do Homestead e aos preceitos de Wakefield, atravessávamos nós uma fase de modorra colonial de que só viríamos a disputar no fim do Século XIX. Postas nesta altura, com o renascimento duma velha ideia portuguesa de expansão e domínio colonial, necessidades imperiosas de administração dos nossos territórios ultramarinos, esquecemos os nossos próprios sistemas e julgámos encontrar no deslumbramento dos processos ingleses a fórmula que nos havia de salvar. E assim se cria e prolifera uma legislação copiosa, ora inspirada no Homestead exemption, ora na grande carta, ora vagamente em Wakefield, tendo como espinha dorsal o colono directamente fabricado pelo Estado, por meio de auxílios e vantagens directas—enfim, o funcionário colono.

Ninguém reparou que os resultados da fórmula inglesa provieram, em grande parte, de circunstâncias de que essa fórmula era apenas um complemento secundário—e entre elas a abundância de capital ávido de se colocar e estabelecer nas empresas coloniais britânicas.

Nós julgámos que era indiferente esta circunstância. Adoptámos apenas a fórmula na sua crueza, na sua expressão incaracterística como se adopta uma máquina para a qual não há combustível.

Ora, minhas senhoras e meus senhores, a colonização europeia em África é um fenómeno emigratório; e não é pelo seu carácter especial de localização em território nacional que deixa de comportar-se como os fenómenos emigratórios.

Forçar o natural desenvolvimento do fenómeno, violentar a sua marcha e evolução, dirigi-lo contra a sua própria essência é uma empresa tão estulta como querer fazer vingar bananeiras nas terras de sementeira da Beira ou o pinheiro de Riga em S. Tomé. As correntes emigratórias formam-se por motivo duma necessidade. Orientam-se e dirigem-se, natural, fatalmente, para onde possam satisfazê-la—isto é, para o meio emigratório, e onde não houver meio emigratório é inútil atrair emigrantes.

O português—e como o português, o italiano, o alemão, o chinês—emigram com o capital exclusivo do seu trabalho. Não levam dinheiro: levam dois braços, uma esperança e uma ambição. Precisam ganhar dinheiro sem demora, alimentar um corpo e uma esperança, justificar as ilusões duma ambição que é a mola oculta do seu valor produtivo. Precisam por consequência dirigir-se e instalar-se nos meios onde um capital lhes pode fornecer uma remuneração imediata—remuneração que seja o bastante para a satisfação das suas necessidades diárias e para amearhar o necessário à sua febre de elevação, de riqueza e de bem estar.

E isto só não sucede—ou não tem sucedido—na corrida de grandes massas de emigrantes para as terras onde o ouro se oferece como um generoso capital da própria terra. Não é pois o caso da colonização agrícola, na qual a generosidade da terra se põe como um factor lento e inerte que é preciso agitar, fomentar, fecundar e em que o Tempo aparece como um obstáculo que só o poder de duração do capital pode remover.

Numa palavra: o meio emigratório é só aquele que pode oferecer ao emigrante, desde o primeiro dia da sua instalação, a remuneração do seu trabalho e a satisfação das suas necessidades.

As nossas tentativas de colonização, mais ou menos, segundo o figurino inglês, como dissemos, procuraram criar artificialmente meios emigratórios fornecendo de entrada aos colonos os elementos materiais de subsistência e trabalho que pudessem, pelo valor do seu impulso inicial, vir a constituir-lhes num futuro mais ou menos próximo em pequenos agricultores independentes: Concedia-se-lhes a passagem para as colónias, fornecia-se-lhes uma casa, alfaias, gados, sementes, uma terra cujo regime foi sempre confuso e incaracterístico—e até uma pensão nos primeiros tempos de instalação.

Parecia que o caso estava resolvido e, de facto, teoricamente a sua lógica era quasi perfeita.

Simplesmente não se considerou que a propriedade da terra só é atraente para o homem quando inteira, irrevogável e incondicional e que um regime de terras em que esta realidade fôsse descurada, havia de falir; não se considerou que sem um forte sentimento de propriedade—verdadeiro sentimento da fixação à terra—e com uma pensão, o colono se havia de julgar, desde o primeiro dia, muito mais funcionário do Estado do que agricultor independente—não sei se pela cabeça de algum passou a ideia de pedir reforma, caixa de aposentações e 75 % no Caminho de Ferro;

não se considerou, enfim, que não é possível criar artificialmente, com a mesma facilidade com que se faz uma casa e demarca uma terra, as condições de ambiente económico capazes de manter uma população nova em afan de produção: colocação rápida de produtos, regularidade de mercados, capacidade de consumo etc., etc.

Numa palavra, a perfeição da lógica conduzida em estreito raciocínio por entre circunstâncias de ordem social; por assim dizer, falhava em presença de realidades psicológicas e económicas.

Isto, supondo que não haveria, como houve, tremendas falhas de aplicação e realização — isto é — mesmo na melhor das hipóteses o sistema estava condenado.

Mas, dir-me-ão — e disseram-no decerto muitos dos defensores de cada uma das tentativas de colonização nos Séculos XIX e XX, desde Sá da Bandeira até à que reflecte o Diploma Legislativo 704 de 9 de Março de 1928 — com a mesma técnica, o mesmo espírito e os mesmos objectivos — o sistema deu resultado nas colónias inglesas, sobretudo na Austrália, no Canadá e na África do Sul. Não é tanto assim.

Em primeiro lugar, os processos ingleses em que nos miramos, eram parte integrante dum sistema económico e não, como sucedeu, entre nós, tentativa económica e desligada de outros problemas coloniais que com ela deveriam conjugar-se estreitamente. A colonização sistemática iniciada pela Inglaterra veio completar a grande reforma económica-comercial inglesa do Século XIX e assentou essencialmente — podemos dizer profundamente — na reforma não menos radical dum política de terras. O novo regime de terras, modificação regida pela nova estrutura económica do Império, instalado sobre as ruínas de foros mais ou menos feudais, foi a verdadeira, a única razão forte do êxito da colonização inglesa nas suas colónias de povoamento.

A acção directa exercida depois sobre o movimento emigratório de colonos, tomou assim o aspecto dum acção complementar — uma forma que nas nossas tentativas foi tomada pela essência. Enquanto os ingleses a tomavam na sua política colonial como mais um elemento para completar um conjunto organizado na dependência dos interesses e novos objectivos do Império — nós adoptávamo-la como agente único dum política de povoamento.

Em segundo lugar a colonização sistemática realizada pelos ingleses, considerada apenas na parte complementar em que as nossas medidas se têm inspirado precisou de dispôr de verbas que parecem astronómicas em relação àqueles que nós destinámos para o mesmo fim em Angola e Moçambique e — de facto — os resultados nem sempre corresponderam à grandesa dos sacrifícios.

Do Canadá chegaram a regressar em menos dum ano 80 % dos colonos enviados, apesar da organização que se tinha estabelecido para os receber e amparar. Quanto à África do Sul, consintam V. Ex.^{as} que recorde alguns números apresentados pelo sr. dr. José de Almada no seu livro *Impressões da África do Sul*:

O Governo faz adiantamentos de £ 500 a cada colono que tiver os seus títulos em boa ordem. Como a experiência indica que a colonização sistemática iniciada com menos de duzentas famílias está destinada à falência, temos que, só para adiantamentos aos colonos, em cada realização precisaram os serviços de Agricultura da U. S. A., de dispôr de £ 100.000. As despesas em obras de hidráulica agrícola montaram só em 1925/26 a £ 403.137 — e sem essas obras não haveria possibilidade de garantir o êxito dos colonos. Nos cinco anos anteriores tinham-se gasto mais de um milhão de libras por ano.

Simultaneamente organizaram-se as actividades comerciais, conquistaram-se mercados, estabeleceu-se uma assistência técnica — criaram-se, finalmente, as próprias condições morais e políticas sem as quais não há entre colonos uma colónia, entre quaisquer homens, uma Sociedade.

Portugal nunca destinou à sua colonização sistemática — nem o poderia fazer — os recursos financeiros bastantes para iniciar, ao menos, um movimento de emigrantes colonos e estabelecê-los por acção e protecção directa do Estado.

Querirá isto dizer que, por falta de recursos, nós somos impotentes para resolver o problema do povoamento europeu nas nossas colónias. Evidentemente que não.

Isto quer simplesmente dizer que o defeito de *vivermos curvados sobre os outros para aprendermos neles ensinamentos que mais proveitosamente poderíamos tirar de nós próprios*, nos levou a aceitar fórmulas inadaptáveis não só à nossa índole mas também aos nossos recursos.

O argumento das possibilidades financeiras como o argumento da escassez de população, têm, é certo, figurado num campo de doutrinas coloniais que vão correndo mundo — mas não somos nós, portugueses, que os podemos aceitar como bons, depois de termos colonizado o Brasil — longe dum sistema de essência financeira — e dispondo apenas de dois milhões e meio de habitantes.

Não, minhas senhoras e meus senhores, a nossa obra de povoamento nas colónias está apenas pouco mais que principiada e em desharmonia com a solução de tantos outros problemas cujos êxitos só o nosso pessimismo se recusa por vezes a admirar, por-

que, além da causa geral que citei, esquecemos ensinamentos da nossa própria experiência para seguir preceitos que embora felizes por vezes na acção de estranhos dependiam entre nós de factores e circunstâncias tão impossíveis de organização como de deixarmos de ser quem somos.

Todavia, como disse, a-pesar-de enunciado contrariamente ao carácter que a nossa colonização deveria ter seguido, as nossas tentativas de povoamento poderiam ter conduzido a resultados que fôsem escassos mas que, enfim, fôsem resultados. Tivemos por consequência ainda, além dum doutrina defeituosa, uma aplicação prática desastrosa.

Para evitar uma exposição longa, nesta crítica que deve preceder o critério construtivo que adiante vamos defender, evito a história e a análise de tôdas as tentativas contemporâneas para me fixar na última — aquela a que se destinou o Diploma Legislativo 704 de 9 de Março de 1926. Este diploma é, de resto, o mais completo e bem elaborado dentro do sistema que eu teimo em considerar inaceitável — e é também o que traduz uma intenção mais firme e honesta de alcançar um resultado. O espírito e a fórmula de que depende não é contudo essencialmente diferente dos que presidiram às tentativas anteriores — uma e outras, como disse, mais ou menos evadidas do figurino inglês.

Como se demonstrou que nos Planaltos de Angola e, sobretudo no da Huila, o clima e as condições do solo ofereciam aos portugueses magníficas condições de fixação e, como ao mesmo tempo certas carpideiras de imprensa e comerciantes de literatura, faziam grande alarido em volta dos miseráveis que a má sorte e os desvarios levavam para as Américas, vá de empurrá-los para a África com os seus sapatos às costas, os seus estômagos vazios e a sua mentalidade de *prometidos*, naturalmente sempre insatisfeita.

Entretanto Angola sofria, e, sobretudo, nas zonas planálticas, do mesmo mal que eles. Também não tinha pão e o procurava, também andava com os seus velhos sapatos ao ombro, em cata do caminho da Fortuna. Como solução juntaram-se estas duas misérias — e não sabemos a que volume iria o cataclismo se a mesma bôca que os mandou ir não bradasse aos que ainda não tinham embarcado "Fiquem!".

E contudo já era tempo de repôr as causas no seu lugar. Ainda uns anos antes tínhamos recebido, com outra fornada de colonos atraídos a Angola, uma lição amarga de misérias e insucessos.

Os planaltos de Angola — eu refiro-me especialmente a esta colónia por ser a que melhor condições oferece à fixação de europeus — são realmente regiões eleitas para o povoamento por brancos e podem ser, de facto, amanhã claros prolongamentos dum Portugal, cuja unidade moral e económica se não restringiu ao Terceiro do Paço e arredores.

Simplemente lá, como em toda a parte, não é com a miséria que se pode colonizar — não é mesmo com os amparos oficiais que um diploma possa conceder aos miseráveis. Levam emigrantes pobres para Angola, sem um vintém no bolso, apenas arrimados às promessas que a própria pobreza da colónia não pode cumprir, antes de naturalmente criado o meio emigratório é mais do que um erro imperdoável — é uma impiedade sem coração.

E o resultado viu-se — agravado por tantas deficiências na realização, por tanta levandade e insensatez na organização prática.

Destinava-se o Diploma 706 a instalar em Angola colonos agricultores. E os erros começaram a cometer-se na Metrópole na sua selecção. Houve emigrantes levados como colonos, atrás de chorudas promessas e a quem se pretendia dar rumo pela Agricultura que nunca tinham visto uma enxada nem outro trigo senão o que comiam amassado e cozido pelo padeiro. A êsses homens foram entregues — para quê? — umas terras, uns pretos, umas alfaias agrícolas.

Na Huila — no período do meu governo — o melhor desta série de colonos agrícolas... apenas sabia fabricar pasteis de Santa Clara. E eram os pasteis que lhe permitiam empregar-se numa actividade útil e compensadora. Um cultivador — de pasteis!

É errado, é impiedoso e também não é perdoável. Já tinham falhado os colonos da Madeira, já tinham falhado os povoeiros, já havia elementos de sobra para estudar as condições a criar a uma fixação efectiva do nosso povo — e nem sequer a lição ficou. Brincou-se positivamente com essa pobre gente tão fácil de ludir — tão difícil de sustentar!

Quando se publicou o Diploma n.º 704, já havia nos planaltos de Angola um grande número de miseráveis, vítimas de outras tentativas abordadas. E em lugar de se pensar em acudir a esta gente que já lá estava, que constituía um número mas que não podia constituir uma colónia, manteve-se o seu abandono e atraíram-se mais — outros, para os quais também não havia ainda uma assistência assegurada.

E de tudo resultou uma vez mais — o aborto provocado. Enfim, minhas Senhoras e meus Senhores, após os erros cometidos na selecção de colonos, pois entre os que foram havia de tudo menos agricultores, vieram os erros de organização: As ter-

ras não tinham sido estudadas—por vezes, nem sequer demarcadas; nada se tinha preparado para a sua irrigação; desconhecia-se a capacidade e natureza dos terrenos: não se pensou nas necessidades de comunicação com os centros de consumo nem das possibilidades deste em face dum aumento provável de produção; para uns, tinham-se construído habitações que eram dum estilo pretencioso e ridículo—para outros, mal houvera tempo de levantar uma casa de pau a pique sem as mais elementares condições higiénicas; não havia crédito organizado—havia um adiantamento ou pensão, cuja única virtude era ter o colono em silêncio enquanto a estava comendo—enfim, minhas senhoras e meus senhores—para receber os colonos agricultores que nada percebiam de agricultura, só um elemento havia em abundância: os Funcionários, que custavam com os respectivos serviços, 9 % do capital destinado à colonização!

Em conclusão: Uma fórmula estrangeirada e deslocada, e uma aplicação desastrosa.

É isto sucedeu sempre, sensivelmente por via das mesmas causas e com aspectos idênticos, em todas as nossas tentativas modernas de colonização.

Dir-me-ão: A falência das nossas tentativas de povoamento europeu não pode considerar-se completa uma vez que há em Angola 30.000 colonos.

É verdade. Há em Angola cerca de 30.000 colonos. Mas nesse número que é insignificante numa colónia em que, desde 1491 se fazem tentativas de povoamento branco só uma pequeníssima parte se instalou e desenvolveu por acção directa do Estado—uma pequena parte que provém da transferência feita, em 1849, para Mossamedes de alguns portugueses que se encontravam no Brasil em situação afiliva por falta de trabalho.

Mas tanto esse triunfo oficial como os resultados da colonização livre são ainda um argumento em favor do meu ponto de vista.

Foi por diante a colónia de Mossamedes porque o meio emigratório estava criado. Por um lado a pesca com mercados certos permitindo a remuneração imediata do trabalho, por outro lado as Fazendas de Chela, com a capacidade de consumo e de trabalho que lhes dava uma prosperidade nascente, tinham criado o meio emigratório e constituído, muito mais que o amparo e a iniciativa oficial as condições de vida, evolução e progresso da pequena colónia inicial.

Na colonização livre, os magros resultados obtidos estavam de harmonia com a formação lenta dos meios emigratórios. E onde essa formação se activasse, logo, automaticamente, sem necessidade sequer do apelo do Estado, acorriam colonos—porque há sempre, minhas senhoras e meus senhores, uma corrente humana que se forma em e para qualquer parte do mundo onde a certeza do pão e a esperança da riqueza luzirem com nitidez. Temos como exemplo frisante—um exemplo por demais citado, embora nem sempre compreendido—o impulso que veio dar ao estabelecimento de colonos a construção do Caminho de Ferro de Benguela.

Em resumo: A colonização sistemática organizada pelo Estado exige sacrifícios financeiros e implica riscos de ordem moral e política a que só os países ricos e organizados podem meter ombros. Este sistema—mesmo com o impulso do dinheiro e a prudência dum organização séria—só pode ser eficazmente posto em prática como complemento dum plano económico de que a instalação de capitais seja uma das partes. O meio emigratório é a condição essencial e indispensável para o triunfo da colonização sistemática ou livre—e a sua estrutura é de tal forma complexa e delicada que não pode ser artificialmente organizada apenas pelos elementos materiais directos de que o Estado costuma dispor.

Eu sei, minhas senhoras e meus senhores, que não é esta a doutrina corrente e que o meu ponto de vista se afasta dos preconceitos dum ciência oficial—ciência que é, por vezes, um velho *puzzle* de antigos preconceitos constituídos na Europa com histórias das colónias—mas sei também que essa ciência, mesmo nos países mais organizados, atravessa a sua fase de reforma e que essa reforma se fará à custa de ensinamentos dum experiência prática em nome da qual julgo defender esta ideia.

E para nós—estou certo— a reforma consistirá essencialmente em repôr nos nossos dias, dentro das novas circunstâncias de tempo e de lugar, antigos frutos há muito amadurecidos, dum experiência colonial com elementos bastantes para constituir uma ciência portuguesa da especialidade.

Todavia não basta fazer uma crítica—e eu, por enquanto, apenas critiquei. Estudemos a solução—a solução que pode ter em conta os resultados dum análise, o aspecto de certas realidades de economia social e a experiência dum passado rico em ensinamentos.

Porque, como disse, o problema da colonização não é para nós um problema fechado pelo facto de termos de condicionar o desenvolvimento das colónias aos recursos financeiros e demográficos da metrópole. É apenas um problema que não podemos resolver à inglesa, nem à italiana, nem à alemã—um problema português para ser resolvido com sentido, processos e forma portugueses.

É a solução não pode ser senão esta: criar o meio emigratório nas zonas de povoamento onde ele não existe, aperfeiçoá-lo e

desenvolvê-lo onde principiou a formar-se. E pela expressão «criar o meio emigratório», entendo eu organizar as condições económicas, morais, políticas, sociais e espirituais, sem as quais não há colónia nem agregado humano em sociedade civilizada do nosso tempo.

Como criá-lo?

Por um lado, enveredando por uma política definida de atracção de capitais, pondo de parte esse outro preconceito de que o capital português é esquivo, desconfiado e arredo. O capital português é apenas escasso e inexperiente umas vezes, desorganizado geralmente. Escasso porque o país é de facto pobre, se considerarmos a pobreza no sentido de uma má distribuição de capitais pelos órgãos de produção; inexperiente porque a razão própria da sua escassa não tem permitido o desenvolvimento dessa técnica complicada que é necessária à acção dos capitais produtivos: desorganizado porque é ainda o espírito burocrático que o move e porque a lei e os costumes consentem irregularidades e mentiras como aquelas em que geralmente vivem e funcionam as sociedades anónimas do nosso tempo.

Apesar disto, o capital português não fugirá das nossas colónias se também para ele fôrem criadas condições de vida e se a sua aplicação deixar de ser uma aventura ou uma manobra de especulação tecida em volta de dividendos, acções e percentagens.

Porque, ao contrário do que muitos supõem, não seria a cornucópia de ouro, vasada de repente sobre Angola e Moçambique, realizando em aplicação intensiva todos os projectos lunáticos dos nossos coloniais mais fantásistas—o chamado grande apetrechamento económico—que nos tiraria de dificuldades. Esta é também uma ideia que nos vem através dos figurinos estrangeiros e à qual nem as próprias dificuldades em que se vêem os países ricos que a puseram em prática, conseguem dar proporções razoáveis. O nosso sistema de colonização exige, evidentemente, o emprego de capitais.

Simplesmente, dentro d'êlo, no seu próprio espírito tradicional—não é dos grandes capitais, os capitais anónimos que se prodigalizam—que nós necessitamos. Comparemos o fracasso de quase todas—se não de todas—as grandes companhias que se instalaram nas nossas colónias tão prometedoramente com o êxito que certos pequenos capitalistas alcançaram, e teremos a chave do problema.

O grande capital tem uma técnica de aplicação que nós reconhecemos e que não poderemos adquirir pelo facto de haver umas centenas de accionistas bastante ingénuos para acreditarem numa promessa da Rua dos Capelistas. Em geral é anónimo, guiado por incompetentes ou por uma irresponsabilidade que a lei protege. Está fora da nossa experiência, deslocado na nossa organização, isolado na nossa tradição.

O pequeno capital, que foi sempre o mais prestável e útil ao desenvolvimento das colónias, que tem feito em Angola e Moçambique as obras que nos permitem considerar com orgulho certos aspectos do seu desenvolvimento em relação às colónias estrangeiras—pelo domínio que o interessado exerce sobre êle, pela economia e prudência que a sua aplicação impõe, pela natureza da sua acção isenta dos perigos dispersivos que assaltam o grande capital—é o que convém atrair às colónias portuguesas, é o que pode constituir e acreditar meios emigratórios, é o que tem condições para alimentar e estimular colonos trabalhadores que desejam ser amanhã também pequenos capitalistas.

E, de resto, o capital português que pode ser atraído para as colónias portuguesas—e que Portugal possui para nelas aplicar.

E não se diga que os resultados da sua aplicação seriam tão escassos que não nos permitiriam acompanhar a marcha trepidante em que se lançaram outros países coloniais. Vejamos que, por um lado, é aos pequenos capitais que Angola e Moçambique devem o melhor do seu desenvolvimento económico, por outro lado ponhamos os olhos na situação afiliva que criaram alguns países que, como a Bélgica, fizeram uma intensiva aplicação de capitais e que hoje defrontam este problema insolúvel: as suas colónias não têm possibilidade de os manter, amortizar ou remunerar. E a nossa crise em Angola e Moçambique não é maior e mais séria exactamente porque nelas não enterrámos tanto dinheiro como a Inglaterra, a Bélgica, a própria França. E nas horas difíceis que atravessamos—reparemos com atenção,—é a obra, a resistência e a acção dos pequenos capitais quem as mantém e faz viver.

Voltando ao nosso ponto de partida: atraíam-se a Angola e Moçambique os capitais que lhes convém e teremos uma das condições-bases para a solução do problema de povoamento.

A própria política de atracção de capitais na sua forma de aplicação pode simultaneamente realizar o ambiente emigratório sobre outros aspectos. Da mesma forma, todas as medidas tendentes a desenvolver um plano de fomento o podem servir, indirectamente.

Tomemos, como exemplo, duas medidas recentes promulgadas pelo sr. Ministro das Colónias, e que refletem a pura imagem desta ideia: o decreto de protecção à cultura do algodão e o que estabelece novas normas a respeito de concessões de terrenos para criações de gados e de explorações florestais em Angola. São me-

didas que visam a servir a economia geral da colónia, mas tanto numa como noutra são criadas e alargadas possibilidades especiais para o pequeno agricultor europeu, possibilidades que são, ao mesmo tempo, um estímulo para a fixação na terra e uma garantia de remuneração ao trabalho.

Desta forma constituiu-se, pelo aglomerado das parcelas que lhe convém, um meio emigratório — isto é, um ambiente onde as possibilidades de trabalho são reais e as garantias de êxito são seguras — um ambiente que, exactamente por ter uma formação dependente e ligada à economia geral da colónia, se desenvolve no sentido dos seus interesses como fazendo parte integrante dum todo. O problema do povoamento europeu é um aspecto, um capítulo do problema de cada colónia — não pode, portanto, ser uma questão isolada a resolver simplesmente pela remessa de algumas centenas de homens para um planalto onde o clima é suave. Não consentem os limites razoáveis de tempo dentro dos quais tenho de desenvolver esta conferência, detalhar esta ideia que, em síntese, é a seguinte: o meio emigratório formar-se-á pela acção indirecta do Estado no desenvolvimento dum plano de fomento cujas fases sucessivas tragam, metódica e ordenadamente, um novo elemento de vida e de riqueza ao trabalho do colono. O povoamento só será estável e interessante para o desenvolvimento da colónia no ritmo que as circunstâncias hoje impõem, realizado naturalmente na medida e nas possibilidades que o meio em formação fôr oferecendo.

Reservando para um trabalho a publicar brevemente o estudo detalhado da questão na sua forma técnica de aplicação, tenho que limitar-me por agora a pôr uma ideia e agitá-la, submetendo-a ao estudo e crítica dos que me escutam e que em si trazem o mesmo amor e a mesma dedicação pelos assuntos coloniais.

Uma vez constituído, pela arrumação de todos os elementos de acção que são indispensáveis a uma colónia de europeus — os de ordem puramente material e técnica como um regime de terras adaptável à nossa maneira de ser, isto é, um regime de terras que não esqueça duas palavras que se repetem na nossa administração colonial dos séculos XVII e XVIII e que pertencem à própria estrutura económica do país — o arrendamento, o aforamento — o regime de terras, portanto, a selecção das terras, a assistência técnica, o jogo livre dos capitais, o crédito, os mercados internos e externos, etc. — os de ordem moral como a organização do espírito associativo e municipal, as escolas, etc. — uma vez constituído assim o meio emigratório, o meio de povoamento, o Estado pouco mais terá a fazer do que informar, orientar e dar facilidades elementares a correntes que, decerto, não deixam de formar-se com o automatismo próprio da sua essência económica. E o processo — podíamos dizer o sistema — nem sequer é lento, por mais que o pareça, porque com cada elemento novo justaposto aos existentes se forma também no meio em evolução natural um estado de atracção que regulariza e ordena a corrente emigratória.

Só então — se o Estado entender que deve acelerar um ritmo de povoamento, ou porque o meio o comporta ou porque a sua própria elasticidade o consente, se poderá recorrer então à viabilidade dum auxílio mais directo, porque também os sacrifícios financeiros se podem reduzir muito.

Tudo o que se fizer fora desta ideia e deste espírito, que é, afinal, aquele que compreende que há nos problemas económicos um ritmo que as facilidades artificiais dificilmente precipitam, parece-me irremediavelmente condenado à mesma falência que corouo tantas tentativas e fez tantos desgraçados.

Todavia, não é apenas este, nas nossas colónias de Angola e Moçambique, todo o aspecto do problema de povoamento.

Mesmo, considerada a hipótese dum aceitação desta ideia e dum política que a desenvolvesse, um outro problema — por assim dizer intermediário — exige, em matéria de povoamento, uma solução rápida, um tanto ou quanto à margem do que venho expondo. É o que diz respeito não a novos colonos, ao número que deve povoar tantas terras vagas e tanta riqueza sem dono — mas o que se refere aqueles que já lá estão, atraídos por promessas que se não cumpriram, vítimas do Estado que para lá os meteteu, e cuja existência é absolutamente miserável.

Não quero nem pretender fazer em volta deste caso — que é um caso triste que só não confrange aqueles que o ignoram — uma literatura barata de lágrimas e lugares comuns. Quero apenas que V. Ex.^{as} façam uma ideia da situação em que devem encontrar-se em África tantos colonos agricultores que não sabem plantar uma couve e que já há tantos anos digeriram a pensão, a casa, as sementes e alfaias que o Estado lhes deu.

Alguns lá se arrumaram — ou instalando-se definitivamente como funcionários ou buscando a sombra e protecção doutros mais felizes que lhes valeram. Mas uma grande parte consome-se na misérrima condição de quem está um furo acima de bicho e dez furos abaixo de preto.

O problema é tanto mais difícil de resolver quanto é certo

que a maior parte destes homens não tem uma profissão definida. Sabem fazer de tudo um pouco — o que é uma maneira de fazer muito pouco.

Todavia, a própria desgraça que os tem cilindrado, a luta incessante em que se têm empenhado para se manterem, uma passagem por, mais ou menos, todas as profissões, o espírito terreno que trouxeram das suas províncias de Portugal permitem lançá-los talvez numa tentativa agrícola — uma tentativa que venha, embora tarde, a fazer deles o que deviam ser antes de ir para a África e que nunca foram: pequenos agricultores. Seria necessário, pois, quanto a estes homens iludidos pelo Estado, credores do cumprimento de uma promessa já antiga:

1.º — Organizar, desde já, independentemente da acção exercida pelo Estado sobre o meio emigratório, acção que também os auxiliará, evidentemente, as condições materiais que os isentem das dificuldades que não puderam vencer com o único capital que possuem: o trabalho.

2.º — Organizar as condições de ordem moral que são inerentes à formação dum colectividade.

Nenhum destes elementos, que devem ser orgânicos, numa obra de Colonização, está criado em Angola.

As condições materiais estabeleceram-se mas não se organizaram e, por consequência, diluíram-se e não produziram efeitos. As condições morais, não só não foram estabelecidas, como também tudo parece demonstrar que nem nelas se pensou.

Em face desta situação criada, com os seus vícios de origem, as suas tortuosidades insanáveis, para estes colonos, credores do cumprimento de doces promessas com que foram tentados, vemos como soluções:

a) A criação dum sindicato de Colonos, auxiliado e organizado pelo Estado, mas administrado, embora sob a necessária fiscalização, pelos próprios colonos.

b) Uma assistência técnica prática e assídua.

c) A simplificação e regularização do regime de terras em que vivem.

d) A criação de mercados distritais e, sobretudo, a adopção das medidas necessárias para pôr os agricultores em contacto com os mercados exteriores.

e) O estabelecimento dum crédito agrícola de mecanismo simples, prestado em sementes, alfaias, mão de obra, adubos, etc., mas em caso algum em dinheiro, a um juro módico e mediante determinadas condições a satisfazer pelos colonos, tais como, obrigação de fazerem certas culturas, plantar árvores, etc.

f) O auxílio prestado a pequenas festas de carácter nacional, por ocasião dos mercados, onde pudessem repetir-se certas tradições dos camponeses da metrópole.

Todavia, por vício de origem, seja qual fôr a fórmula a aplicar, estes homens — acusação viva contra uma experiência de ante-mão condenada —, eles serão sempre um peso morto, parasitário possivelmente, a carregar na diligência de esforços mais sérios e profícuos.

Ficam assim, minhas senhoras e meus senhores, no meu modesto parecer, postos os dados dum problema de colonização branca nos planaltos: Não há colonização sem meio emigratório, e a acção do Estado só é viável, inteligente e sensata quando se exerça sobre o meio, para o constituir ou desenvolver, e não sobre o indivíduo, de que só pode fazer um pária quando as condições do ambiente o não favorecerem.

Faltam à exposição desta ideia detalhes importantes tais como o aproveitamento dos funcionários civis e militares em excesso na colonização, a transformação dos núcleos já existentes em pontos fulcrais de irradiação e atracção de novos colonos, enfim, todas as prestações e utilidades que no existente podem servir uma nova criação e conjugar-se com um espírito novo. São aspectos parciais do mesmo problema, cujo desenvolvimento não caberia nos limites dum conferência.

No entanto, a ideia está posta, na sua ossatura de construção, explicada, criticada.

E dela se conclui quanto me parecem vagas e vazias de sentido certas expressões correntes que se prenderam ao verbalismo deste problema como a lapa a uma rocha: o desvio da emigração portuguesa do Brasil para as colónias! A poesia feita em volta das terras vagas! Os circunspectos pareceres da Repartição de Emigração! — tudo que é sentimental, patético, choradinho e que, cego de lágrimas, não enxerga uma realidade.

Resolveu a Sociedade de Geografia, com a sua tradicional generosidade e patriotismo, estudar o problema profundamente, procurar as soluções de que depende, agitar as ideias que o orientam.

Pois muito bem: deixemos às palavras desconexas a sua função de entreter ouvidos distraídos, transformemos o nosso verba-

((Conclui na página 38))

Os Dembos

Pelo TENENTE CARLOS DE BRITO QUEIROGA

Antigo administrador dos Dembos e Inspector do Trabalho Indígena de Angola



COLÓNIA DE ANGOLA — O actual Dembo Kakulo

Colónia de Angola, sob todos os pontos de vista.

Apesar da sua proximidade do litoral, de que não dista mais de 100 quilómetros, esta área administrativa é uma das de mais recente ocupação. Assim, apenas a uma escassa dúzia de anos — se tanto — se puderam abrir de vez as suas portas à franca actividade europeia e foi possível iniciar-se uma actuação administrativa decidida e eficiente.

Até aí, esse belo território que hoje se nos apresenta tão promissor nas suas vastíssimas possibilidades, permaneceu ve-

A região compreendida entre os rios Dande (N'Danje) ao Norte e Bengo ou Zenza ao Sul, desde o meridiano de 13.40 ao de 15 L. Grw. aproximadamente, constitui hoje a área da Circunscrição Civil dos Dembos e é, sem sombra de dúvida, uma das mais interessantes da nossa

tável das nossas tropas de ocupação, tiveram de sofrer duríssimas provas. Apenas, como homenagem sempre oportuna, por devida, aos obscuros obreiros de todos os tempos da nossa ocupação em terras de África — que preclaros heróis, justamente consagrados, de tão pouco não carecem — diremos que a completa submissão desses povos de além Zenza, operada no decurso de quasi uma geração de abnegado e persistente esforço, nos trás por vezes à mente qualquer coisa de emocionante e trágico, como se visionássemos um homem descendo, ousado, a garrotear a pantera em seu próprio fojo. Recordaremos que se houve de vencer nos seus próprios redutos — e que redutos! — numa luta exaustiva de todos os instantes, as imponderáveis forças da tradição e a rudeza e insensibilidade atávicas dum inimigo fortemente apetrechado. A juntar-se a isto, vinha depois o rigôr das grandes chuvas, a tornar ainda mais precárias as comunicações com o Zenza e a esperança de qualquer reforço.

Viviam-se então momentos de intensa ansiedade, em que qualquer acto menos reflectido poderia desencadear a tragédia.

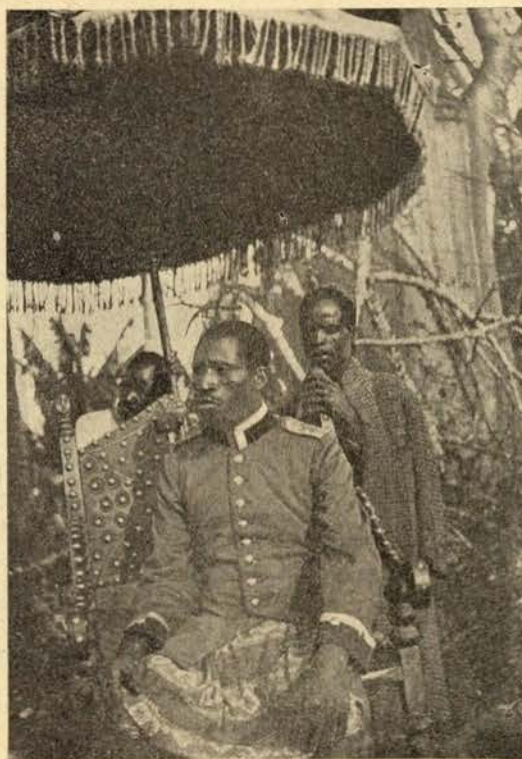
Passavam as colunas, é certo, de quando em vez — forças novas de sangue retemperado — e então os Dembos, mestres consumados na dissimulação e no ardil, trepavam a alcandorar-se no alto



gado a nossos passos pela pertinaz resistência dum indígena, mais que nenhum outro aferrado ao barbarismo das suas tradições.

Dirigidas desde remotos tempos por chefes de prestígio e poder absoluto, ciosos, de mais a mais, das suas prerogativas tradicionais da antiga nobreza do Congo; dispondo das formidáveis defesas dum relevo orográfico, quasi inconcebível, que a Norte e Sul se remata com esses fossos intransponíveis que são os "Talags", profundíssimos do Dande e do Zenza, puderam as suas populações opôr à nossa ocupação efectiva uma obstinada resistência que, com intermitências e várias modalidades, se prolongou desde princípios do século passado até aos nossos dias.

Não cabe certamente na índole deste modestíssimo escrito, a referência pormenorizada ao que foi essa série de rudes esforços em que, bastas vezes, o espírito de sacrifício e o ânimo inquebran-



COLÓNIA DE ANGOLA — O actual Dembo Kibavi
Nia n/ubemba

das suas "banzas,, fortificadas e de lá se desfaziam em contumélias e falsos protestos de submissão...

Todavia, mal tinha o último soldado transposto os grossos pedregulhos que as águas do Zenza vão desnudando na sua impe-

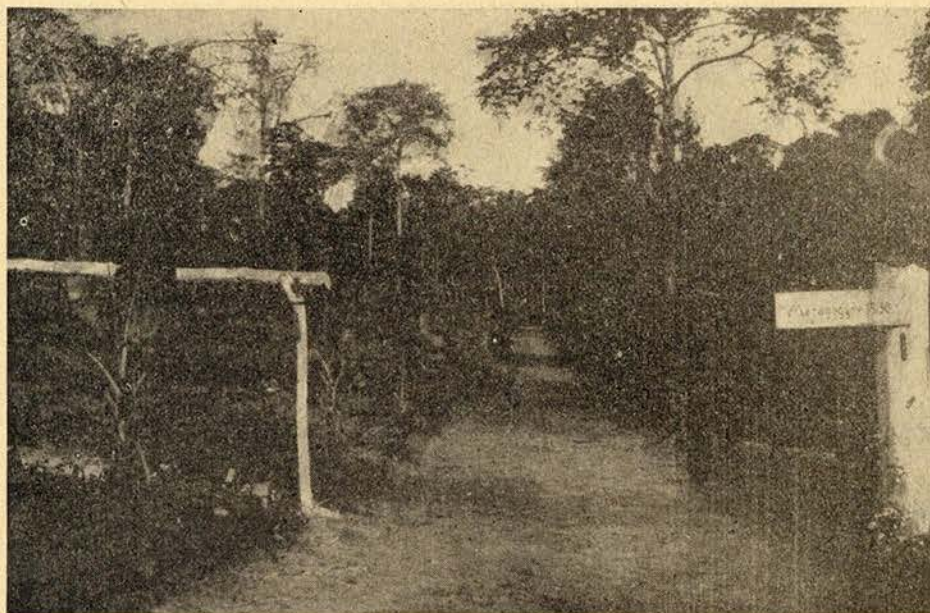
"Dembos,, manter nestas terras o prestígio do potentado congolês e atraír ao seu domínio os emigrados e descontentes doutras raças. Muitos foram, ainda no dizer da tradição, que os velhos guardam, ciosamente, como únicos pergaminhos da sua procedência illustre, os pequenos chefes independentes que se avassalaram ao "Muene Congo,,. Todavia, a maior vitória da política congolosa foi a vassalagem, *sponte sua*, do Kakulo-Kahenda, grande potentado de origem, presumivelmente bangala, e que dominava em tôda a bacia superior do Zenza até perto do Dande, para Norte.

Mais tarde, havia de ser este grande Dembado de Kakulo-Kahenda, o maior potentado ao Sul do Dande e, também, um dos primeiros a reconhecer a nossa soberania.

Em 1615 era este Dembado avassalado *sem guerras* e, em 1737, Rodrigo Cezar de Menezes conferia ao dembo Kakulo carta patente dos seus domínios o qual, mais tarde, depois do aniquilamento do poderio do maior dembo ao Norte do Dande, o Ambuíla, poudo ajuntar ao seu título o de "maior de todos os Dembos,,.

Em 1765, tendo-se em vista a fiel vassalagem que o dembo Kakulo vinha observando à corôa portu-

guesa, foi nomeado por provisão régia, coronel de 2.ª linha e reconhecido "comandante de todos os Dembos,,. Estava porém escrito, não sei por que estranha fatalidade, que este Kakulo quebrasse a velha legenda da sua remota vassalagem aos portugueses, passando a gravar na história dos dembos as suas mais trágicas páginas.



COLÓNIA DE ANGOLA—Roça Montes Herminios nos Dembos—Viveiro-Maragogype

tua correria para o mar; mal se tinha perdido ainda, nos recessos das quebradas, o eco das últimas descargas e já as hordas selvagens desciam com mão armada, a surpreender a escolta perdida no daldado da floresta virgem; e, mais uma vez, o "ngóma,, voltava a bater, pela noute fora, o seu *tom... tom...* compassado e monotono a dizer aos povos que, de novo, era tempo já de recommear...

E foram de facto recommendo sempre, até 1919, ano em que, enfraquecida já por medidas superiores rigorosamente executadas, se poudo abater de vez a lendária arrogância dos chefes fidalgos das terras de além Zenza.

.....
 Mas, quem eram esses senhores — "os Dembos,, de além Zenza?

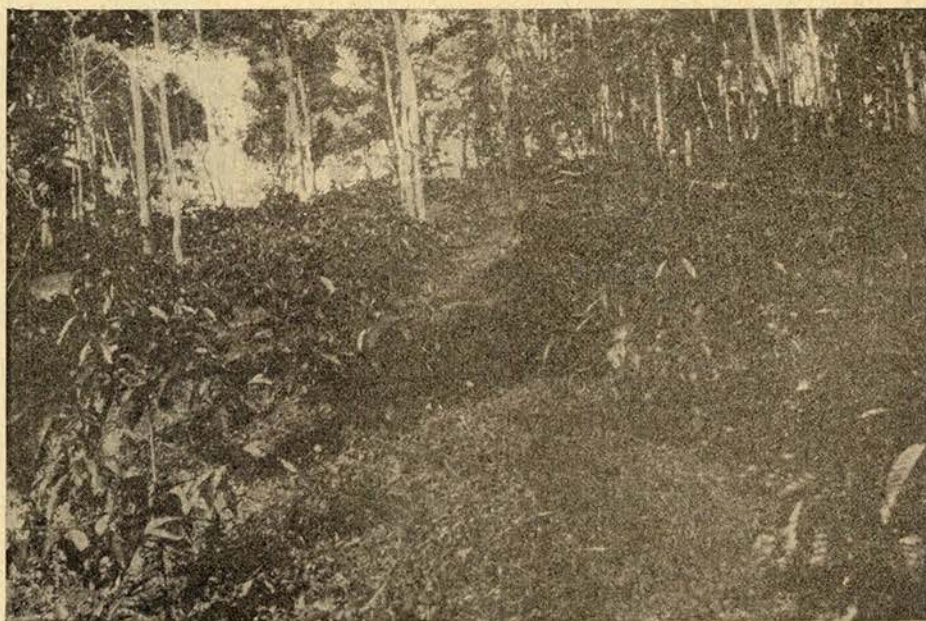
Caberá aqui a traços muito largos um pouco da sua história, a um tempo trágica e pitoresca.

*

Em épocas remotas, reis congoloses teriam promovido a ocupação dos territórios septentrionais do vizinho reino de Angola.

Hordas de guerreiros sob a direcção dos "Dembos,, chefes recrutados dentre a melhor fidalguia do Congo, invadiram então as regiões ao sul do Dande e aí se estabeleceram em Dembados que guardaram, através os tempos, a mais estreita vassalagem ao "Muene Congo,,.

Habilísimos políticos, segundo resa a tradição, souberam os



COLÓNIA DE ANGOLA—Roça Montes Herminios nos Dembos—Café regional de dois anos e meio

Em 1800, o nosso domínio sobre estes povos tinha tomado uma feição demasiado virtual. A ocupação limitava-se a um insignificante fortim no vale do Lôo, afluente do Lombige, comandado

pelo chefe do concelho, geralmente um oficial de 2.^a linha, tendo sob seu comando um reduzido número de irregulares (empacaceiros—caçadores de pacaças). Um pouco mais tarde, trava-se no reino do Congo a guerra civil de sucessão e as tropas portuguesas que patrocinavam a candidatura de um dos pretendentes ao trôno (D. Garcia, depois D. Pedro V da Água Rosada) empenharam-se a fundo na luta, tendo sofrido alguns reveses. Ao mesmo tempo, ou-



COLÓNIA DE ANGOLA—Aspecto da Região dos Dembos—Uma vereda na floresta virgem

tros factos de causa exterior, bem mais graves, vieram lançar a insidia e fomentar a rebelião nos antigos fiéis vassallos d'aquem Dande e, em 1870, a revolta alastrava-se já desde o alto Zenza às terras de Caxito.

Em 1872, com o insucesso da coluna que, depois de árduas marchas através dumã região difficilima, sofreu um revez no Vale do Lõo (Sassa) inicia-se o ciclo das campanhas dos Dembos que vem encerrar-se em nossos dias.

Os últimos e mais decisivos acontecimentos são de ontem e de hoje ainda. Há muito heroismo, acrisolada dedicação patriótica e, de certo, muitos nomes a salientar de valiosos obreiros. Estamos, porém, muito perto ainda para que pòssamos abranger todos num rápido golpe de vista: justamente receamos pois, ferir a modéstia duns ou melindrar outros, esquecendo-os.

Hoje, passados poucos anos, pode o viajante percorrer o território, de Leste a Oeste, de Norte a Sul, em comodíssimo auto e deter-se, em tranqüilla contemplação, no alto das montanhas, donde

a vista abrange o mais estupendo panorama que um cérebro humano possa conceber.

A abertura de estradas para viação acelerada consolidou definitivamente a passada acção militar e permitiu o estabelecimento do comércio europeu em interessantes povoações cujo futuro, pas-



sada que seja a formidável crise que se atravessa, será necessariamente próspero.

Para terminar esta simples noticia, dois números apenas, mas elucidativos:

Em 1927/928, com 8 escassos anos de occupação administrativa, a região do Dembos pagava com os seus rendimentos próprios (excluindo os créditos especiais da municipalidade) todas as



suas despesas e dava ao Tesouro da Colónia o saldo positivo de 315 mil escudos, números redondos.

Nesse mesmo ano, a produção indígena negociada nas casas comerciais da área, elevava-se já a mais de 3.000 contos da moeda metropolitana, tomando-se as cotações mínimas nessa mesma moeda.

A occupação administrativa tem, pois, sabido cumprir, a sua missão e o território não encerra já, avaramente, as suas vastas possibilidades.

Resta apenas que mãos hábeis e decididas vontades, as saibam aproveitar com suma intelligência.

Projecto de Fomento Geral d'Angola

(Conclusão da página 24)

D'essas ideias, e d'essa orgânica, sahem, por assim dizer, espontaneamente, a união, a disciplina, o espirito dos idealismos patrioticos, e as virtudes fortes da alma e do corpo, capazes de realizal-os.

E assim se fará «Imperio».
D'outro modo será difficil.

Santo Amaro d'Oeiras
Novembro 7-1931

Livros e publicações

Em edição cuidada da Librairie Polytechnique Ch. Béranger foi-nos enviado o *Traité Pratique de Prospection Géophysique* de C. L. Alexanian, que pela clareza com que a matéria é exposta e pela profusa documentação é de suma utilidade para os que se dedicam aos estudos geológicos ou especulações mineiras.

Instrução pública

SABE o leitor que este rectângulo de terra europeia que se chama Portugal, morgado legítimo de vastos domínios em além-mar, se fôsse, em teoria e à guiza de medição, justaposto na sua colónia de Angola, nela caberia, à vontade, 14 vezes.

EM ANGOLA

Por ANTÓNIO NUNES COSTA

Professor das Escolas Oficinas de Angola
e aluno da Escola Superior Colonial

E, no entanto—os eternos contrastes!—Angola figura nas estatísticas com um total de população inferior ao da sua metrópole.

Não é fácil determinar, com rigorosa precisão, a cifra dos habitantes desta colónia, deduzida do elemento europeu e assimilada.

Os recenseamentos demográficos, se em países de adiantada civilização nem sempre refletem a verdade pura, nas colónias, países com uma organização social rudimentaríssima, traduzem, necessariamente grosseiras probabilidades numéricas.

Desafinam as estimativas dos entendidos, relativamente à população angolana. Porém, nenhuma delas se queda abaixo de 3 milhões de humanos, nem vai além de 5.

Entoemos nós pela média, atribuindo-lhe 4 milhões. Estribados neste número, estabelecamos, por uma, quiçá, abusiva analogia com países europeus, — e dizemos abusiva, porque as condições dos meios sociais considerados são profundamente dissemelhantes — a percentagem dos indivíduos em idade escolar (7 aos 14 anos), presumivelmente existentes na colónia.

Julgamos não errar demasiado, calculando essa percentagem entre 12 a 15 %.

O que quer dizer que Angola deve ter à volta de 500 mil indígenas em condições de receberem instrução primária.

Se admitirmos que cada escola comporte 50 alunos, o que já é inflacionar a frequência normal, verificamos a necessidade de 10 mil escolas para ministrar instrução a toda a população escolar da colónia.

Façamos uma redução por demais generosa, à custa de uma sobrecarga na frequência e em obediência a irrecusáveis circunstâncias de ordem económica: ponhamos cada escola a funcionar com 100 alunos.

Assim mesmo, ser-nos-iam precisas 5000 escolas. Vamos mais longe.

Entremos em linha de conta com o número, aliás apreciável, de refractários ao ensino. Excluamos, outrossim, por um critério de eliminatórias, todos os indivíduos que para êle se revelam totalmente inaptos, isto é, aproveitemos apenas o barro bom, susceptível de moldar-se.

Ainda neste caso, não seria lícito descermos abaixo de 3000 escolas.

Pois bem. Relanceemos a vista pelo panorama de Angola, no capítulo da instrução.

Sendo nossa intenção referir-nos especialmente ao ensino dos indígenas, não queremos, todavia, deixar de fazer referência, ainda que episódica, ao que se destina aos europeus.

O ensino oficial em Angola divide-se em — ensino para europeus e assimilados e ensino para indígenas.

O primeiro ministra-se em 68 escolas primárias, 2 infantis, uma escola primária superior, 2 liceus e 2 escolas técnicas (de Habilitação Profissional de Enfermeiros e Escola Prática Elementar de Correios e Telégrafos), — com um total de 5.382 alunos, para uma população europeia de 40.000 habitantes (1931).

¿Têm os europeus em Angola escolas que lhes bastem, em quantidade e qualidade?

Importa dar maior amplitude ao ensino técnico médio, para o que estaria indicada a criação de uma escola desta natureza em Nova Lisboa, se não constasse já, oficialmente, que vai ali instalar-se uma escola primária superior. Depois disto, não vemos que aos nossos colonos assistam motivos para reclamações.

Quanto aos indígenas, as coisas mudam completamente de feição.

O número de escolas a êles destinadas é apenas pedra lançada de um monumental edifício a construir. Para uma população de 4 milhões de pretos, Angola dispõe de um efectivo de 124 escolas — parte delas funcionando imperfeitamente — assim distribuídas, consoante a sua natureza: 28 das missões católicas, 38 dos protestantes, 37 escolas oficinas, 20 escolas rurais e uma Escola Normal

Rural (para formação de professores indígenas), com 6.557 educandos.

Falando uma linguagem clara, sem rodeios, uma linguagem aritmética:

Angola não tem a vigésima parte das escolas que lhe são necessárias, como instrumento de valorização social dos seus naturais.

¿Porque nós, portugueses, tenhamos negligenciado o problema da assistência moral e intelectual aos indígenas das nossas colónias? Tal não é lícito afirmar.

Abundam testemunhos eloquentes do interesse e carinho que a Portugal tem merecido através dos tempos, a instrução dos povos confiados ao seu patrocínio civilizador.

A obra das missões nacionais, pôsto que resentindo-se da falta de harmonia de conjunto, de certos vícios de organização e de frouxidades de continuidade, valeu como derruba na mata espessa do primitivismo indígena.

Elas foram a guarda avançada da ocupação. A acção directa do Estado, em matéria de instrução, é que só tarde aparece tentando acompanhar o ritmo evolutivo da administração da colónia.

O decreto de 21 de Setembro de 1904, estabelecendo em Cabo Verde, Angola e Moçambique escolas práticas rudimentares para ensino da língua portuguesa e de outras matérias, foi apenas a revelação tímida de um propósito, de dar sequência a outras providências anteriores (criação das escolas de artes e ofícios de Moçambique, em 1879, de Luanda em 1883 e de Macau em 1894).

Em 1906, o dr. Moreira Júnior, então ministro da Marinha e Ultramar, publica um decreto organizando o ensino profissional, onde se lê, entre outras considerações justificativas que o procedem, que "urgia facilitar os meios de vida às populações indígenas, educando-as, formando-as para o trabalho, a par e passo que se promovia, com êsse mesmo trabalho, a valorização da terra em que nasceram e habitam,, prevendo-se no referido decreto a diferenciação do ensino por colónias e regiões.

A república robusteceu e consolidou a obra iniciada. Nos anos que se seguiram registam-se, na legislação de Angola, algumas tentativas, avulsas, de criação de escolas profissionais e de melhor difusão da sua finalidade.

Mas só em Fevereiro de 1923 o sr. general Norton de Matos lhes estatuiu a definitiva orgânica, com a publicação do Regulamento das Escolas Oficinas, ainda hoje em vigor na quasi totalidade das suas disposições.

O primeiro artigo dêsse Regulamento diz que as Escolas Oficinas são destinadas a "prover ao aperfeiçoamento e moralização dos hábitos e caracter das populações indígenas, disseminando o ensino de profissões manuais, de educação moral e da língua portuguesa, como necessárias e graduais *étapes* do seu progresso na evolução para uma civilização mais perfeita,,"

Hemos de confessar, com mágoa, que êste bem definido objectivo só minimamente foi atingido.

Porque não se cumpriu a letra do diploma, que mandava criar uma escola em cada circunscrição administrativa, e porque não se rodeou o pequeno número das que foram criadas do necessário amparo legal.

Nós, portugueses, legislamos muito, legislamos bem, mas executamos pouco.

O D. L. n.º 518, de Abril de 1927, que reorganizou de *fond en comble* o ensino primário em Angola, respeitou o que estava legislado em matéria de educação profissional. Simplemente teve em vista restituir as escolas oficinas à sua verdadeira missão (muitas delas tinham-se transformado em meras oficinas para uso privativo das administrações), subalternizando-as à Direcção de Instrução Pública, de que até ali não dependiam e colocando-as em pé de igualdade com as escolas primárias (para europeus), quanto a fiscalização pedagógica, o que foi completado por diplomas subseqüentes.

Inovação muito interessante introduzida na reorganização a que nos vimos referindo foi a instituição das escolas rurais, que visam a dar o banho lustral da instrução aos indígenas, ministrando-lhes conhecimentos agrícolas, hábitos morais e de higiene, familiarizando-os com a língua portuguesa e com os rudimentos de um officio. Estas escolas são regidas por professores indígenas, para

POZ-SE um ponto final nos métodos de administração até agora seguidos nas Colónias. Novos princípios, nova orientação conforme com as realidades da hora presente, tão erigida de perigos internos e externos, um *espírito* novo e desprendido de preconceitos prejudiciais que obstaram a que o acompanhássemos os progressos realizados por outros velhos e novos países coloniais, são o penhor do futuro.

Sobre a experiência dos erros passados e a pressão das circunstâncias fatais que agravaram a posição do problema, sob a influência das ideias novas, servidas por vontades energéticas, em que se integram os sistemas racionais de uma organização harmónica e disciplinada, abre-se uma nova era de prosperidade correspondente aos valores enormes contidos nos nossos domínios coloniais.

Esta separação de estádios deve fixar-se profundamente nos espíritos, como merco do acto de vontade colectiva que decide sair-se do abastamento das energias nacionais para se adquirir a consciência da força própria e a certeza dos nossos destinos.

Pensamento que dominará não apenas os que directamente interveem nos assuntos coloniais mas todos os que, de mentalidade

tamento intensivo dos elementos económicos que as colónias oferecem.

Temos um considerável número de coloniais inteligentes capazes de estudarem as múltiplas facetas dos problemas especiais das colónias. São mesmo muitos e notáveis os trabalhos realizados.

Andam dispersos e não têm servido para um plano orgânico de fomento colonial que reclama uma superior direcção e um pensamento definido e claramente exposto. A principal dificuldade residia no condicionalismo político, obstáculo insuperável da continuidade de execução. A acção accidental ou intermitente não permite a realização de qualquer empreendimento.

No novo edifício do Estado espera-se encontrar essa estabilidade que permita estabelecer a base fundamental de toda a acção, o «plano», a directriz que possa ser compreendida por todos os que, directa ou indirectamente, ponham a sua actividade ao serviço da grandeza pátria.

Impôs-se às Colónias o princípio redimente da auto-suficiência económica. É a boa doutrina. Mas carece de uma explicação.

A existência de colónias não se explica por elas próprias. Há uma inter-dependência de interesses entre elas e a Metrópole, a ponto de que o potencial político da Nação, no conserto internacional, tem nelas o seu estio. Donde entender-se em política colonial que as despesas de soberania não podem ser um encargo da Colónia, cujos recursos só são produtivos quando explorados.

Tendo-se como condição do direito de ocupação a utilização dos valores que as colónias encerram, a sua organização administrativa e económica, enquanto não susceptível de se bastar, não pode acompanhar os recursos próprios.

Por consequência, os orçamentos coloniais não devem ser sobrecarregados com as despesas julgadas indispensáveis para os trabalhos adminis-

trativos do desenvolvimento das colónias, que estas não possam suportar, nem com outros encargos inerentes à soberania. É um aspecto das finanças coloniais, que convém não esquecer quando se trata do exame do seu equilíbrio económico, que pode ser afectado por uma compressão daquela origem. O recurso ao empréstimo, nessas condições, apresenta-se à primeira vista.

Se excluirmos da balança económica das colónias o peso dos encargos desta natureza, isto é, as despesas de aplicação produtiva imediata, o princípio de auto-suficiência, reflectindo-se na dinâmica externa da sua moeda, tem plena razão de ser.

O conjunto de medidas tendentes a obtenção desse equilíbrio exige não só uma compreensão nítida das virtudes do sistema, da parte dos que as aplicam e daqueles a quem se aplicam, como uma organização pre-estabelecida dos agentes económicos.

Encontrando-os dispersos, cada um procurando o seu bem em prejuízo do vizinho, esquecendo que só do bem comum advém a prosperidade, difícil se torna consertar a harmonia desse delicado instrumento que é a economia.

A Produção precede o Comércio. Cada uma destas actividades carece de organização, a primeira para que crie as riquezas, a segunda para lhe proporcionar a sua expansão. Entre ambas existe uma íntima ligação, para que funcionem harmónicamente.

Ambas dependem do potencial político do Estado, da regularidade da administração pública.

O interesse particular, considerado mesmo o das colectividades económicas organizadas, é insuficiente para dirigir o complexo da economia pública. Esta só pelo Estado pode ser superiormente dirigida, com a colaboração franca e disciplinada dos organismos económicos.

(Conclui na página 42)

O comando económico das Colónias

Por A. DE M. E. N.

nacionalista, reconhecem a unidade indispensável do Império português.

A reforma não é superficial nem ocasional, abrange as concepções fundamentais do direito publico, restabelecendo a ordem num campo em que as ideologias libertárias se traduziam em ruína e desagregação.

Por lema: «Tudo pela Nação, nada contra a Nação». Os interesses colectivos sobrepostos aos interesses individuais.

As Colónias deixarão de ser um campo aberto de aventuras, de resultados a maior parte das vezes negativos. Requer-se a inteligência lúcida e a capacidade técnica dos que ali exercer actividade. O esforço pessoal, animado pelo patriotismo, não terá de sujeitar-se às consequências desordenadas de uma autonomia que individual, quer da colectividade colonial.

Essa autonomia da colectividade colonial, entendida por abandono a si própria e agravada pelas condições particulares dos países em formação e pelas razões climáticas que dificultam a fixação de colonos, sofre ainda dos defeitos da instabilidade dos critérios governativos e da incerteza dos processos administrativos.

Nestas condições, aqueles que, através de lutas e sacrifícios indizíveis, mantiveram até agora, pela sua permanência, o nosso direito territorial, não puderam fazer mais do que labutar na ânsia de encontrar uma compensação particular para o seu intemperato esforço.

Comparando o que fizeram esses bravos pioneiros, entregues a si próprios e com escassa, quando não muitas vezes contraproducente, intervenção dos poderes públicos, com o que poderia ter-se realizado sob um comando energético e esclarecido da economia colonial, encontra-se a justificação da necessidade de mudar de costumes e de se criarem os meios factíveis de um aprovei-

cuja habilitação se instituiu, mais tarde, a Escola Normal Rural, no Bailundo.

Em 1929 outro diploma saiu para regular a situação do pessoal das Escolas Oficinas, em que se consigna o princípio de dar à instrução profissional uma tendência nitidamente agrícola.

Éis o que dá o balanço do que temos construído em prol da educação dos indígenas de Angola.

Como se vê, não nos falta legislação, e da melhor.

Carecemos, sim, de realizar, obstinadamente, o que concebemos.

As escolas de ensino profissional, em Angola,—as poucas que lá existem—têm falhado, em grande parte, ao seu objectivo, ou por falta de instalações convenientes e suficientes, ou por falta de mestres de ofício, ou ainda por deficiência de verbas.

37 Escolas-Oficinas e 20 Escolas Rurais são um grão de areia em tão vasto areal de ignorância?

Sem dúvida que são.

Mas, ao menos, que essas pudessem cumprir, desembaraçadamente, a sua benéfica missão!

Lembremo-nos que tudo quanto edificarmos no sentido da valorização social dos que habitam as terras que nos legaram nossos maiores, abrindo mais largo crédito ao nosso prestígio de civilizadores, constituirá, entre todos, o documento histórico mais resistente ao peso corrosivo dos séculos, por muitos sacrifícios que nos importe.

NOTA — Já depois de escrito este artigo, vimos no Boletim Oficial de Angola a extinção de 24 Escolas-Oficinas, das 37 existentes, com o fim de se acudir devidamente à situação das restantes.

DA IMPRENSA ESTRAN- GEIRA

T R A N S

A Gran-Bretanha e a África Ocidental inglesa não podem na época presente tomar uma resolução sobre as novas diretrizes da sua política aduaneira sem atender em primeiro lugar aos tratados Anglo-franceses relativos à África Tropical; isto porém não obsta, dados os factos presentes, a que seja prematuro pensar-se um momento nos princípios fundamentais que devem servir de base a quaisquer medidas de alcance vasto, com carácter de viabilidade e capazes de satisfazerem os produtores do Oeste Africano por justas e em harmonia com os seus interesses.

Desde início surge um facto que é mais importante do que muitos poderiam julgar. O telegrama do Secretário de Estado das Colónias, Sir Philip Cunliffe Lister, para as Colónias da Coróa, anunciando a mudança de política, oferecendo a entrada franca no grande mercado que são as Ilhas Britânicas e convidando as colónias a examinar o novo problema que a medida suscita e a tornarem conhecidos os seus desejos, é admirável, e até ideal no texto e no sentido.

Mas Sir Philip sabe que na África Ocidental, quando os Conselhos Legislativos votam quaisquer resoluções, são as maiorias oficiais que decidem.

Quando a mudança de regime aduaneiro venha a discutir-se, seria um acto de inteligência submeter o assunto a um censo livre. Para o assunto, até, deveria haver a mais completa liberdade de discussão e os membros africanos deveriam ser especialmente instados a dizer de que maneira em seu entender os nossos comerciantes poderiam melhorar os seus serviços no interesse do País. Seja como for respondam os Governos por si mesmos, ou convoquem sessões extraordinárias ou peçam de uma maneira qualquer a opinião dos que estão mais autorizados a falar em nome dos africanistas, estamos absolutamente convencidos de que o resultado prático será o mesmo. A Gran-Bretanha será informada de que, se por efeito dessa medida, o curso da corrente comercial se fará em seu benefício, é preciso impedir que toda a

perda venha a recair sobre os produtores, diminuindo-lhes as receitas e aumentando consequentemente o custo da vida, para eles. Mas se isto é claro também é claro que toda e qualquer recomposição exige longas negociações e uma grande perda de tempo.

Se como esperam Mr. Baldwin, Mr. Runciman e outros homens de espírito constructivo, as negociações conduzirem as nações não britânicas a baixar as suas tarifas e a pôr-se em contacto com os Estados do Império britânico, tudo irá pelo melhor: o mundo estará um pouco mais próximo da era do bom senso em que deixarão de existir os passaportes e as tarifas alfandegárias.

O povo da Gran-Bretanha é demasiadamente inteligente e experimentado para crer em que a protecção será o seu único salvação; ele creê no livre câmbio como creê na atitude de defesa em vez da do ataque.

Mas como os outros não correspondem à sua oferta de um regimen de maior liberdade comercial, ele deu aos seus políticos os poderes necessários para experimentar um método que consiste em restringir o comércio britânico muito especialmente entre os membros da sua família. Os políticos devem applicá-lo de tal forma que para os trabalhadores assalariados a semana ou ao dia o custo dos artigos de primeira necessidade não seja acrescido; doutra forma cada eleição parcial sucessiva bastaria para amedrontar qualquer Governante. Na África Ocidental, a opposição não poderia tomar o mesmo aspecto, mas o productor perderia a coragem e o efeito seria o mesmo.

Já que nós temos de ter tarifas aduaneiras tenhamos-las num sentido constructivo e o mais "científicas", possível, isto é, susceptíveis de levantar as condições da produção e da população em geral. O facto de se encontrarem no Governante certos homens e em especial, Mr. Runciman e Mr. Baldwin dá lugar a que tenhamos esperança em que, tanto na África Ocidental como na Gran-Bretanha, os interesses do povo serão alvo no que respeita a tarifas aduaneiras, daquela consideração que, sendo ao mesmo tempo generosa e cavalheiresca, é também a de melhor política.

E esse problema, todos o sabemos, é de capital importância para nós, sem que seja mais transcendente ou delicado que tantos outros que o nosso poder criador, a elasticidade formal dos nossos processos, o génio colonizador da Raça, resolveu em mais difíceis circunstâncias.

E como sinto que a nossa mentalidade, de facto, se vai transformando, que o prazer de agir se vai generalizando, que certas poeiras de velhos preconceitos são sopradas por uma ventania nova, eu creio que este problema se resolverá — não pelo pavor dos outros, como tantas vezes se diz, apontando o papão da Sociedade das Nações — mas por respeito, por interesse, por amor de nós próprios.

Não é sob a coacção duma ameaça de violência — esse estímulo de medrosos que faz conselheiros mas não faz Homens — que encontraremos o sentido das nossas realizações. Não se diga mais, portanto, que é a razão de ordem internacional que nos impõe o dever de povoarmos as nossas colónias. Se essa razão é de considerar e se, de facto, é um erro esquecê-la, não esqueçamos também que só há um motivo profundo, real, que importa ao nosso brío, a um orgulho nacional que é necessário refazer, e à nobreza desses mesmos títulos que tantas vezes se invocam — o motivo da ordem, da riqueza e do progresso internos!

COLONIAL

CREVE-SE

IMPRENSA PORTU- GUESA

A grande crise económica mundial que atingiu duma maneira violenta as nossas colónias, provocou, como é natural, uma descida no índice das respectivas balanças comerciais e de lugar, principalmente em Moçambique e Angola, onde grandes interesses estavam em jogo, a uma situação melindrosa cujos efeitos estão fortemente pesando sobre todas as suas actividades económicas.

Se é certo que o fenómeno, tirando a sua origem dum factor de repercussão mundial — a Grande Guerra, atingiu mais ou menos todos os países, também é verdade que os seus efeitos se têm feito sentir de maneira diferente, variando as suas consequências segundo o grau de preparação e desenvolvimento económicos de cada país. Por isso mesmo, aquelas nossas colónias que ainda não haviam, sob o ponto de vista económico, alcançado as posições que seria para desejar, estão sofrendo, com particular intensidade, os efeitos duma crise que as Feiras de Amostras podem, em grande parte, atenuar. Longe vão já os tempos em que o exercício dum comércio e indústria primitivos e rudimentares bastavam à satisfação das necessidades locais, necessidades muito limitadas pelas dificuldades de comunicações com as vastíssimas zonas interiores, cujas tribus, mergulhadas em completa barbaria, só nos cubiçavam o álcool, desdenhando, por inúteis, as mil bugigangas que hoje fazem as suas delícias.

Por isso, o antigo e primitivo sistema de permuta, feito através do comércio ambulante ou por meio de feitorias espalhadas no interior, à mercê da prepotência dos chefes indígenas e dispondo como únicos e suficientes objectos de troca, de muito álcool, de algumas jardas de algodão de cores garridas à mistura com missanga e sal, cedeu o campo ao comércio regular exercido em larga escala e carecendo, por isso, dum maior sortido de mercadorias, tanto em quantidade como em qualidade.

A ocupação militar efectiva, por seu lado, impondo ao indígena a necessidade de adquirir numerário para satisfação do respectivo imposto de palhota, as vias de comunicação extensas e rápidas, criando a muitas léguas do litoral centros urbanos importantes e permitindo levar aos sertões mais reconditos os benefícios da civilização, criaram, por toda a parte, necessidades que precisamos estimular e desenvolver ainda mais.

Moçambique e Angola, dispoem, em potencial de incalculáveis riquezas económicas, talvez se não tivessem ainda ajustado ao ritmo da hora que passa, hora cheia de incertezas e de dúvidas, mas bem caracterizadas na ansia de cada país se bastar a si próprio pedindo aos outros o mínimo e dando-lhes o máximo.

Nestas condições, tornar conhecidas de nacionais e estrangeiros, através uma grande exposição metódica e oficialmente organizada, os nossos produtos de aquém e além mar, facilitando e estimulando assim o seu intercâmbio, é uma obra meritória, digna de louvor e apoio.

Os comerciantes, industriais e agricultores que, naquelas duas colónias, mourejam, terão assim a satisfação de ver que os poderes públicos os não esquecem e a certeza de que novos mercados se abrirão aos seus produtos.

Na verdade, era já tempo de se mudar de rumo. De longe veem já os clamores das colónias amarradas ao pódo da sua grande crise, pedindo remédio, contra males que, sendo gerais, revestiram nelas e pelos motivos que já expusemos, um carácter particularmente agudo.

Mais que uma vez, também o governo da metrópole acudiu solícito a esses clamores concedendo-lhes créditos que vão cair no sorvedouro, sem que, por carência de medidas práticas e applicação criteriosa, esses milhões de escudos consigam mais do que tapar pequenos buracos nos seus deficitários orçamentos.

Reconhecida, pois, a improfiabilidade de sistema seguido e a necessidade de romper com a rotina, a criação das Feiras de Amostras tentativa interessante e destinada a produzir belos resultados se todos se capacitarem da sua importância como factor de divulgação e aproximação económica, estão destinadas a marcar uma nova época e a estreitar mais os laços que devem existir entre a metrópole e os seus domínios.

E oxalá que, por seu intermédio, os nossos comerciantes e industriais compreendam que têm nas colónias, não só um vasto e compensador mercado para a colocação dos seus produtos, como ainda um inexgotável manancial de matérias primas as mais variadas, que encontrarão na procura e acolhimento que lhes dispensarem o estímulo de que carecem.

Mas — e este ponto é de capital importância — necessário se torna também que, aos esforços dos comerciantes e industriais, corresponda o governo com medidas adequadas que visem especialmente a resolução duma maneira definitiva da importante e debatida questão das transferências e a adaptação dum regime fiscal conveniente.

Sem transferências asseguradas, sem o comércio das colónias poder com regularidade e nas datas convencionadas, liquidar na metrópole os seus compromissos, quem será que se atreve a fazer fornecimentos para as colónias?

De que valerá ao expositor da metrópole conseguir, durante a realização das Feiras, colocar nas colónias um bom stock de mercadorias se, vencidas as respectivas letras, o comprador não terá possibilidade de lhas pagar?

Por outro lado, o regime fiscal pode e deve, neste caso agir como factor de grande importância. Nem um proteccionismo exagerado que acarrete prejuízos às colónias e lhes tolha as indústrias locais e facilite a concorrência de estrangeiros, nem tarifas proibitivas que impeçam o comércio e indústrias metropolitanas de ali estabelecerem e alargarem os seus mercados.

A necessidade de nacionalizar cada vez mais os nossos domínios ultramarinos obriga-nos, sem dúvida, a proteger duma maneira particular a entrada ali dos nossos produtos. É evidente que não podemos nem devemos fechá-los em absoluto à concorrência do comércio estrangeiro; mas o que é legítimo e patriótico é que, por meio de Feiras como as que se vão realizar, por intermédio duma propaganda bem organizada, de tarifas adequadas, por todos os meios legítimos, enfim, consigamos aquele desideratum.

Propaganda, sobretudo, muita propaganda é o que necessitamos.

De todas as colónias é conhecida a tendência que, antes da guerra, o comércio de Angola tinha para adquirir, nos mercados da Alemanha e da Inglaterra, os artigos de que carecia para a troca com o indígena. Para isso influam, certamente, não só a grande capacidade produtiva dos grandes centros fabris de Hamburgo e Manchester e os fornecimentos a longo praso, mas também e muito principalmente, a formidável propaganda desenvolvida em toda a África por esses dois grandes impérios comerciais que inundavam de toda a casta de catálogos e amostras, mandando os seus *commis voyageurs* tão amuadadas vezes que eram já pessoas conhecidas e populares em todas as povoações do litoral.

E o que se fazia então entre nós para aumentar a capacidade produtiva das nossas fábricas e conquistar mercados que outros por mais diligentes e avisados nos exploravam?...

A política britânica aduaneira e As Colónias da Costa Africana

Transcrito da grande Revista
"West África"

Um critério de Povoamento europeu nas colónias portuguesas

(Conclusão da página 32)

lismo erudito em sincera ansia de agir e criar, debrucêmo-nos sobre a parte do Passado que mais nos interessa conhecer e a que menos temos aproveitado — a que guarda lições preciosas duma experiência — e que os nossos planos, as nossas ideias, os nossos pensamentos se constituam e cresçam como elementos dinâmicos capazes de produzir vida e não como frases mortíferas que mal podem embandeirar discursos.

Não esqueçamos quanto lucraremos, quanto nos elevaremos, quanto havemos de merecer da própria consideração de nós próprios, sempre que evitarmos uma frase para plantar uma árvore e deixarmos uma obra nas horas mortas em que consumiríamos um discurso.

É esta mentalidade que a solução do problema do povoamento nas nossas colónias exige.

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês UMA VIAGEM

NA actual conjuntura o assunto que nos parece mais propício e de maior interesse, é sem dúvida a viagem do Sr. Dr. Armindo Monteiro, às colónias de África — S. Tomé, Angola e Moçambique.

Pode dizer-se afoitamente que esta viagem, é o maior acontecimento mensal pela repercussão que tem tido em tóda a Imprensa e principalmente pelos objectivos revelados numa interessante e bem deduzida entrevista por S. Ex.^a concedida ao Diário de Notícias.

Os objectivos políticos e administrativos, têm uma importância primacial, não só pelas circunstâncias apontadas na referida entrevista, mas principalmente por serem elles de facto, a pedra basilar em que deve assentar uma boa administração. Administrar sem conhecimento dos povos, da sua índole, dos seus usos e costumes e consequentemente do meio que os cerca, é sempre um erro.

Em qualquer dos casos aparece a quem administra, quem reclame e não esteja satisfeito, uns com razão e outros sem ela, isto por virtude dos meios coloniais serem meios novos, meios delicados e sensíveis e muito perscrutadores.

Para o Sr. Dr. Armindo Monteiro não é já desconhecido este ambiente e por isso, estamos certos, que dadas as qualidades que o exornam, saberá compreender e resolver com justiça e acêto, os mil e um assuntos que lhe hão-de surgir na sua viagem triunfal às colónias.

Sem querermos ser lisongeiros, pois, não está na nossa índole, a resolução do Sr. Dr. Armindo Monteiro em ir visitar as colónias, foi bem aceite por lhe ser reconhecida muita competência para esta alta e complicada missão colonial, visto que, a par de outras qualidades é o homem de leis, juriconsulto e catadrático proeminente, que há muito os serviços colo-

niais tanto da Metrópole como das Colónias reclamavam, quer dissessem respeito ao ramo administrativo pròpriamente dito, quer ao ramo financeiro ou outros que com eles se relacionassem.

A complexidade dos problemas que pelo Ministério das Colónias passam é grande e por isso, nos parece que uma personalidade adestrada e competente na elaboração e interpretação das leis e com o sentimento das realidades, se tornava hã muito, indispensável na pasta das colónias, para assim se fazer justiça sã aos de lá e aos de cá.

Seja-nos lícito, nesta altura recordar o alcance da viagem em matéria de Política Indígena. Vai ela com certeza ser estudada, em contacto com as populações indígenas e o exemplo que mundialmente o Sr. Dr. Arminio Monteiro vai dar neste ramo de administração Colonial, hã-de ficar para sempre ligado à nossa obra, já secular, de civilização e nacionalização para prestígio e unidade do Império d'aquem e d'alem mar.

Por último a título de informação diremos que dois Ministros houve, que no exercício dêsse alto cargo foram às colónias — Aires de Ornelas partidário da descentralização administrativa graduada e autor, a par de outros importantes diplomas, da reorganização da Colónia de Moçambique de 1907, posta em prática pelo falecido Colonial General Freire de Andrade, que por vezes dizia que nunca precisou de mais poderes, para fazer tudo em matéria de administração, que aqueles que esta organização lhe dava. O outro ministro foi o Sr. Engenheiro Bacelar Bebbiano, autor duma Reforma dos Serviços do Ministério das Colónias, que por circunstâncias que não cabem dentro desta crónica foi suspensa a sua execução.

J. R. A.

Notas do mês

Expansão colonial portuguesa

Em local de *L'Azione Coloniale* de Roma, dá este jornal a notícia da realização das Feiras de Amostras de Produtos Portugueses em Angola e Moçambique, e bem assim da viagem de

Sua Ex.^a o Sr. Ministro das Colónias Dr. Armindo Monteiro, e suas finalidades.

Em nota da Redacção, publica o mesmo jornal, considerações de tal modo criteriosas sobre os acontecimentos anunciados, que nos apressamos em transcreve-las, como compensação da injustiça com que a imprensa estrangeira tanta vez se refere aos assuntos do nosso País:

“Depois da propaganda teórica para recordar aos portugue-

ses os seus deveres e as suas possibilidades, o Governo da República longe de se quedar por satisfeito, passa à propaganda prática, de que são uma prova notável, os acontecimentos anunciados das realizações de feiras comerciais para tornar conhecidos dos países longínquos os produtos da Mãe-Pátria, e a viagem respectiva do Ministro com poderes amplísimos de que ele poderá lançar mão para solucionar os problemas mais graves e mais urgentes de harmonia com os resultados a que fôr levado pelo exame directo das situações.

A política portuguesa sob o ponto de vista colonial merece as nossas calorosas saudações.

Diversas

Em harmonia com as propostas dos respectivos governos coloniais, vai ser publicado brevemente um diploma determinando que os oficiais que constituem o quadro da Administração dos Serviços de Saúde das colónias sejam assim distribuídos: Seis para Moçambique, cinco para Angola, dois para a Índia, dois para a Guiné, um para S. Tomé e Príncipe, um para Macau e um para Cabo Verde.

• Foi publicado um decreto reforçando com 100 contos a verba destinada a satisfazer os encargos de soberania, civilização, missões de estudo e delimitação de fronteiras no Ultramar.

• O Governo belga convidou o nosso País a fazer-se representar por um delegado técnico na reunião que se efectuará em Bruxelas, em 16 de Maio próximo, no Instituto Internacional Agrícola, para estudar os meios de debelar a crise agrícola nos países tropicais. Vai ser nomeado para representar Portugal o engenheiro agrónomo sr. dr. Melo Geraldês.

• A Administração Postal da União Sul-Africana enviou ao Ministério das Colónias uma proposta para o transporte da correspondência postal pela via aérea. Foi mandada ouvir sobre o assunto a direcção dos Correios e Telégrafos do Ministério das Colónias.

• Foi determinado que aos funcionários coloniais não fôsse contado, para efeito algum, o período de tempo relativo à viagem para a colónia onde vão servir, conseqüente à primeira nomeação, embora o funcionário tenha sido abonado de vencimento durante esse período. A antiguidade no serviço ou no quadro a que fica pertencendo, é contada desde que assume as suas funções na colónia ainda nos casos em que o acto de posse se tenha realizado na metrópole, exceptuando aqueles em que, por lei especial, a contagem é antecipada a época anterior para efeito de antiguidade, reforma, diuturnidades ou promoções.

• Foi determinado que os funcionários das colónias, quando na metrópole, não possam transitar para a situação de licença graciosa, por estar suspensa a concessão destas licenças na colónia a que pertencem. Perdem o direito a essa licença desde que estejam ou venham à metrópole e nela obtenham licença da Junta de Saúde para tratamento, cujo limite máximo vai até dez meses, nos termos do decreto n.º 12.209, de 27 de Agosto de 1926, superior, portanto, ao período de licença graciosa, que é apenas de oito meses.

Angola

Vai ser intensificada a campanha agrícola em Angola, no sentido de se aumentar a sua produção, especialmente trigo, milho e café, tendo seguido já para aquela colónia 200 toneladas de trigo, devendo brevemente seguir nova remessa do mesmo cereal.

O conselho de administração dos caminhos de ferro de Benguela também adquiriu 50 toneladas de trigo italiano.

O governo de Angola acaba de fechar contrato com a África do Sul para a aquisição de mais 300.000 quilogramas para as sementeiras em Benguela e Malange, sementes que são distribuídas pelas autoridades administrativas, postos agrícolas, missões religiosas e particulares, de preferência pequenos agricultores e indígenas.

Para os postos agrícolas da Huila e da Estação de Policultura do Bié seguiram no último paquete duas colecções de árvores frutíferas e videiras de uvas de mesa, num total de 2.700 enxertos cada colecção. Das 5.800 árvores adquiridas e destinadas a constituir pomares de reprodução nos estabelecimentos agrícolas do Estado e em outros pontos da colónia seguiu uma parte, seguindo dentro em pouco a restante. Estes pomares hão-de formar a base da multiplicação das fruteiras que melhor se adaptarem nas respectivas regiões.

Com respeito ao trigo também se procederá às experiências definitivas, sendo escolhidas as sementes mais adequadas às condições fenológicas das regiões.

Para a referida campanha vai ser regulada a cedência gratuita de máquinas e alfaias agrícolas existentes no Parque e estabelecimentos agrícolas da colónia.

• Para o estudo do mercado do Congo Belga pediram algu-

mas das associações comerciais de Angola que seja criado um consulado e um organismo de propaganda e colocação de produtos naquela colónia, fiscalização dos produtos de exportação, unificação de tarifas ferroviárias, revisão de pautas aduaneiras e remodelação dos serviços de fronteiras, assunto este que será estudado em Angola pelo sr. dr. Armindo Monteiro.

• Foi recomendado a todas as autoridades dos distritos e circunscrições de Angola, que consigam que os comerciantes, do interior especialmente, comprem a dinheiro os géneros de produção dos indígenas, a fim-de assim facilitarem a cobrança do imposto indígena, visto a colónia estar atravessando uma grande crise.

Moçambique

O "Diário do Governo," publicou o diploma, datado de 22 do corrente, que estabelece o regime monetário que vai vigorar na colónia de Moçambique. Esse regime será o mesmo da Metrópole, isto é, o escudo-ouro, devendo o Banco Nacional Ultramarino retirar da circulação, dentro de seis meses, as suas notas representativas de libras. Contudo, não é livre a circulação monetária entre a Metrópole e aquela, sendo o câmbio, dos escudos de Moçambique, por escudos metropolitanos, fixado por acôrdo directamente estabelecido entre o Governo da colónia e o do Banco Nacional Ultramarino, que o fará afixar ao seu balcão, considerando-se, para todos os efeitos, o câmbio legal da colónia. Fica expressamente proibido operar a câmbios diferentes do oficial.

É criado em Moçambique um "fundo cambial," cuja aplicação será assentada por um Conselho de Câmbios, que o mesmo diploma cria. Por esse fundo serão movimentadas as cambiais de exportação e as receitas do Estado ou das entidades dêle dependentes, cobradas em ouro.

Das receitas da colónia, serão cobrados em ouro, todos os direitos aduaneiros, taxas de navegação estrangeira, direitos de mercadorias, em trânsito internacional e reexportadas, tarifas ferroviárias e dos portos, aplicáveis ao trânsito internacional, o imposto indígena e adicional, nos distritos de Lourenço Marques e Inhambane, as receitas resultantes da emigração de indígenas.

As transferências serão feitas mediante autorização do Conselho de Câmbios, o qual as concederá pela seguinte ordem de preferência: transferências do Estado; compra de géneros de primeira necessidade, de medicamentos, instrumentos cirúrgicos, maquinismos, matérias primas, combustíveis, carburantes e lubrificantes para indústrias que funcionem na colónia, sementes e alfaias agrícolas; pagamento de juros em rendas de capitais aplicados na colónia ou de mesadas e pensões a pessoas de família; compra de vinhos, de bebidas higiénicas nacionais, de carvão, gasolina, petróleo, óleos minerais, sabão, vidraça, cordeame e madeira em bruto; pagamento de passagens para a colónia e outros pagamentos.

A transferência de mesadas não será consentida de importância superior a 30 por cento dos vencimentos daquele que pede a transferência. Contudo, o quantitativo no total das mesadas não deve exceder a 30 por cento das coberturas fornecidas pelo Estado. Aos funcionários que se ausentarem da colónia por motivo legal, poderá ser autorizada a transferência de 20 por cento dos vencimentos que perceberam durante o último período de permanência na colónia.

O Banco Nacional Ultramarino fica ainda autorizado a cobrar um prémio de transferência, não superior a 2 por cento.

• Segundo comunicação recebida de Moçambique, aos delegados do Governo inglês e os do Governo português, que vão proceder à revisão da delimitação da fronteira sul da Rodésia com Moçambique, foi fixado o dia 25 do corrente para terem o seu primeiro encontro a fim-de darem começo aos respectivos trabalhos, em Macequece.

• Seguem para Moçambique 127 quilos de várias sementes para ensaios agrícolas naquela colónia.

A Companhia de Moçambique enviou ao Ministério das Colónias um projecto de regulamento que trata da classificação e exportação de frutas dos territórios daquela Companhia.

Guiné

Como então noticiámos, seguiu no dia 5 do corrente, para a Guiné, a missão científica sob a chefia do sr. dr. Fontoura de Sequeira, professor auxiliar da Escola de Medicina Tropical. Os objectivos dessa missão são, principalmente, o combate à tripanosomiase humana e o problema da sua transmissão na colónia, relacionada com a vizinhança da Gambia. Propõe-se igualmente, a missão, esclarecer alguns outros problemas de entomologia que interessam ao respectivo ensino da Escola de Medicina Tropical nas suas relações com a patologia exótica.

Macau

Foi extinto o fundo de reforma dos funcionários de policia da colónia de Macau e mandado que seja aplicada ao processo de

apresentação dos mesmos funcionários a legislação reguladora de aposentação dos funcionários civis.

• Foi autorizado o Governo de Macau a contrair um empréstimo de 110.000 patacas, como adicional ao empréstimo contraído na Caixa Económica Postal, destinado ao complemento dos serviços telefónicos e rádio-telegráficos naquela colónia.

Cabo Verde

O governador de Cabo Verde pediu autorização para a Câmara Municipal de S. Vicente contrair um empréstimo de 1.000 contos para a iluminação eléctrica e outros melhoramentos que pretende introduzir naquela ilha.

• Foi autorizada a abertura de um crédito de 316 contos, afim de o Governo acudir à crise que lavra em algumas ilhas de Cabo Verde, devido ao mau ano agrícola. Também foi autorizada a verba precisa para a abertura de estradas, afim de dar trabalho a alguns milhares de trabalhadores, conseguindo-se assim atenuar, e muito, a grande crise que as populações do arquipélago têm vindo suportando e que, graças às acertadas medidas adoptadas pelo sr. Ministro das Colónias e governador, tem agora melhorado consideravelmente.

Timor

Na colónia de Timor, por proposta do governador, é extinto o lugar de fiscal dos hospitais, passando as respectivas funções a ser desempenhadas pelo enfermeiro mais antigo do quadro sanitário da colónia ou pelo enfermeiro que se lhe seguir em antiguidade.

• O governador de Timor pediu autorização para reforçar a verba destinada aos serviços florestais da colónia com mais duas mil e duzentas patacas, a fim de se proceder ao corte de madeiras, serração, etc., o que dará um grande rendimento para os cofres da colónia, visto haver grande número de pedidos de madeiras.

Índia

O governo da Índia, enviou 250 contos para pagamento de encargos daquela colónia na Metrópole.

• Foi aprovada a proposta do Governo da Índia, para serem criadas duas novas escolas primárias em Sangolda e Nachinota.

ESTRANGEIRO

Mercados estrangeiros para os produtos coloniais portugueses

De um modo geral a Turquia, com quanto seja um país produtor já de si, nem por isso deixa de recorrer ao mercado estrangeiro, importando alguns "géneros coloniais", que lhe são necessários, tais como: café, frutos secos, aniz, pimentas, óleos, essências, arroz, açúcar, amendoim.

Alguns números podem ser apontados como índices de interesse comercial.

Damo-los por ordem da sua importação e consumo durante os últimos seis anos.

Açúcar—Quer refinado ou em bruto a procura deste artigo, orçou em média, por 60.000 toneladas anuais.

Arroz—Produto de um consumo apreciável, a média atingiu 10.000 toneladas anuais.

Café—Em todas as suas formas, entraram na Turquia, 5.000 toneladas por ano, em média.

Óleos—Dos óleos de côco, ricino, momona e amendoim consumo, o mercado turco, perto de 3.000 toneladas anuais e do de sézaneu 1.800.

Tâmaras e frutos secos—Importou a Turquia 2.500 toneladas anuais, aproximadamente. A importação de amendoim em fruto e a passa de uva foi também apreciável.

Cacaos e derivados—A importação turca atingiu a média de 6.000 toneladas anuais.

Melaços—Perto de 1.000 toneladas.

Chá—As necessidades do mercado elevaram a importação a uma média de 900 toneladas anuais.

Especiarias—A noz moscada, a de côco, a pimenta em grão e em pó, branca e preta, foram importadas numa média de 580 toneladas anuais.

Outros produtos, tais como, a canela e seus derivados, madeiras de acácia, o funcho, o aniz, têm também largo consumo no mercado turco.

Se bem que não possa fazer-se uma estatística detalhada de artigo, por artigo, visto as estatísticas turcas o não permitirem, por demasiado sucintas, os números que registamos, não deixam de mostrar as possibilidades que o mercado oferece, à colocação provável, de alguns dos nossos produtos coloniais.

Portugal comprou no estrangeiro, durante o ano de 1931, os seguintes produtos que as Colónias lhe podem fornecer:

	Contos	
Algodão em caroço, rama ou cardado.....	81.274	
Algodão em fio.....	9.673	
Lã.....	12.052	
Gado vacum.....	3.380	
Couros.....	7.588	
Linho.....	1.248	
Madeiras.....	7.420	
Sementes oleaginosas.....	42.440	
Óleo de palma em bruto.....	7.202	
Tabaco.....	25.029	
Adubos.....	4.912	
Seda (fio).....	15.146	
Arroz.....	29.677	
Cereais em grão (excepto milho e trigo).....	3.714	
Feijão.....	1.309	
Trigo em grão.....	47.597	
Chá.....	19.097	
Café.....	4.936	
Total.....	323.694	

É uma onda de ouro que o estrangeiro nos leva todos os anos.

O comando económico das Colónias

(Conclusão da pagina 37)

O âmbito das relações económicas de uma colónia estende-se aos mercados exteriores, mas pelas próprias razões do princípio de nacionalidade e subordinação do seu desenvolvimento ao auxílio da Metrópole, o primeiro mercado que tem de considerar é o do Império de que faz parte, depois os que satisfaçam as vantagens comuns desse mesmo Império em que encontra a valorização potencial.

Destas razões, sumariamente expostas, conclui-se que a direcção económica das colónias não pode ser autónoma—e a exploração vem de que, por falta de definições claras, se estabelece muitas vezes confusão sobre o que se entende por «autonomia», que não é sinónimo de «independência».

É, efectivamente, o Estado central que dispõe dos meios essenciais de coordenação, auxílio e coacção em matéria económica, a ele competindo o comando superior da economia colonial.

Quanto à forma de exercê-lo, considera-se que nenhum comando é possível sem organização nem disciplina.

Estamos longe da concepção política de que o Estado, em vez de ter a função de comando, é comandado pelas forças características de uma expressão fictícia da pseudo vontade popular, com os resultados que estão patentes v. g. na obra herdada do último século de administração colonial.

Para se poder executar o «plano», para se realizar fomento condicionado por auxílios financeiros, é indispensável que se estabeleça o comando único, forte, alheio a influências perniciosas e estável; e que se apoie numa construção orgânica das actividades, tanto coloniais, como metropolitanas, em termos de elas terem uma representação inofensiva junto d'ele, para que o inspirem e coadjuvem, ao mesmo tempo que executem patriótica e conscientemente as decisões tomadas.

Nessas organizações os agentes das actividades coloniais encontrarão as condições da sua prosperidade colectiva, pela ordem e disciplina introduzida nos seus actos e relações, coordenados para os fins de interesse comum de que aproveitam.

Foram já estabelecidos os preceitos do direito corporativo do Estado (Decreto n.º 20.342 de 24 de Setembro de 1931). Resta que se promulguem as respectivas regras de direito substantivo. Mas, antes, urge que se faça a propagação do sistema, se incutam nos espíritos as suas vantagens, se crie o *espírito corporativo*.

As feiras de amostras nas colónias

(Conclusão da pagina 39)

Para não alongarmos mais este artigo abordando razões que não nos faltariam, em prol da realização das Feiras de Amostras cuja direcção, segundo deduzimos, foi confiada a um funcionário inteligente e de reconhecida competência, terminaremos estas considerações apelando para o patriotismo de todos aqueles que ainda não desceram nos destinos da nossa pátria, exortando-os a que auxiliem e apoiem na medida das suas possibilidades, tão patriótico como útil empreendimento.

A. GOMES DUARTE

Companhia Agrícola-Pecuária de Angola

(CAPA)

SOCIEDADE ANONIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

CAPITAL ESCUDOS 20.000.000\$00

**Agricultura-Pecuária,
industria de carnes**

Sede em Lisboa

RUA DOS FANQUEIROS, 12, 2.º

Direcção em África

NOVA LISBOA — ANGOLA

Quintas e instalações nos distritos de Benguela, Bié,
Quanza Sul, Moxico, Luanda e Huila

J. H. ANDRESEN SUCC.^{ES} L.^{DA}

PORTO

CASA FUNDADA EM 1845

EXPORTADORES DE VINHOS

PREMIOS OBTIDOS NAS SEGUINTE EXPOSIÇÕES :

CHILE 1875.
PHILADELPHIA 1876 (diploma).
PARIS 1878 (medalha de prata).
RIO DE JANEIRO 1879.
BOSTON 1883 (ouro).
ANTUERPIA 1885 (ouro).
MELBOURNE 1888 (order of merit).
PARIS 1889 (hors concours — membre
do Jury).

CHICAGO 1893 (diploma of honour).
ANTUERPIA 1894 (ouro).
BORDEUS 1894 (ouro).
BRUXELLAS 1897 (grand prix).
S. LUIZ 1904 (ouro).
MILÃO 1906 (ouro).
RIO DE JANEIRO 1908 (grand prix) e
1923 (grand prix).
ANVERS 1930 (grand prix).

REPRESENTANTES :

Joaquim Lopes Ferreira & Irmão

LOANDA

PORTUGAL COLONIAL

Matheus Muralha, L.^{da}

LOURENÇO MARQUES

FABRICA DE LOIÇA DE SACAVEM

FUNDADA HÁ MAIS DE 80 ANOS

A MAIS IMPORTANTE DE TODA A PENÍNSULA

Loiça de uso diário

a faiança mais duradoura e económica de todas as loiças

Materiais de construção

lavatórios, retretes e bidets. Azulejos brancos e de côr
Quadros em azulejos

Mosaicos cerâmicos

Eterno e belo pavimento para cosinhas, quartos de banho
hospitais, edifícios públicos, etc. Variedade de desenhos

FACILIMO ASSEIO

TODOS ESTES ARTIGOS SÃO DE ESMERADO FABRICO E DE 1.^a QUALIDADE

Lisboa—Sede

126, RUA DA PRATA, 132

Porto

40, RUA CARMELITAS



EMPRESA DO CALÇADO
ATLAS L.^{DA}

Fábrica e Escritórios

Rua Heroes de Chaves,
624 a 640

PORTO

Telefones: 2768 e 2757

Telegramas: ATLAS

Agências em LUANDA
e LOURENÇO MARQUES

COMPANHIA GERAL DE CONSTRUÇÕES

S. A. R. L.^{DA}

LISBOA

LUANDA

Sede: — Rua do Alecrim, 65, 1.^o — LISBOA

Telefone 27385 Endereço telegráfico CONSTRUAL

Companhia Portuguesa de Engenharia

Grandes contruções urbanas e industriais

Levantamentos topográficos e Cartográficos por fotogrametria.
O único gabinete no país dispendo do mais moderno e rigoroso
material de estereofotogrametria

Empreiteira do Estado na Metrópole e do
Governo Geral de Angola na recon-
strução do Caminho de Ferro de Luanda,
uma das mais importantes obras para
o fomento e economia da provincia de
Angola.

Director técnico: Engenheiro LICÍNIO CANTARINO LIMA

Director da Reconstrução do Caminho de Ferro de Luanda:
Engenheiro AMÉRICO HOMEM DE GOUVEIA

Delegado especial em Angola: Engenheiro EDUARDO CORREGEDOR MARTINS

Depósitos de vendas em

Lisboa, Porto,

Coimbra, Braga,

Vizeu, Aveiro,

Santarem, Caldas da Rainha,

Covilhã, Matozinhos,

Vila Real, Viana do Castelo,

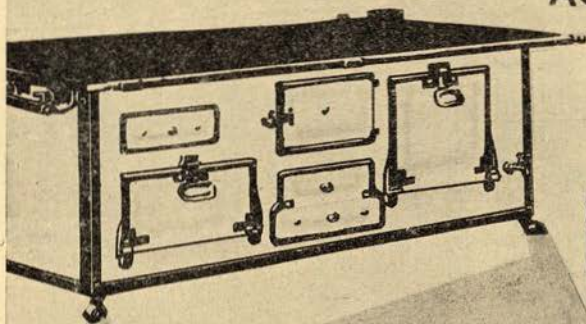
Madeira e Açores.

PARA CARVÃO E GAZ



L.A.Z.

ACEIO SOLIDEZ ECONOMIA



**fabrica
portugal**

DEPOSITOS

49 PRAÇA DOS RESTAURADORES 57
2 RUA FEBO MONIZ 20

N. 943

TELEFONES N. 4671

T. 3581



3 Objectos que todos conhecem na Costa Ocidental

1.º — A lata de gazolina SPHINX cuja solidez a faz resistir aos mais rudes meios de transporte, evitando quebras e, por consequência assegurando a V. Ex.^a a quantidade suficiente de combustível.

2.º — O placard com a Esfinge vermelha que indica a V. Ex.^a os locais onde se vende a gazolina, que durante anos, tem dado as melhores provas em toda a Africa.

3.º — O sinal de estradas SPHINX, do tipo recomendado pela Sociedade das Nações e que mostra a V. Ex.^a os obstáculos perigosos que é necessário evitar.

951

VACUUM OIL COMPANY

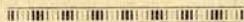
Dantas, Valadas & C.^a L.^{da}

Farmacêuticos

ANGOLA

Farmácias em Loanda: Sede Farmácia Esperança — Farmácia em Malange

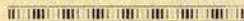
• ENDERÊÇO TELEGRÁFICO CAOUTCHOUC



Depósito de drogas, produtos químicos e farmaceuticos
Especialidades farmaceuticas nacionais e estrangeiras, perfumarias,
instrumentos cirúrgicos e de óptica, utensílios de laboratório

Fornecem em grande escala

Anexo às Farmácias em consultórios médicos devidamente apetrechados
Execuções rapidas para qualquer ponto da Colónia

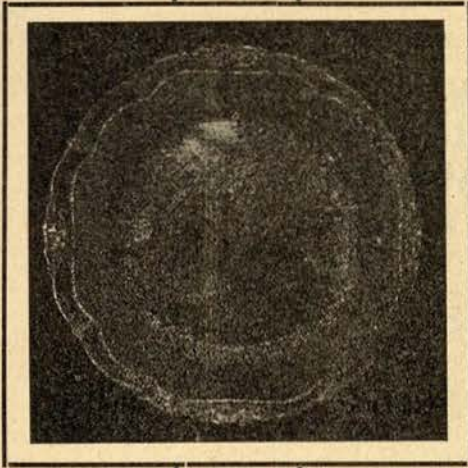


Escritório em Lisboa — **Rua de S. Julião, 23, 1.º D.º**

Telefone 2 6887

FABRICA DE PORCELANA VISTA ALEGRE—ILHAVO

AVEIRO



Armazens de venda

LISBOA—Largo do Chiado, 18
PORTO—Rua Candido dos Reis, 18

Porcelanas de Arte
Porcelanas domesticas
Porcelanas para industria
e para electricidade

Sede: LISBOA—Largo da Biblioteca, 17

Guilherme Graham Junior & C.^a

Rua dos Fanqueiros, 7 — LISBOA

Rua dos Clérigos, 6 — PORTO

Endereço telegráfico — GRAHAMS

Agente em Luanda — VASCO DE OLIVEIRA

RUA ALFREDO TRONY

CAIXA POSTAL N.º 345

Fábrica de Estamparia e Tinturaria de Braço de Prata

Chitas, Percalinas, Popelines, Setínetas, Fantasias, Cretónes, Lenços, etc.
Pintados e Samacácas, Zuartes Lisos e Sarjados, Paninhos para Forros,
Lenços Tostados e Bilbaus, etc., etc.

Fábrica de Tecidos da Boa Vista — Pôrto

Estamparias Brancas e Crúas, Algodões Crús, Patentes Brancos e Crús,
Pano para Lençóis, Panos Domésticos, Sarjas Brancas e Crúas, Lonas
Crúas, Toalhas Lisas e Turcas, Lenços, etc., etc.

Fábrica de Papel da Abelheira — Tojal

Papéis de escrever, para Correspondência, para Livros Comerciais,
Imitações de «Couché», de Impressão, de Côres para Capas, Affiches
em Cór e Riscados, Manilhas, de Embrulho «Kraft», de Embrulho, etc.
Cartão e Cartolinas

Pedro d'Oliveira Telhado & C.^a

EXPORTADORES PARA AS COLONIAS

Algodão cru, cobertores, camisaria, camisolas, cotins, fatos, lenços tecidos e estampados, panos para lençóis, patentes, peúgas, **pintados, riscados**, sarjas, kakis e zuartes

Com exclusivo de vendas de Riscados de Vizela e Riba d'Ave

Rua dos Fanqueiros, 81, 2.º — LISBOA

ENDEREÇO TELEGRAFICO «KNOBLOCH»

Palhares & Palhares, L.^{da}

Campo das Cebolas, 11 e 10-A
LISBOA

COMISSÕES E CONSIGNAÇÕES

AGENTES EXCLUSIVOS PARA TODA
A ÁFRICA OCIDENTAL, GUINÉ E ILHAS DA:
Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos
do Porto — Antiga Casa Ferreirinha.
Sociedade Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas.
A Alumínia, Ltd. — (Fábrica de Louça de Alumínio marca «Trevo»).

Adolfo Heiderhoff.
Joahennes Schuback & Sohnuc.
Comptoir des Chaux et Ciments du Tornaísis.

REPRESENTANTES EM:

GUINÉ — J. Neves & C.^a
LUANDA — Pinho & Arvelo
AMBRIZ — J. da Silva e Cunha
BENGUELA — A. Santos Lima
MOSSAMEDES — Lúcio Lopes dos Reis
PORTO AMBOIM — Rocha & Coelho

OS FOSFOROS

«PÁTRIA»

«SEVERA»

«DOMÉSTICOS»

E

«NACIONAL»

abastecem quasi a totalidade do mercado da metrópole porque SÃO OS MELHORES, EM QUALIDADE E APRESENTAÇÃO

PEDIDOS Á

SOCIEDADE NACIONAL DE PHOSPHOROS

Lisboa, rua S. Julião 139

Telegramas «Sonaphos»

Agentes em Luanda:

Sociedade Colonial de Phosphoros Limitada

Avenida da Boa-Vista

Telegramas «Colophoros»

PORTUGAL COLONIAL

Fábrica de Bomfim

= DE =

Manuel Pinto de Azevedo

Tecidos de algodão

Especialidade em Riscados e Vichys

Fabricação especial de artigos
para a Africa Ocidental
e Africa Oriental Portuguesas

FABRICA:

RUA DO BOMFIM, 326

ESCRITORIOS:

PRAÇA DA LIBERDADE, 15

PORTO-PORTUGAL

TELEFONE 585

TELEGRAMAS: «VEDOFIM-PORTO»

Emprêsa Fabril do Norte, Limitada

Senhora da Hora—Portugal

ESCRITÓRIOS:

SENHORA DA HORA

Telefone n.º 12—Senhora da Hora

Telegramas: «NORTE»

Especialidade em carrinhos de linha
para coser marca RELÓGIO
PORTO—AFONSO HENRIQUES,
e tubos de retroz

Experimentai os carros de linha
marca COSTUREIRA

Fabricação de bretanhas finas
com algodão do Egito
e algodão das nossas Colónias d'África
com os quais são feitas as afamadas
bretanhas marca ANGOLA

Fiação e Fabrica de Tecidos

“ERMEZINDE,”

FABRICAÇÃO ESPECIAL DE PANOS
CRUS, DE LINHO, CRETONES, SAR-
JAS, LONAS, TECIDOS ESTAMPADOS
E PANO PARA LENÇÕES EM PEÇAS
—PARA PORTUGAL E COLONIAS
D'AFRICA PORTUGUESA

ESCRITORIOS:

Rua do Bomfim, n.º 326

PORTO-PORTUGAL

Telefone n.º 585

Telegramas: «VEDOFIM» — PORTO

Fábrica de Fiação e Tecidos “Portuense”

— DE —

Azevedo Ferreira & C.^a L.^{da}

FABRICAÇÃO DE ARTIGOS
DE ALGODÃO, VICHYS DE DIVERSAS
QUALIDADES, RISCADOS PARA
COLCHÕES, PANOS CRUS E OUTROS

FABRICO ESPECIAL DE MANTAS E
ARTIGOS PARA A AFRICA OCIDEN-
TAL E AFRICA ORIEN-
TAL PORTUGUESAS

ESCRITORIOS:

AVENIDA DAS NAÇÕES ALIADAS, 60

PORTO—PORTUGAL

TELEFONE 545

TELEGRAMAS: «FITECIDOS»

UM BÉBÉ

Leite condensado

Açucarado Moça

Leite esterilizado

Purissimo

Leite em Pó "Lactogen"

Chocolates Suíços

Queijo Gruyère



REPRESENTANTES

EM ANGOLA

ZUID AFRIK, HANDELSHUIS

LOANDA

VASCO D'OLIVEIRA

LOANDA

FILIAL EM PORTUGAL

*Nestlé & Anglo Swiss
Condensed Milk Co*

Rua Ivens, 11-13 — Lisboa

**Farinha
Lactea**

NESTLÉ

**O melhor
alimento
para crianças**

Companhia do Sul de Angola

*Sociedade Anónima de Responsabilidade
Limitada, com o Capital*

Autorizado—Esc. 10.000.000\$00

Subscrito — Esc. 6.000.000\$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º

Telef. 2 4174 — End. Tel. SULANGOLA

SEDE EM ÁFRICA

MOSSAMEDES—África Ocidental

EXPLORAÇÕES

PESCA—Baía das Moscas, Mos-

sâmedes—Praia Amélia, Pôrto

Alexandre

*Fabrico de Conservas, Farinhas e Óleos de
Peixe, Pasta Azotada — Fábrica AFRICANA*

— Mossâmedes

AGRICULTURA E CRIAÇÃO DE GADO

Mossâmedes, Giraul, S. Nicolau,

S. João do Sul, Caroca e Pinda

Companhia de Mossâmedes

*Sociedade Anónima de Responsabilidade
Limitada, com o Capital*

Autorizado—Esc. 20.000.000\$00

Subscrito — Esc. 13.995.000\$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º

Telefone: 2 4174

SEDE DO COMITÊ FINANCEIRO

na Banque des Interets Français

23, Rue Louis le Grand — PARIS

SEDE EM ÁFRICA

SÁ DA BANDEIRA—(Lubango)

Criação e Comércio de ga-
dos—Explorações agrícolas

— Instalações no *Lubango,*

*Tchipa, Ediva, Palanca, Culue-
que e Tchifito*



"FERREIRINHA"

Casa fundada em 1751

PROPRIETARIA DO MAIOR DOMINIO VITICOLA DO DOURO

VINHOS DO DORTO VINHOS DE MESA

QUINADO

Recomendam-se especialmente os vinhos:

AGUARDENTE

"GRANJA," e "D. ANTONIA,"

Agentes :

Para a provincia de Angola

Para a provincia de Moçambique

Palhares & Palhares, L.^{da}

Guerreiro & Castro, Suc.^{tes} L.^{da}

CAMPO DAS CEBOLAS, 11

CAIXA POSTAL, 734

LISBOA

LOURENÇO MARQUES

Companhia Fiação Portuense

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Rua Fernão de Magalhães, 1

Porto—Portugal

Fiação, tecelagem e manufactura
de artigos de algodão

Fabricação especial de artigos
para a Africa Ocidental
e Africa Oriental Portuguesa

PORTUGAL COLONIAL

Papelaria Reis

As mais amplas e modernas
— instalações do país —



O MAIS FINO E COM-
PLETO SORTIDO EM

* Artigos de Papelaria *
* Objectos de Escritorio *
* Objectos para Brindes *
* Artigos de Belas-Artes *
* Flores Artificiais *
* * Perfumarias * *

Vendas por grosso :

PAPELARIA
COLONIAIS

Comunicações urgentes :

TELEF.: 1695
TELEG.: PENCIL

PORTO

150, RUA DAS FLORES, 160

Madeiras

Importação directa de tôda a classe
de madeiras destinadas à Construção
Civil, Ramo de Tanoaria,
Marcenaria, etc.

Madeiras Contraplacadas

De origem estrangeira e outras de
produção nacional, fabricadas nas
Oficinas que instalámos com o ma-
quinismo necessário para a fabricaçõ
:: :: do mencionado artigo :: ::

Folhas a Cutelo

VARIADO SORTIDO EM ARMAZEM
DE FOLHAS DE FANTAZIA
PARA DECORAÇÃO
DE MOBILIÁRIO

Torrens & Marques Pinto, L.^{da}
Rua Vasco da Gama, 33—LISBOA

Tele (fone: 2 6945
gramas: FLORESTAL

XV

Companhia Nacional de Navegação

Serviço regular entre a metrópole, África Ocidental e Oriental, Brasil, norte da Europa e Mediterrâneo

FROTA DA COMPANHIA Paquetes

	Ton.
NYASSA	9.000
ANGOLA.....	8.300
QUANZA.....	6.500
LOURENÇO MARQUES.....	6.400
MOÇAMBIQUE.....	6.000
PEDRO GOMES.....	5.500
ÁFRICA... ..	5.500

Vapores de cabotagem

LUABO	1.385
CHINDE.....	1.382
IBO.....	884
AMBRÍS	858
SAVE.....	765

Vapores de carga

CUBANGO	8.300
S. TOMÉ	6.350
CABO VERDE	6.200
CONGO.....	5.000

Rebocadores

EM LISBOA: — BEIRA 1.º e INCOMATI.

EM ÁFRICA: — TEJO, S. TOMÉ, CUIO e gasolina
QUANZA.

Batelões

20 em serviço em Lisboa e África.

LISBOA: Séde, R. do Comércio, 85

PORTO: Sucursal, R. da Nova Alfandega, 92

AMANTOS
BORRACHA
CORREIAS
DE
TRANSMISSÃO

EMPAQUES
MANGUEIRAS
APARELHOS
PARA
MOAGEM

EAGLOIL



O oleo que a pratica recomenda

OLEOS ESPECIAIS PARA:

AUTOMOVEIS E CAMIONS—MAQUINAS MARITIMAS—MAQUINAS AGRICOLAS—MAQUINAS FRIGORIFICAS—MAQUINAS DE PRECISÃO, ETC.

H. VAULTIER & C.^A

PARIS—LISBOA—PORTO—COVILHÃ—ESTREMOZ—PONTA DELEGADA—FUNCHAL

Visitem os "stands" da nossa casa nas Feiras de amostras de Angola e Moçambique

MANTEIGARIA LONDRINA

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
FORNECEDORES DA COMPANHIA
NACIONAL DE NAVEGAÇÃO



Especialidade em manteigas, queijos e conservas. Variado



sortido em artigos de Mercearia, Vinhos, Licores e Champagnes



DOMINGUES, VASCONCELOS & MESQUITA, LIMITADA

53, Rua Eugénio dos Santos, 55 -- LISBOA

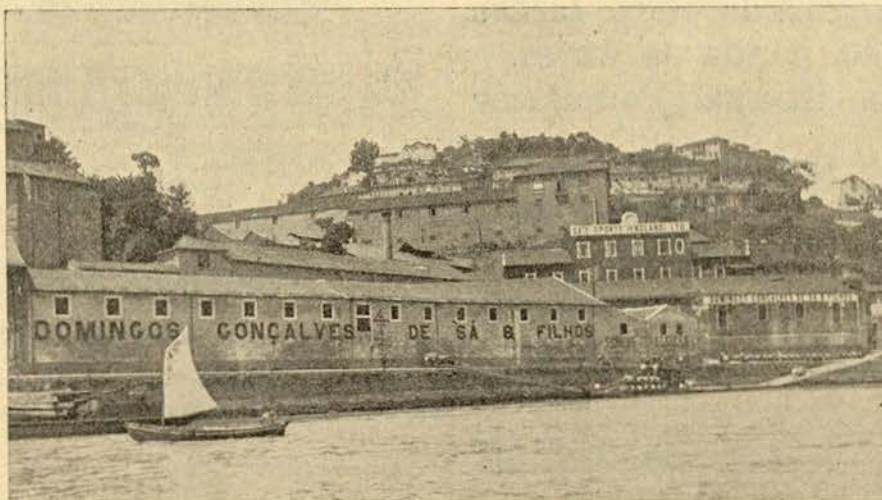
Telephone: 27448

DOMINGOS GONÇALVES DE SÁ & FILHOS

VILA NOVA DE GAIA

Telegr: SASPORTO

MARCA
REGISTADA



MARCAS
DE FAMA MUNDIAL

«PORTO-SÁ»

«PORTO
RESERVA»

OS
GRANDES
VINHOS
DO PORTO

VINHOS
DE CONSUMO
BRANCOS
E TINTOS

«SA'DIO» «A'S»

Agente em LUANDA

Agentes em LOURENÇO MARQUES

Augusto Coelho Ventura

Amadeu José Gonçalves & C.^A L.^{DA}

CAIXA POSTAL 252

CAIXA POSTAL 24

PORTUGAL COLONIAL

XVII

PORTO-CÁLEM

O VINHO DOS APRECIADORES

A. A. CÁLEM & F.º, L.^{DA}

Casa fundada em 1859

PORTO-PORTUGAL

Armazens em Vila Nova de Gaia, Regua
e Pinhão (Alto-Douro)

Membros do Juri na Exposição Universal de Paris em 1900

Grandes Premios e Medalhas de Ouro

AGENTES

A. SALVADO DA COSTA, L.^{DA}
Av. da Republica, 121—Lourenço Marques

LOPES FERREIRA & IRMÃOS
Rua Farinha Leitão—Loanda

Companhia Nacional de Navegação

Carreiras regulares entre Lisboa
e todos os portos da Africa
Occidental e Oriental Portuguesa

**CARREIRAS REGULARES ENTRE
TODOS OS PORTOS
DA PROVINCIA**

SERVIÇO SEMANAL ENTRE LOURENÇO
MARQUES E INHAMBANE ** SERVIÇO
QUINZENAL ENTRE LOURENÇO MARQUES
E MOCIMBOA DA PRAIA, COM ESCALAS
POR INHAMBANE, BEIRA, CHINDE, PEBANE,
QUELIMANE, ANGOCHE, MOÇAMBIQUE,
PORTO AMELIA, IBO E PALMA

AGENCIA EM INHAMBANE—Nogueira, Limitada

Telegramas "JOCARFINO"

Caixa Postal n.º 32



Emulsão aquosa de Asfalto puro

PARA TODOS OS TRABALHOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO

Revestimento de superficies metalicas
Construções de Pavimentos Elasticos
Protecção de ferro ondulado
Pinturas protectoras navaes
e de canalizações, etc.

**Systema DeVilbiss
de Pintura por Aspersão**

INSTALAÇÕES DE PINTURA Á PISTOLA PARA

Automoveis
Construções
Navios
Peles de couro
Para qualquer fim

Pedir folhetos descriptivos aos

Distribuidores:
BETHENCOURT BROS., LTD
Telefone 27232
Praça do Municipio, 13
LISBOA

AGENCIA DO NORTE: SORIA, L.^{CA}
Telefone 2508
Rua Ferreira Borges, 9
PORTO



Fachada do Armazem

Armazens

Escritório

Azeitão (Setubal) Largo do Corpo Santo, 6, 2.º
Lisboa

Agentes em Angola:

Loanda—Joaquim Lopes Ferreira & Irmão

Lobito—A. Ferreira Pinto

Agente em Moçambique:

J. Salvado da Costa & Branco

JOSÉ MARIA DA FONSECA, SUCESSORES L.ª

Casa fundada em 1845

Viticultores—Vinicultores—Exportadores

VINHOS REGIONAIS

“MOSCATEL DE SETUBAL”

Marcas: Moscatel de Setubal—Setubal Superior—
Setubal Roxo—Quinado Moscatel—Fine
Moscatel—Palmela Superior—Setubal Imperial.

VINHOS COMUNS TINTOS E BRANCOS



Uma vindima em Azeitão

Companhia do Papel do Prado

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RES-
PONSABILIDADE LIMITADA

Capital acções 7.000.000\$00

SEDE EM LISBOA:

Direcção—Escritórios:

Rua dos Fanqueiros, 278, 2.º

Telefone: A. 2 2331

Depósito:

Rua dos Fanqueiros, 270 a 276

Telefone: A. 2 2332—Telegramas: DELPRADO

Proprietária das Fábricas do:

Prado, Marianaia, Sobreirinho (Tomar), Penedo, Casal d’Ermo (Lousã) e Vale Maior (Albergaria-a-Velha)

Instaladas para uma produção anual de Oito Milhões de Kilos de papel e dispendo do smaquinismos mais aperfeiçoados para a sua indústria. Têm em depósito grande variedade de papeis de escrita, de impressão e de embrulho. Toma e executa prontamente encomendas para fabricações especiais, de qualquer quantidade de papel de máquina contínua ou redonda e de forma

**BOMBONS, CHOCOLATE, CA-
CAUS, CARAMELOS DE LEITE
E REBUÇADOS, BOLACHAS E
BISCOITOS**

FAVORITA

A MAIS IMPORTANTE FABRICA EXPORTADORA PORTUGUESA

CAPITAL: 2.100\$00 ESCUDOS



Fabrica de Bolachas e Chocolates "FAVORITA, L. DA"

Dirigir pedidos para a Sede: Rua Antonio Maria Baptista — LISBOA

Telegramas: FAVOR-LISBOA

Todos os produtos do nosso fabrico são apresentados com o maior esmêro e escrupulosamente confeccionados

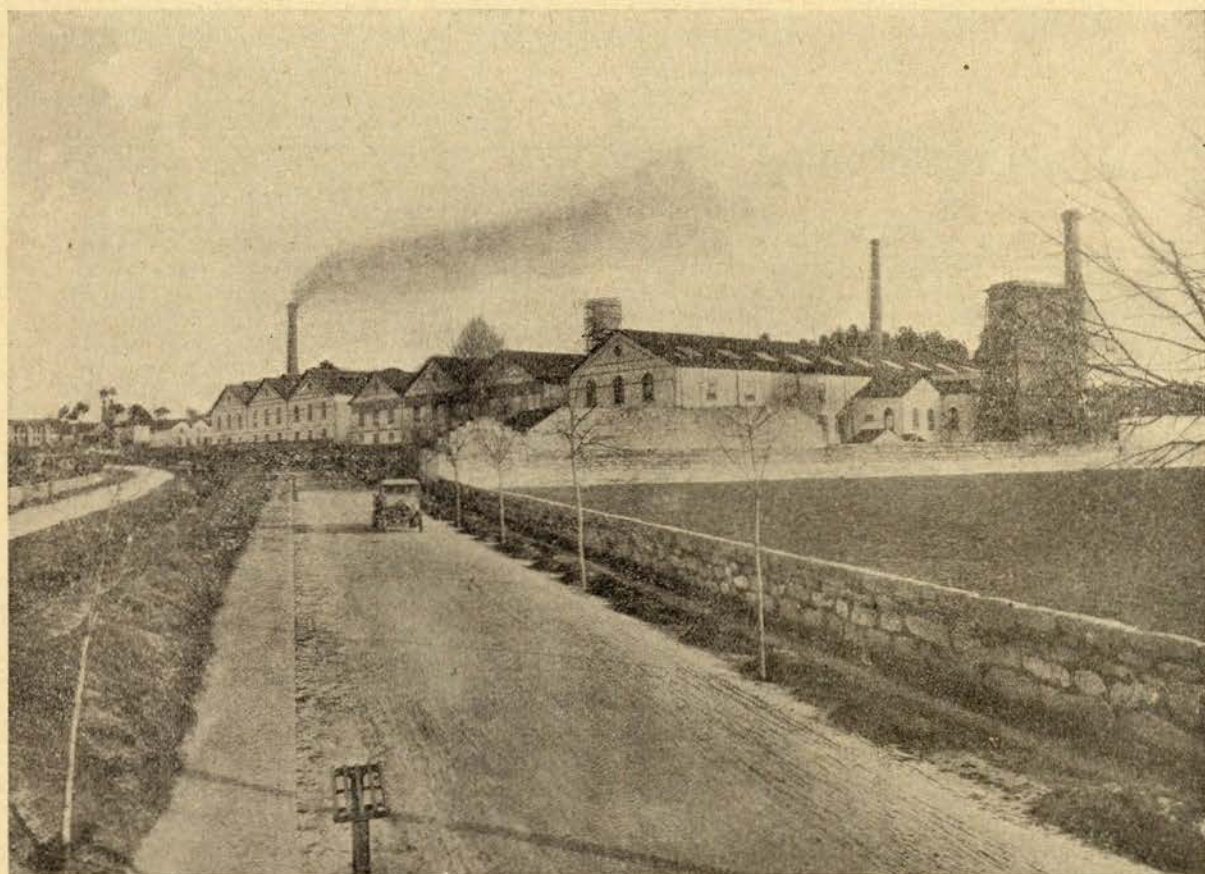
Fábrica da Areosa

DE

Azevedo Soares & C.^a, L.^{da}

Fiação, tecelagem e manufactura de tecidos de algodão e tecidos mixtos de seda
Fabricação especialisada dos seguintes artigos: Merinos—Gabardines—Kakis—Zanelas
Tapetás—Sarjas—Setins para forros e Flanelas—Especialidade em tecidos coloniais

Côres garantidas absolutamente grande tinta



Os tecidos da Fábrica da Areosa, são cuidadosamente fabricados com matérias primas de primeira qualidade e dão aos compradores a garantia da sua duração

Dando preferência a estes tecidos nas vossas compras podereis estar certos de que economisais o vosso dinheiro

FEBRICIL

Medicamento anti-paludico-Curativo e Reconstituente-recomendado pelos médicos

Medalha de Ouro na Exposição Colonial de Paris

CERTIFICADOS INSUSPEITOS

Remeto-lhe uma declaração, que se refere a um dos casos mais importantes, e convincentes que tenho presenciado, em favor da eficácia do «**Febriçil**». — O cavalheiro, de que trata a declaração, foi tratado em nossa casa, e vinha de S. Tomé num tal estado de debilidade, e tão atacado pela paludismo, que julgámos, no primeiro dia, *que nos ia morrer, e que já não havia remédio que o curasse.*—Felizmente foi essa primeira impressão desmentida, logo que tomou a primeira dose de «**Febriçil**», como se vê pela declaração que ele fez, e cuja exactidão confirmo, desde o dia em que ele entrou para a nossa casa. Convém dizer que já passaram dois meses depois da cura, e que não houve mais recaída nenhuma.

Até hoje não tem havido caso nenhum de febres palustres entre os Missionários vindos da África, e que se têm tratado na nossa residência, que se não tenha curado com o «**Febriçil**»; e não tem sido preciso aplicar-lhes o quinino.

O P.^o André, de quem me pediu notícias, tomou algumas doses do «**Febriçil**», antes de ir para o Gezez, e nunca mais lhe vieram as febres.

Lisboa, 30-10-909.

P.^o José Maria Antunes
(Procurador das Missões do Espírito Santo)

O Ex.^{mo} Sr. Dr. António Emídio Abrantes, Dig.^{mo} Engenheiro da Câmara Municipal, respondendo ao n.º questionário, diz que tendo contraído as febres em Angola em 1926 nunca conseguiu curar-se não obstante os tratamentos feitos com quinino. Em Julho tomou três doses apenas de «**Febriçil**» e não mais voltou a ter febres, sentindo-se agora ótimo, com excelente apetite e boa disposição. Chama ao «**Febriçil**» admirável medicamento.

Lisboa, 28-10-951.

Só hoje venho agradecer-lhes o «**Febriçil**» que fizeram o favor de me mandar porque queria dizer-lhes qual o resultado que tirei.

Tomei ha 2 meses a 1.^a dose que me fez uma enorme reacção. Uma semana depois novo acesso e e nova dose. Foi menor a reacção e até hoje não tive mais nenhum acesso. Só posso atribuir este milagre ao «**Febriçil**» pois raro era o mês que não sentia as teríveis intermitentes que me duravam pelo menos duas semanas.

Ha 20 anos, que apanhei estas febres em Africa e nem tomando ou dando injecções de quinino eu consegui vê-me livre delas.

Cintra, 2-11-951.

José Luiz de Vasconcelos e Sousa
(Marquez de Santa Iria)

Ex.^{mos} Srs.: Tenho o prazer de lhes comunicar que, após as quatro doses do seu preparado «**Febriçil**», me vejo alfin liberto de uma terçan reincidente e relapsa ao quinino.

Muito agradecido se confessa

Oscar Cardoso (1.^o Tenente Médico)
Rua de Arroios, 94-1.^o—Lisboa

2 de Dezembro de 1931.

À venda nas principais Farmácias e Drogeries

Companhia Comercial de Química Industrial

Rua do Carmo, 15, 1.^o—LISBOA

Telefone 2 4380—Telegramas-FEBRICIL

Pombal, 14 de Dezembro de 1951

Ex.^{mos} Senhores

Antigo chefe dos serviços Farmacêuticos de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Director das Farmácias dos Hospitais Provisórios das Expedições de Angola e Moçambique, fui um grande impaludado mas com o uso do vosso «**Febriçil**» todas as manifestações de sezonismo me deixaram e ha mais de 15 anos que não tenho o mais ligeiro ataque.

Devo este belo resultado ao «**Febriçil**» que tenho aconselhado a toda a gente e pedido a médicos que o experimentem. Todos os que o têm usado são unânimes a considerá-lo como excelente e insubstituível medicamento.

De V. Ex.^{as}
M.^{to} At.^{to} Ven.^{do}r e Obg.^{do}

Carlos Leopoldino de Abreu de Lima e Sousa Cordeiro
(Capitão Farmacêutico das Colónias)

Tenho o prazer de lhes comunicar que empreguei o «**Febriçil**» nos dois casos que a seguir menciono:

1) doente portador de acessos febris (Febre do tipo terçã) com um estado de anemia bastante acentuado e um quadro sintomático dum impaludado. Feito o tratamento pelo quinino associado ao azul de metileno, o doente conseguiu vêr debelados temporariamente os seus padecimentos, mas volvidas poucas semanas, voltaram a repetir-se e desta feita para não cederem a qualquer terapêutica instituída. Resolvi então fazer-lhe o «**Febriçil**» e desde logo os acessos diminuindo de intensidade desapareceram completamente no fim do primeiro frasco. São passados vários anos e os acessos não voltaram a repetir-se.

2) Num doente, de minha família, na convalescência duma infecção gastro intestinal declararam-se acessos febris quotidianos. Estes acessos resistem durante meses ao quinino e arrenal e entretanto a anemia e desnutrição atingiam um estado deveras inquietante.

Tomou 1 frasco de «**Febriçil**» e desde então, com o desaparecimento dos acessos e restante sintomatologia considero-o radicalmente curado graças a este medicamento.

Gonçalo, 1-2-952.

Albano A. da Cunha Leal
(Médico municipal do concelho da Guarda)

Ex.^{mos} Srs.

E' com o maior prazer que comunico a V. Ex.^{as} que, tendo empregado o seu preparado «**Febriçil**» num caso de paludismo crónico, obtive os resultados mais completos.

Felicito-os, pois, e subscrevo-me com toda a consideração

De V. Ex.^{as}
At.^{to} Ven.^{do}r
João Vaz Agostinho
(Médico)

Viseu, 3-5-952.